

MARIA VERÔNICA BATISTA XAVIER DE LIMA

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA: CONTRIBUTOS PARA
A PRÁTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS DO
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO
DO PIAUÍ-BRASIL**

Orientador: Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2013

MARIA VERÔNICA BATISTA XAVIER DE LIMA

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA: CONTRIBUTOS PARA
A PRÁTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS DO
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO
DO PIAUÍ-BRASIL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Educação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino

Coorientadora: Prof^ª. Doutora Ana Benavente

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2013

DEDICATÓRIA

A todos os Educadores Sociais, que possam entender a grandeza do seu trabalho e o significado da sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida de pessoas necessitadas de enxergar possibilidades para o redirecionamento de suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que, embora não tenham podido receber instrução, não deixaram de proporcioná-la aos seus oito filhos e de lhes indicarem o caminho para uma vida digna.

À minha família, meu esposo Ribamar, minhas filhas Ianna e Ilanna e meu filho Iegor pela compreensão e apoio dispensados no decorrer do grande desafio que foi a construção deste trabalho.

Ao meu orientador Professor Doutor Emmanuel Maria C. B. Sabino, por me direcionar para a construção de um trabalho coerente, assim como pela paciência, estímulo e apoio dispensados.

À minha co-orientadora Professora Doutora Ana Benavente, pela atenção, confiança e disponibilidade para orientação.

Aos meus colegas de curso e de trabalho Valdirene, Cícera, Ananias e Odilene pelo incentivo, companheirismo e cumplicidade durante toda esta trajetória de aprendizado.

À Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC, na pessoa do Secretário, Francisco Guedes Alcoforado Filho, que autorizou a realização deste estudo no espaço da referida instituição.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

*É possível mudar nossas
vidas e a atitude dos que
nos cercam simplesmente
mudando a nós mesmos.*

Rudolf Dreikurs (s.d).

RESUMO

O presente estudo, realizado na perspectiva de “Investigar os contributos da formação específica para a prática dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil”, nos possibilitou conhecer a trajetória do atendimento socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí e como a questão da priorização desse atendimento e da formação específica para os Educadores Sociais pode influenciar ou comprometer a sua qualidade; entender que os Educadores Sociais são todos os profissionais que atuam no atendimento socioeducativo, que competências devem ter e a importância da formação específica como preparação para o desempenho de uma ação socioeducativa capaz de contribuir para o desenvolvimento integral e para a inclusão social dos adolescentes e de suas famílias; e, finalmente, conhecer as bases legais e pedagógicas que fundamentam a ação socioeducativa e o programa de formação específica dos Educadores Sociais do Estado do Piauí, cujas ações estão em consonância com as orientações referentes às competências necessárias para a condução do processo socioeducativo. Para a realização desta pesquisa, levando em consideração a dimensão da amostra, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o questionário, com perguntas fechadas e abertas, a fim de coletar o máximo de informações possíveis do ponto de vista dos Educadores Sociais, escolha que implicou a necessidade de utilização das abordagens quantitativa e qualitativa, associando características de cada uma delas, partindo da ideia de que uma quantifica os dados e a outra procura explicar o significado das informações. Diante dos dados obtidos, os Educadores Sociais confirmaram a necessidade da formação específica para o desenvolvimento da ação socioeducativa, necessidade essa justificada através do elenco de contributos que ela traz para suas práticas socioeducativas, dentre as quais estão a **segurança** que essa formação traz para a realização da ação, a **absorção de novos conhecimentos**, o **aprimoramento dos conhecimentos existentes**, a oportunidade para **reflexão sobre a prática e redirecionamento das ações**, a **promoção do alinhamento conceitual** e de **motivação**, o **reforço do compromisso**, a **melhora da autoestima**, a **promoção do crescimento pessoal e profissional** do Educador e a oportunidade para a **troca de experiências**.

Palavras-chave: Atendimento Socioeducativo; Educadores Sociais; Formação Específica; Bases Legais; Bases Pedagógicas; Competências Profissionais; Direitos da Criança.

ABSTRACT

The present study, conducted in the perspective of “Investigating the contributions of specific training for the practice of Social Educators of socio-educational Care in the State of Piauí-Brazil”, allowed us to know the path of socio-educational Care in Brazil and in the State of Piauí and how the issue of prioritizing this Care and the specific training for the Social Educators can influence or compromise its quality; understand that Social Educators are all the professionals who operate in the socio-educational Care, which competence they must have and the importance of specific training as a preparation for the fulfillment of a socio-educational action able to contribute to the whole development and for the social inclusion of adolescents and their families; and know the legal and pedagogical grounds that substantiate the socio-educational care and the program of specific training for Social Educators in the State of Piauí, whose actions are in consonance with the guidelines regarding the skills required for the leading of socio-educational process. For the accomplishment of this research, considering the size of the sample, the questionnaire was used as an instrument of data collection, with closed and open questions, in order to collect as much information as possible about the point of view of Social Educators, choice that resulted in the need of using the quantitative and qualitative approaches, associating characteristics of each one of them, based on the idea that one quantifies the data and the other seeks to explain the meaning of the information. In the face of the obtained data, the Social Educators confirmed the need of specific training for the development of the socio-educational action, justified by the list of contributions that it brings to its socio-educational practices, among others are the **safety** that this training brings to the accomplishment of the action, the **absorption of new knowledge**, the **improvement of existing knowledge**, the opportunity of **thinking about the practice and the redirection of actions**, the **promotion of conceptual alignment** and **motivation**, the **reinforcement of the compromise**, the **improvement on self-esteem**, the **promotion of the Social Educator’s personal and professional growth** and the opportunity for **exchanging experiences**.

Key-words: Socio-educational Care; Social Educators; Specific Training; Legal Base Pedagogical Base; Professionals Competences; Children’s Rights.

ÍNDICE DE SIGLAS

ASE	Ação Social Especializada
CASA	Complexo de Apoio Social ao Adolescente
CBIA	Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
CDC	Complexo de Defesa da Cidadania
CEF	Centro Educacional Feminino
CEIP	Centro de Internação Provisória
CEM	Centro Educacional Masculino
CIACA	Centro Integrado de Atendimento à Criança e Adolescente Vitimizados
CIAMF	Centro Integrado de Atendimento ao Menor e à Família
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
CRT	Centro de Recuperação e Triagem
DSPM	Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor
DUASE	Diretoria da Unidade de Atendimento Socioeducativo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FONACRIAD	Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LA	Liberdade Assistida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
PBEM	Política Nacional do Bem Estar do Menor
PENUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PIA	Plano Individual de Atendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLIMEC	Plano de Integração Menor Comunidade
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SASC	Secretaria da Assistência Social e Cidadania
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SERSE	Serviço Social do Estado
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNPDCA	Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNICEF	The United Nations Children's Fund

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Diferença entre a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral.....	64
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Capacidade de Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí.....	93
Tabela 2: Fluxo de Entradas de Adolescentes no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, em 2010.....	94
Tabela 3: Fluxo de Entradas de Adolescentes em Internação e Semiliberdade em 2010.....	94
Tabela 4: Adolescentes Atendidos em Regime de Internação e Semiliberdade em 2010.....	95
Tabela 5: Número de Profissionais dos Centros Socioeducativos do Estado do Piauí, em 2010.....	95
Tabela 6; Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade.....	96
Tabela 7: Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade com Formação Específica sobre o Atendimento Socioeducativo.....	96
Tabela 8: Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade que Participaram desta Pesquisa	97
Tabela 9: Quanto ao Sexo dos Educadores Sociais Pesquisados.....	101
Tabela 10: Quanto à Idade dos Educadores Sociais Pesquisados.....	102
Tabela 11: Quanto ao Grau de Instrução dos Educadores Sociais Pesquisados.....	103
Tabela 12: Quanto à Profissão dos Educadores Sociais Pesquisados.....	104
Tabela 13: Quanto ao Tempo de Serviço dos Educadores Sociais Pesquisados no Atendimento Socioeducativo.....	106
Tabela 14: Conhecimentos Específicos Necessários para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados.....	107
Tabela 15: Habilidades/Capacidades Necessárias para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados.....	108
Tabela 16 : Atitudes Necessárias para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados.....	109
Tabela 17: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica Inicial.....	111

Tabela 18: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica em Serviço.....	112
Tabela 19: Quanto aos Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Continuada.....	113
Tabela 20: Educadores Sociais Pesquisados que Colocaram em Prática as Competências Apropriadas.....	114
Tabela 21: Verificação da Correspondência entre as Competências Trabalhadas na Formação Específica e as Competências Necessárias para a Prática Socioeducativa.....	115
Tabela 22: Contributos da Formação Específica para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados.....	116
Tabela 23: Temas Sugeridos pelos Educadores Sociais Pesquisados para Inclusão no Programa de Formação Específica sobre o Atendimento Socioeducativo.....	117

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quanto ao Sexo dos Educadores Sociais Pesquisados.....	102
Gráfico 2: Quanto à Idade dos Educadores Sociais Pesquisados.....	102
Gráfico 3: Quanto ao Grau de Instrução dos Educadores Sociais Pesquisados.....	104
Gráfico 4: Quanto à Profissão dos Educadores Sociais Pesquisados.....	105
Gráfico 5: Quanto ao Tempo de Serviço dos Educadores Sociais Pesquisados....	106
Gráfico 6: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica Inicial.....	111
Gráfico 7: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica em Serviço.....	112
Gráfico 8: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Continuada.....	113
Gráfico 9: Verificação da Correspondência Entre as Competências Trabalhadas na Formação Específica e as Competências Necessárias para a Prática Socioeducativa.....	115

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO I - ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E NO ESTADO DO PIAUÍ: HISTÓRIA, SUPORTE LEGAL E PEDAGÓGICO.....	 22
1.1. Histórico do Atendimento Socioeducativo Brasil e no Estado do Piauí.....	22
1.2. Os Educadores Sociais e as Bases para o Atendimento Socioeducativo.....	43
1.2.1. Bases Legais do Atendimento Socioeducativo.....	48
1.2.2. Bases Pedagógicas do Atendimento Socioeducativo.....	74
1.3. Programa de Formação dos Educadores Sociais do Estado do Piauí.....	78
1.3.1. Contexto da Elaboração do Programa.....	78
1.3.2. Programa EDUCAR.....	80
1.3.3. Ações do Programa EDUCAR de 2005 a 2010.....	83
 CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	 87
2.1. Descritivo do Tipo de Pesquisa.....	87
2.2. Cenário da Pesquisa.....	91
2.3. Universo e Sujeitos da Pesquisa.....	96
2.4. Instrumento e Procedimentos de Coleta de Dados.....	97
2.5. Processo para Análise dos Dados.....	99
 CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	 101
3.1. Caracterização dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí.....	101
3.2. Competências – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias para a Prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí.....	106

3.3. Participação dos Educadores Sociais no Programa de Formação.....	110
3.4. Os Educadores Sociais Colocam em Prática o Aprendizado? A Formação Específica Disponibilizada Responde às Necessidades da Prática?.....	113
3.5. Contributos que a Formação Específica traz para a Prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
BIBLIOGRAFIA.....	125
APÊNDICES.....	131

INTRODUÇÃO

Brasil é um país com uma população de mais de 190 milhões de habitantes, cuja quantidade de adolescentes, entre 12 e 18 anos incompletos, gira em torno de 20 milhões, ou seja, 10,53% da população nacional, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2010). Dessa população, menos de 1% estão envolvidos com a prática de atos infracionais¹, de natureza grave, o que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA², “trata-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa” (BRASIL, 2010, p.57), apesar da divulgação da mídia do crescente aumento da violência praticada por esse público.

Com base em dados da Secretaria de Direitos Humanos³, divulgados em setembro de 2012, em 2011 o Brasil contava com 19.595 adolescentes em restrição e privação de liberdade, dos quais 4.315 se encontravam em internação provisória, 1.918 em medida socioeducativa⁴ de semiliberdade e 13.362 em medida de internação.

O Piauí é o terceiro maior Estado brasileiro, com uma extensão territorial de 251.576.644 quilômetros quadrados, divididos em 224 municípios. Tem uma população de 3.118.360 habitantes e sua capital, Teresina, conta com 814.230 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2010). Apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,713, o terceiro menor do Brasil, bem como Produto Interno Bruto - PIB, e renda per capita, entre os menores do país. Apesar dessa realidade e de apresentar uma população de adolescentes, entre 12 e 17 anos, de 363.335, em 2011 apenas 62 estavam cumprindo medida socioeducativa de internação em 2011, isto é, 1,6 a cada 10 mil adolescentes, percentual relativamente baixo em relação a outros Estados brasileiros.

No Brasil, a Constituição Federal (1988) e o ECA (1990) consideram adolescentes em conflito com a lei como infratores e como tal, juridicamente responsáveis, portanto, sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas de natureza sancionatória e procedimentos

¹ São atos praticados por adolescentes, descritos como crime ou contravenção penal no código penal brasileiro.

² Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre os direitos fundamentais e sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil.

³ Órgão ligado à Presidência da República, responsável pela Política Nacional de Atendimento Socioeducativo.

⁴ São medidas aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais.

processuais jurisdicional, porém com o diferencial de que os procedimentos correm na justiça juvenil, levando em conta que são penalmente inimputáveis, ou seja, não podem responder na justiça comum. Comungando com o pensamento do jurista e ex-Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina - SC, Antônio Fernando do Amaral e Silva, um dos redatores do ECA, Costa (2006) esclarece que não se deve confundir responsabilidade com imputabilidade penal, pois esta se configura como “a capacidade de uma pessoa responder perante a legislação penal de adultos: Direito Penal Comum” (2006 b, p.32). O referido autor acrescenta ainda que:

A aplicação da medida socioeducativa é, acima de tudo, uma resposta formal da sociedade a um delito pelo qual o adolescente, após submeter-se ao devido processo, com todas as garantias, foi considerado responsável. A responsabilização pela quebra da lei penal é, portanto, a única razão pela qual uma medida socioeducativa lhe é imposta (COSTA, 2006 b, p.26).

O artigo 112º do ECA define como medidas socioeducativas: “I - Advertência; II - Obrigação de reparar o dano; III - Prestação de serviço a comunidade; IV - Liberdade assistida; V - Inserção no regime de Semiliberdade; VI - Internação em estabelecimento educacional” (BRASIL, 2010, p.25). São medidas aplicadas pelo juiz, depois de verificada a prática de ato infracional e instaurado o devido processo legal, com todas as garantias concedidas para os adultos.

A medida socioeducativa de advertência (ECA, Art. 115º), que consiste em “admoestação oral durante entrevista com juiz da Vara da Infância e Juventude, aplicável às infrações de somenos importância com o fito de alertar os pais para as atitudes do adolescente” (BRASIL, 2010, p. 25) e a medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano (ECA, Art.116º), que “será cabível nas lesões patrimoniais com o fito de despertar o senso de responsabilidade do adolescente acerca do bem alheio” (BRASIL, 2010, p.25), são executadas pelo próprio juiz, na presença da família.

Já a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (ECA, Art. 117º), que “consiste em uma forma de punição útil à sociedade, onde o infrator não é subtraído ao convívio social, desenvolvendo tarefas proveitosas a seu aprendizado e a necessidade social” (BRASIL, 2010, p. 25) e a medida socioeducativa de liberdade assistida (ECA, Art. 118º) que “será cabível quando se entender a desnecessariedade da internação de um lado e uma maior necessidade de fiscalização e acompanhamento de outro” (BRASIL, 2010, p. 25), são

medidas executadas em meio aberto, pelos municípios, para que seja preservada a convivência familiar e comunitária.

Por fim, a medida socioeducativa de semiliberdade (ECA, Art. 120º) que “pode ser determinada desde o início ou consistir em transição para o semiaberto, em qualquer das hipóteses a medida deverá ser acompanhada de escolarização e profissionalização” (BRASIL, 2010, p.25) e a medida socioeducativa de internação (ECA, Art. 121º), que “não comporta prazo determinado uma vez que a reprimenda adquire o caráter de tratamento regenerador do adolescente” (BRASIL, 2010, p. 25), são executadas em meio fechado, pelos estados, sendo, portanto medidas privativas de liberdade.

Essas medidas socioeducativas são executadas através de Programas de Atendimento Socioeducativo, os quais são definidos no Art. 1º, § 3, da Lei nº 12.594⁵, aprovada em 18 de janeiro de 2012, como “a organização e o funcionamento, por unidade, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas” (BRASIL, 2012). Assim, cada medida socioeducativa conta com seu Programa de Atendimento Socioeducativo, ou seja, Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, Programa de Liberdade Assistida, Programa de Semiliberdade e Programa de Internação em Estabelecimento Educacional e o conjunto de todos os programas forma o Sistema Socioeducativo.

O trabalho direcionado para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas é denominado de atendimento socioeducativo, por se tratar de ações educativas desenvolvidas levando em conta o seu contexto social, vislumbrando o desenvolvimento integral e a inclusão social dos assistidos.

De acordo com Volpi, os programas devem:

Oferecer espaço para que o adolescente reflita sobre os motivos que o levaram a praticar o crime, não devendo contudo estar centrado no cometimento do ato infracional. O trabalho educativo deve visar a educação para o exercício da cidadania, trabalhando desta forma os eventos específicos da transgressão às normas legais mediante outros eventos que possam dar novo significado à vida do adolescente e contribuir para a construção de seu projeto de vida (2001, p. 32).

O Art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o Art. 4º do ECA (1990) sintetizam a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, preconizando a

⁵ Lei Federal que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e regulamenta a execução das medidas socioeducativas, a nível nacional, destinadas a adolescentes autores de ato infracional.

Doutrina da Proteção Integral, considerando todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento.

Sob esta ótica, os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade estão privados apenas do direito de ir e vir, direitos como alimentação, saúde, e educação, além de esporte, lazer, incentivo à cultura, profissionalização, comunicação e religiosidade, devem ser assegurados pelos Programas de Atendimento Socioeducativo, os quais, para a obtenção de um melhores resultados, devem considerar a prevalência da ação socioeducativa sobre o aspecto meramente sancionatório. Portanto, um bom funcionamento desses programas requer equipes multiprofissionais compostas por: pedagogos, professores, técnicos de apoio assistencial (pessoas envolvidas diretamente nas atividades diárias com os adolescentes), cozinheiras, auxiliares de serviços, motoristas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, médicos, nutricionistas, cirurgiões dentistas, educadores físicos, dentre outros. É importante ressaltar que, de acordo com Costa (2006a), no contexto das medidas socioeducativas, todos os profissionais envolvidos devem ser considerados Educadores Sociais, mesmo com suas profissões específicas.

Nessa perspectiva, no decorrer deste trabalho, ao nos referirmos a Educadores Sociais, queremos significar todos os profissionais que atuam no atendimento socioeducativo, que passam a atuar como Educadores, no contexto social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, de forma a contribuir para o desenvolvimento integral e para a inclusão social dos educandos, através da execução de ações educativas propostas nos projetos sócio-pedagógicos de cada centro socioeducativo. Nesse sentido, é fundamental que os Educadores Sociais recebam uma formação específica introdutória e contínua, voltada para o atendimento socioeducativo, mesmo já contando com as formações exclusivas das suas profissões, para que possam atuar de forma direcionada e com resultados consequentes, como orienta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE⁶. Assim, considerando esse contexto, a questão que buscamos responder é: Quais os contributos que a formação

⁶ Documento que foi elaborado para servir de guia para a execução do atendimento socioeducativo em todo o Brasil, por conter princípios, diretrizes e parâmetros desse atendimento, visando os “alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturado, principalmente, em bases éticas e pedagógicas” (BRASIL, 2006, p. 15), sendo aprovado como Lei de execução das Medidas Socioeducativas em janeiro de 2012.

específica sobre o atendimento socioeducativo traz para a prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí?

Para responder a essa questão, objetivamos, de modo geral, investigar os contributos da formação específica para a prática dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil e mais especificamente: (i) Apresentar a trajetória do atendimento Socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí; (ii) Esclarecer quem são os Educadores Sociais, quais são suas atribuições e competências e descrever as bases que fundamentam a ação socioeducativa; (iii) Apresentar o programa de formação específica dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí; (iv) Listar, sob a perspectiva dos Educadores Sociais, as competências necessárias para suas práticas; e (vi) verificar se os Educadores Sociais colocam em prática o aprendizado e se a formação específica disponibilizada atende às suas necessidades.

O atendimento socioeducativo possui uma dinâmica própria, levando em conta que as medidas socioeducativas, mesmo com predominância do caráter pedagógico, são de natureza sancionatória, por serem impostas através de decisões judiciais por um ato infracional praticado, dentre os quais estão homicídio, latrocínio, estupro, roubo qualificado, etc. À vista disso, esse atendimento socioeducativo deve estar fundamentado em bases legais e pedagógicas, sendo relevante ressaltar que estas bases são indispensáveis como conhecimento para os Educadores Sociais, portanto, eixo principal da formação específica que a eles deverá ser disponibilizada. No entanto, nem sempre é o que acontece na realidade do atendimento socioeducativo brasileiro, visto que a maioria dos Estados não têm um programa de formação específica para os Educadores Sociais e, quando têm, as ações sofrem descontinuidade, pela falta de recursos, por mudanças de gestores e em muitos casos, por não serem consideradas prioridade, fator que poderá comprometer o resultado da ação socioeducativa.

O interesse para a realização do presente estudo surgiu a partir da dificuldade de trabalhar no atendimento socioeducativo sem uma formação específica, como Educadora Social/Assistente Social, no Centro de Internação Masculino, Complexo de Apoio Social ao Adolescente - CASA, localizado no município de Teresina - PI, no ano de 1999. Ao ingressarmos no atendimento socioeducativo sem os conhecimentos necessários, como a fundamentação, os objetivos e principalmente que função desempenhar no processo educativo, nosso primeiro passo foi procurar o entendimento da dinâmica do trabalho. No

entanto, logo ficou evidente que não existia uma ação socioeducativa e que os adolescentes estavam privados de liberdade e de todos os outros direitos previstos nas bases legais, com o agravante de que os profissionais que atuavam na Unidade estavam na mesma situação, ou seja, não haviam passado por uma formação específica, não entendiam a essência do trabalho e estavam acomodados com a situação. Esta situação nos serviu como estímulo para uma busca por conhecimento sobre o tema, nos levando a entender a importância da formação específica sobre o atendimento socioeducativo, tanto como preparação introdutória, quanto de forma continuada no decorrer do cotidiano socioeducativo, essencial para a elaboração e execução de propostas pedagógicas adequadas ao cumprimento dos objetivos das medidas socioeducativas.

O entendimento dessa dificuldade e da importância da formação específica sobre o atendimento socioeducativo, para a execução da ação socioeducativa, nos levou à realização do presente estudo, através do qual temos a oportunidade de mostrar, tanto para os gestores, quanto para os próprios Educadores Sociais do Estado do Piauí, os contributos que essa formação específica poderá trazer para as práticas socioeducativas, principal argumento para a manutenção de um programa de formação permanente, através do qual todos os profissionais possam receber uma formação introdutória antes de ingressarem no atendimento socioeducativo e uma formação contínua durante sua permanência no trabalho em questão.

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como uma pesquisa descritiva, partindo de uma pesquisa bibliográfica e documental, seguida de uma pesquisa empírica, enquanto procedimentos técnicos. Foi realizada junto de cinquenta e dois Educadores Sociais dos Programas privativos de liberdade, Centro Educacional Masculino - CEM, Centro Educacional Feminino - CEF e Programa de Semiliberdade, integrantes do Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, uma amostragem resultante de um universo de cento e trinta profissionais que participaram de formação específica sobre o atendimento socioeducativo.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos o questionário, com perguntas fechadas e abertas, a fim de coletar o máximo de informações possíveis do ponto de vista dos Educadores Sociais. Esta escolha implicou a necessidade de utilização de uma abordagem mista, quantitativa e qualitativa, partindo da ideia de que uma quantifica os dados e a outra procura explicar o significado das informações, comungando com o pensamento de Moraes &

Neves (2007) e Oliveira (2007), que entendem ser possível associar características de cada uma delas, visando o enriquecimento do estudo.

A estrutura do presente trabalho está organizada em três capítulos, assim distribuídos:

No primeiro capítulo, “O Atendimento Socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí: História, Suporte Legal e Pedagógico”, iniciamos expondo a trajetória do atendimento socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí, procurando demonstrar que sua evolução depende da existência de uma infraestrutura adequada e principalmente de um quadro de profissionais preparados para a realização de ações coerentes com os objetivos das medidas socioeducativas, que por sua vez dependem da priorização da Política de Atendimento Socioeducativo, por parte dos gestores. Em seguida, procuramos esclarecer quem são os Educadores Sociais, qual o perfil adequado, quais as suas atribuições e competências e qual a importância de uma formação específica como preparação para o desempenho de um trabalho com resultados exitosos. Para finalizar, optamos por expor as bases que fundamentam a ação socioeducativa, compostas pelas bases legais e pedagógicas, eixo principal da formação específica introdutória e continuada dos Educadores Sociais, por considerá-las de fundamental importância para o entendimento da dinâmica do trabalho socioeducativo, como também apresentar o programa de formação específica inicial e continuada dos Educadores Sociais do Estado do Piauí.

No segundo capítulo, “Procedimentos Metodológicos”, descrevemos os caminhos utilizados na realização da investigação, dos contributos que a formação específica traz para a prática dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil, procurando detalhar a abordagem metodológica utilizada, os procedimentos técnicos, os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, o cenário da pesquisa, o universo e os sujeitos da pesquisa e o processo para a análise dos dados.

No terceiro capítulo, “Apresentação, Análise e Discussão dos Dados” apresentamos e analisamos os dados obtidos na pesquisa empírica, a fim de detalhar quem são os Educadores Sociais do Estado do Piauí; que competências - conhecimentos, habilidades e atitudes são necessários para suas práticas; a participação desses profissionais no programa de formação específica; se colocam em prática o aprendizado e se essa formação específica disponibilizada responde às suas necessidades. Na sequência, visando responder o objetivo

geral desta pesquisa, apresentamos, na visão dos Educadores Sociais, os contributos que a formação específica traz para suas práticas socioeducativas.

Por fim, fazemos nossas considerações finais.

Assim, o presente estudo revela os contributos que a formação específica sobre o atendimento socioeducativo traz para a prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí, perpassando pela descoberta das competências específicas - conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a realização da prática socioeducativa.

Vale ressaltar que as normas para citações e referência bibliográfica utilizadas foram as Normas para a Elaboração e Apresentação de Teses de Doutorado (Aplicáveis às dissertações de Mestrado) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (PRIMO e MATEUS, 2008) e ABNT (2002).

CAPÍTULO I - ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL E NO ESTADO DO PIAUÍ: HISTÓRIA, SUPORTE LEGAL E PEDAGÓGICO

Este capítulo tem como objetivo expor a trajetória do atendimento socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí, com o intuito de demonstrar que sua evolução perpassa pela priorização da Política de Atendimento Socioeducativo por parte dos gestores; apresentar os Educadores Sociais, com definição, perfil, atribuições e competências adequadas para o desempenho de um trabalho com resultados exitosos para a vida dos adolescentes e de suas famílias; e descrever as bases que fundamentam a ação socioeducativa, compostas pelas bases legais e pedagógicas, eixo principal da formação específica introdutória e continuada dos Educadores Sociais; como também apresentar o programa de formação específica inicial e continuada dos Educadores Sociais do Estado do Piauí.

1.1. Histórico do Atendimento Socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí

No que se refere à responsabilidade penal, no Brasil até o início do século XX, assim como outros países, não se fazia distinção entre crianças, adolescentes e adultos, visto que, de acordo com o historiador Philippe Ariès (1981), as crianças eram vistas como adultos pequenos e como tais eram tratados. As únicas medidas políticas adotadas na época em relação à infância, sob forte influência da ideologia cristã, portanto, com caráter assistencialista, foram as casas de acolhimento para crianças órfãs e/ou abandonadas, as quais eram subsidiadas pelo governo, mas o funcionamento ficava sob a responsabilidade da Igreja, denominadas “roda dos expostos”. Os menores⁷ que se envolviam na criminalidade, além de serem encaminhados para as prisões de adultos, sem nenhuma diferenciação de tratamento e em condições desumanas, nas capitais podiam contar também com a opção de encaminhamento para instituições públicas e privadas que abrigavam pessoas abandonadas ou com atitudes não aceitas pela sociedade da época, como as Companhias de Aprendiz de Marinheiros, Escolas de Aprendiz dos Arsenais de Guerra e colônias filantrópicas de

⁷ Menores: nomenclatura utilizada para se referir as pessoas com idade e maturidade insuficiente para se responsabilizar pelos seus atos, na época, para pessoas menores de 14 anos.

abrigos para excluídos, de uma forma geral, de acordo com Rizzini (2005). Esta situação perdurou por todo o período imperial e início do período Republicano.

O descaso em relação à infância e especialmente a infância pobre e/ou envolvidos em atos criminosos, não só no Brasil, como em outros países, provocou muitas críticas e estimulou muitos países a criarem uma legislação e um sistema de justiça especializada para os menores envolvidos com a prática de infrações, como destaca Saraiva:

Cada vez mais aumentava as críticas dirigidas às políticas criminais adotadas pelo Código Republicano, com a reduzida idade inimputabilidade penal e a impropriedade da expressão discernimento. O clima político também apontava para uma necessidade de criar-se uma legislação especial para os menores, sob a tutela do Estado, aonde a educação e a recuperação deveriam prevalecer em detrimento da punição (2003, p.50).

Assim, a mobilização de grupos de defesa dos direitos da criança e a disposição do governo em criar uma legislação específica, motivou a realização de grandes mudanças. A primeira foi em relação à legislação, com a aprovação da Lei nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921, que autoriza o governo a organizar o “Serviço de Assistência e Proteção a Infância Abandonada e Delinquente” (BRASIL, 1921), a primeira política em prol das crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que estabeleceu a inimputabilidade penal⁸ absoluta para os menores de 14 anos, extinguindo assim a avaliação do discernimento, tirando do magistrado a responsabilidade de avaliar se a criança teria ou não condição de distinguir o certo do errado e isentando os menores de 14 anos de processos penais, como mostra o Art. III, § 16:

O menor de 14 annos, indigitado autor ou cúmplice de crime ou contravenção, não será submettido a processo penal de nenhuma especie; a autoridade competente tomará sómente as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel e sua autoria, o estado physico, mental e moral do menor, e a sua situação social, moral e economica dos paes, ou tutor, ou pessoa sob cuja guarda viva (BRASIL, 1921).

A referida Lei também evidenciou a compreensão de que o menor, por ser diferente do adulto, necessitava de tratamento diferenciado na apuração de atos criminosos por ele praticados, quando estabeleceu a instauração de processo especial, que deveria levar em conta a sua situação de forma integral, presente no Art. III, § 20:

⁸ Inimputabilidade penal: não pode ser responsabilizado penalmente, pela legislação os adultos, por não ser capaz, no momento do cometimento do crime, de entender o significado do ato praticado.

O menor indigitado autor de crime ou contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submetido a processo especial, tomando ao mesmo tempo, a autoridade competente, as precisas informações, a respeito do estado physico, mental e moral d'elle, e da situação social, moral e economica dos paes, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda (BRASIL, 1921).

Esta nova Lei (nº 4.242, 1921) também trouxe mudanças em relação ao atendimento, quando autorizou a construção de espaço físico específico para acolher os menores e, especialmente quando estabeleceu a inclusão da educação literária e profissional dentre as ações, mesmo que priorizando a formação para o trabalho em detrimento da formação literária, definida como “modesta”, considerando que até então eles, além de serem confinados em lugares inadequados, não lhes eram disponibilizadas ações educativas, necessárias para um desenvolvimento saudável. Consta no Art. III, Item I, Letra C:

Construir dois pavilhões, [...], para receberem os menores abandonados e delinquentes, aos quaes será dada modesta educação litteraria e completa educação profissional, de modo que todos adquiram uma profissão honesta, de acordo com as suas aptidões e resistencia organica (BRASIL, 1921).

Outra grande mudança ocorrida foi a criação de um sistema de justiça específico, o Juizado de Menores, em 1923, tendo como 1º Juiz de Menores da América Latina, José Cândido de Albuquerque Mello Matos, nome com o qual ficou conhecido o Código de Menores, enquanto legislação específica, promulgado através do Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927, o qual “resolve consolidar as leis de assistência e proteção a menores”. Assim, o Código Mello Mattos traz como objeto e fim da Lei, no Art. 1º, que: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente ás medidas de assistência e protecção contidas neste Código” (BRASIL, 1927).

No plano jurídico e político-conceitual o Código de Menores Melo Matos (1927) trouxe alguns avanços, especialmente pelo estabelecimento da organização de um atendimento para os menores de 18 anos de idade, com a consolidação das “leis de assistência e proteção a menores” (BRASIL, 1927), como também com a definição de mecanismos de intervenção. Pontos de extrema importância como a manutenção da inimputabilidade penal para os menores de 14 anos de idade; o processo especial, com regras para a sua realização e definição do papel das autoridades competentes, para os menores entre 14 e 18 anos, envolvidos com crimes; a definição do que seria considerado crime e contravenção; os menores não poderiam mais responder e nem cumprir penalidades como adultos; só na

ausência de estabelecimentos destinados a internação para menores é que poderiam ir para penitenciária, porém separados dos adultos e sujeitos a regime diferenciado; liberdade vigiada; orientação para o atendimento nos abrigos e instituições disciplinares, incluindo a separação, por alas, de masculino e feminino e, por seções, de abandonados e delinquentes e; a criação de um Conselho de Assistência e Proteção para Menores, são indícios de preocupação com a proteção da infância e com a construção de um atendimento mais humano.

Por outro lado, o Código de Menores (1927), além de ser destinado apenas para as crianças abandonadas, desamparadas e delinquentes, ultrapassou os limites jurídicos se unindo à assistência e dando ampla liberdade para que os Juízes de Menores fizessem efetivas intervenções na organização da família, na medida em que detinham o poder para avaliar se as famílias tinham ou não condições de cuidar e educar seus filhos e com isso, o simples entendimento de que os menores poderiam oferecer perigo para a perturbação da ordem pública, como desocupado, como pedinte ou como delinquente, ou seja, considerados por eles em situação irregular, poderiam ser institucionalizados, fazendo surgir a categoria “Menor”, no sentido de “infância pobre e potencialmente perigosa, diferente do resto da infância” (SOARES, 2011, p. 5). Nesse sentido, essa Doutrina, definida como a Doutrina do Direito do Menor, distingue a criança do adulto, mas associa carência com delinqüência, gerando a criminalização da pobreza e um aumento do número de crianças e adolescentes institucionalizados.

Contudo, o Código Mello Mattos (1927), enquanto Política de Atendimento, mesmo apresentando aspectos segregativos e discriminatórios, também continha propostas, que se colocadas em prática, poderiam contribuir para a melhoria do atendimento. Porém, essas propostas ficaram, em sua maioria, sem execução, primeiro pela ausência da estrutura necessária para que se colocasse em prática o que se encontrava estabelecido no Código e depois por se tratar de propostas novas para juízes e, principalmente, para as pessoas que trabalhavam nos abrigos e institutos correcionais, sem nenhum preparo para o trabalho, consolidando um atendimento desumano e sem perspectivas de desenvolvimento.

A era Vargas, período entre 1930 a 1945, foi considerada uma época conturbada, marcada por revoltas e pela elaboração de duas Constituições (1934 e 1937) na qual o populismo, o paternalismo, o autoritarismo e o corporativismo eram suas principais características. Neste contexto, em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, através do Decreto-Lei n. 3.799, de 5 de novembro, órgão ligado ao Ministério da

Justiça, de cunho assistencialista e com orientação correcional-repressiva, o qual, de acordo com o Art. 2º teria por fim:

- a) sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares ;
- b) proceder à investigação social e ao exame médico-psicopedagógico dos menores desvalidos e delinquentes;
- c) abrigar os menores, á disposição do Juízo de Menores do Distrito Federal;
- d) recolher os menores em estabelecimentos adequados, afim de ministrarlhes educação, instrução e tratamento sômato-psíquico, até o seu desligamento;
- e) estudar as causas do abandono e da delinquência infantil para a orientação dos poderes públicos;
- f) promover a publicação periódica dos resultados de pesquisas, estudos e estatísticas (BRASIL, 1941).

Em 1942, com a entrada em vigor do Código Penal de 1940, instituído através do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro, ficou fixada a imputabilidade penal para os menores de 18 anos, como consta no Art. 23: “Os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (BRASIL, 1940), no caso o Código de Menores Melo Matos, “cuja sanções de caráter meramente reeducativo, deveria ficar ainda nos casos de extrema gravidade, o menor de 18 anos, que comete ações definidas como crime” (HUNGRIA, 1978, p.360), para serem executadas através do SAM, implantado no mesmo ano. No entanto,

o SAM não cumpriu suas finalidades, sobretudo devido à sua estrutura emperrada, sem autonomia e sem flexibilidade e a métodos inadequados de atendimento, basicamente iguais aos utilizados nas prisões de adultos, que geraram revoltas naqueles que deveriam se sentir amparados e orientados (QUEIROZ, s.d., p.5).

A ineficiência, tanto do referido Código de Menores Melo Matos, quanto do atendimento, realizado através do SAM, gerou muitas críticas, sendo considerados fracassados, principalmente por que, segundo Morelli:

Os internatos não possuíam condições mínimas para atingir seu objetivo, ou seja, suprir as necessidades básicas do interno, incluindo alimentação, cuidados médicos e educação. A falta de estabelecimentos próprios para casos específicos provocava a mistura dos “menores” – internados por abandono – com aqueles considerados de conduta perigosa, além da falta de separação por idade” (1999, p.9).

A deposição de Getúlio Vargas e fim do Estado Novo deram início ao período da redemocratização do país, de 1945 a 1964, com a elaboração de nova Constituição Federal,

em 1946, de caráter liberal, com retorno de eleições diretas para Presidente da República. Foi um período de grandes avanços no que se refere às conquistas sociais, no qual houve muitas discussões acerca da Política de Atendimento para crianças e adolescentes, motivadas pela sua ineficiência, causa de preocupações para os envolvidos com a situação do atendimento para crianças e adolescentes institucionalizados, levando, conforme Morreli (1999), a organização de encontros de discussão em todo o País, denominados de Semanas de Estudos dos Problemas dos Menores, com início em 1948, em São Paulo, servindo como exemplo para os demais Estados. Porém, constantes mudanças no cenário político brasileiro, com a passagem de quatro presidentes pelo governo do Brasil, em um período de dez anos, contribuíram para a suspensão desse processo evolutivo.

Desse modo, as sucessivas mudanças políticas contribuíram também para a estagnação das discussões sobre mudanças na Política de Atendimento para crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com a aprovação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em dia 20 de Novembro de 1959 e ratificada pelo Brasil. Esta Declaração é considerada como um marco fundamental para a elaboração de leis e normativas voltadas para a proteção de crianças e adolescente, levando em consideração a sua condição de pessoa em desenvolvimento. A vista disso, a prática do atendimento, seguia também estagnada, pois o SAM não correspondia às necessidades, passando “a ser considerado, perante a opinião pública, repressivo, desumanizante e conhecido como a ‘universidade do crime’” (LORENZI, 2007, p.4).

Com o Golpe Militar de 1964 foi instituída a Ditadura Militar, período que foi 1964 a 1985, por meio da qual o processo democrático do país foi interrompido, passando o Brasil a conviver com uma realidade de autoritarismo estatal que deu origem aos Atos Institucionais, com os quais o Presidente da República suspendeu direitos constitucionais, suspendeu e cassou direitos políticos, instituiu eleições indiretas, restringiu a liberdade de expressão, dentre outros, interrompendo também as discussões sobre a reforma do Código de Menores Melo Matos. Em função dessa nova ordem, “a questão do menor foi elevada a categoria de problema de segurança nacional, prevalecendo o implemento de medidas repressivas que visavam cercear os passos dos menores e suas condutas ‘anti-sociais’” (SOARES, 2011, p.6). Nesse contexto, em 1 de dezembro de 1964 foi aprovada a Lei nº 4513, criando a Política Nacional do Bem Estar do Menor - PNBEM, cuja gestão, a nível nacional, ficou a cargo da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor - FUNABEM, órgão inicialmente ligado à

Presidência da República e a nível estadual as Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor - FEBEMs, herdando a estrutura e a cultura de atendimento do SAM.

No decorrer da trajetória dessa nova Política de Atendimento para menores, a prática do atendimento passou, conforme Costa (2006b), por algumas tentativas de mudanças, promovidas pelos novos profissionais de Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, dentre outros, com a introdução do trabalho técnico, realizado por equipes interdisciplinares, as quais utilizavam-se de estudo sociais de casos e laudos psicopedagógicos como base para uma nova forma de atendimento, por meio do diálogo e atividades grupais.

Sob esta ótica, ainda segundo Costa (2006b) essas novas equipes interdisciplinares trocaram o modelo de intervenção baseado na criminologia positivista adotada pelo SAM, fundamentado na teoria de Cesare Lombroso, através da qual o menor era visto como um “delinquente nato”, ou seja, já nascia delinquente, tinha “má índole”, portanto, considerado irrecuperável, por novo modelo de intervenção baseado na teoria funcionalista, através da qual as instituições eram vistas como meios coletivos de satisfação de necessidades individuais e sociais, com a adoção de método de ação fundamentado no pensamento de Èmile Durkheim, de que só se compreende uma realidade ou sociedade através do estudo dos fatos sociais e que estes são exteriores ao indivíduo. Nesta perspectiva realizavam o estudo de caso de cada menor, considerando os fatores externos que os levaram a institucionalização, direcionando as ações para suas carências e dificuldades, por meio de um trabalho com foco em práticas humanitárias, com proibição do uso da violência e adoção de ações educativas.

No entanto, esse novo modelo de atendimento não obteve êxito, pois não era executado apenas pelos técnicos, mas por todo o corpo de funcionários herdados e impregnados da cultura violenta do SAM, sem uma formação específica necessária para uma atuação de acordo com o novo modelo de atendimento, gerando um impasse no qual, de um lado se encontrava um corpo de funcionários despreparados e sem nenhuma vontade de se esforçar para trabalhar com o novo modelo e do outro os técnicos prontos para as mudanças, mas despreparados para lidar com as ocorrências de violência dos próprios menores, como brigas, motins, vandalismo, dentre outros, sem usar a repressão, para as quais as propostas inovadoras não funcionavam, ocasionando um retorno ao antigo modelo correcional-repressivo, com práticas violentas e desumanas.

O fracasso dessa tentativa de mudança de modelo de atendimento demonstra claramente a importância da formação específica para todos os profissionais que trabalham no atendimento para crianças institucionalizadas, especialmente para adolescentes privados de liberdade, haja vista que necessitam entender que fundamentos formam a base do seu trabalho, que objetivos devem alcançar, que métodos devem utilizar. Também devem ter o entendimento de que fazem parte de uma equipe de trabalho e que a atuação de cada um deve complementar a atuação do colega, para a execução de uma ação exitosa, dentre outros aspectos.

O retorno ao antigo modelo correccional-repressivo de atendimento motivou muitas críticas e denúncias de tortura e maus tratos, levando, conforme Oliveira (2008), a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, conhecida como CPI do Menor, em 1976, vindo a público a falência do sistema repressivo, reforçando as discussões sobre a urgência de mudanças no Código de Menores Melo Matos. Assim, em 10 de Outubro de 1979 foi aprovada a Lei nº 6.967, criando o novo Código de Menores, conhecido como Código de Menores de 1979, porém sem as alterações esperadas, especialmente no que se refere ao atendimento, visto que, mesmo dispondo sobre assistência e proteção para os menores, oficializou a Doutrina da Situação Irregular. O seu Art. 1º define linhas de ação, para quem seriam destinadas e os limites de idade para o qual o Código está voltado:

Art. 1º. Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

- I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
- II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único. As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação (BRASIL, 1979).

A oficialização desta Doutrina da Situação Irregular legitimou a intervenção do Estado, via juízes de menores, sobre crianças e adolescentes, por eles consideradas em situação irregular, os quais detinham o poder para encaminhá-las para institucionalização, sem o devido processo legal e nos mesmos estabelecimentos, sem distinção entre abandonados, maltratados, desocupados, pedintes e infratores, por prazo indeterminado. O Art. 2º explica o que era considerada situação irregular:

Art. 2º. Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais para provê-las

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI – autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial (BRASIL, 1979).

Este dispositivo trouxe um considerável aumento na população institucionalizada, dos quais, em torno de 80%, segundo Saraiva (2003), não haviam cometido infrações penais, mas estavam privadas de liberdade e especialmente do direito de ter um desenvolvimento normal e saudável, considerando que o atendimento não oferecia as condições necessárias para esse desenvolvimento, pois não cumpria o seu principal papel que era oferecer a educação que suas famílias não conseguiam dar, principal argumento utilizado para as internações.

A partir de 1979, teve início um período de abertura política, no qual o processo democrático começou a ser restabelecido. Em 11 de julho de 1984 foi aprovada, através da Lei nº 7.209, a Reforma Penal, cuja única mudança em relação à responsabilização penal dos jovens se refere à imputabilidade, quando no Art. 27 troca a palavra “irresponsáveis” por “inimputáveis”, ficando como nova redação: “Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial” (BRASIL, 1984), que na época era o Código de Menores de 1979.

O fim da Ditadura Militar, em 1985, fortaleceu as discussões sobre a necessidade de mudanças na Constituição Federal brasileira, culminando com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, para a qual foram organizados grupos de trabalho, divididos por temas, para discussões e elaboração das propostas, dentre os quais estava incluindo o tema criança e adolescente, resultando na elaboração do Art. 227, base para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este artigo está fundamentado na Doutrina da Proteção Integral, posteriormente consagrada na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, da qual o Brasil é signatário, contida também na Declaração dos Direitos Humanos (1948); na

Declaração dos Direitos da Criança (1959); e nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração dos Direitos dos Menores, conhecidas como Regras de Beijing (1985).

É considerada Doutrina da Proteção Integral por garantir os direitos fundamentais, próprios dos seres humanos, para todas as crianças e adolescentes do Brasil, São eles:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Desse modo, com a Doutrina da Proteção Integral, as crianças e adolescentes passaram da condição de objetos de intervenção do Estado para sujeitos de direitos, ou seja, o Estado não poderia mais institucionalizar crianças e adolescentes sem o devido processo legal; ganharam o reconhecimento da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, portanto, ainda em fase de amadurecimento; e foram considerados como prioridade absoluta, devendo os seus interesses estar sempre em primeiro lugar, como explica Pereira:

A Convenção consagra a “Doutrina da Proteção Integral”, ou seja, que os direitos inerentes a todas as crianças e adolescentes possuem características específicas devido à peculiar condição de pessoas em vias de desenvolvimento em que se encontram e que as políticas básicas voltadas para a juventude devem agir de forma integrada entre a família, a sociedade e o estado. Recomenda que a infância deverá ser considerada prioridade imediata e absoluta, necessitando de consideração especial, devendo sua proteção sobrepor-se às medidas de ajustes econômicos, sendo universalmente salvaguardados seus direitos fundamentais (2008, p. 25 e 26).

Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como a Constituição Cidadã, trazendo um novo argumento para a necessidade de urgência de mudanças no Código de Menores de 1979, a incompatibilidade entre a Doutrina da Situação Irregular, base do Código, e a Doutrina da Proteção Integral, presente na nova Constituição. Em 1989, integrantes de entidades da sociedade civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário, por reconhecerem essa incompatibilidade, iniciaram um movimento em prol da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com grande destaque para a participação do Movimento Nacional dos

Meninos e Meninas de Rua – MNMMR⁹ e Pastoral da Criança, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Assim, partindo de uma grande discussão a nível nacional, o ECA, redigido por uma comissão composta por representantes de movimentos sociais, de juristas e de órgãos governamentais, a nível técnico, foi aprovado no Congresso Nacional e em 13 de julho de 1990 promulgado através da Lei 8.069. Esta nova Lei revogou o Código de Menores de 1979 e a Doutrina da Situação Irregular e foi considerada uma grande conquista de toda a sociedade brasileira. Ela inicia demonstrando a adoção da Doutrina da Proteção Integral, no Art. 1º, quando estabelece: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (BRASIL, 1990, p.15), definindo como criança a pessoas com idade entre zero e doze anos e adolescente entre doze e dezoito anos. Com a adoção desta citada Doutrina da Proteção Integral, o ECA garante, no Art. 3º, os “direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” (Brasil, 1990, p.15), para todas as crianças e adolescentes do Brasil, indistintamente, ressaltando no art. 5º que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência ou crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p.16).

Diferentemente do Código de Menores e da Doutrina da Situação Irregular, o ECA garante para todas as crianças e adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária, ao estabelecer, no Art. 19, que: “Toda criança ou adolescente tem direito de ser criado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 1990, p.20), assegurando esse direito, inclusive, para as famílias mais carentes, não sendo este um motivo para suspensão do ou perda do pátrio poder e/ou institucionalização, ao mesmo tempo em que estabelece abrigatoriedade de inclusão das mesmas em programas de auxílio oficiais, assegurando assim as condições necessárias para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Outro ponto importante do ECA (1990) diz respeito às entidades de atendimento, quando organiza sua divisão em programas protetivos, destinados a proteger crianças e

⁹ O MNMMR foi um dos mais importantes polos de mobilização nacional na área da infância e juventude. O objetivo a ser alcançado era uma constituição que garantisse e ampliasse os direitos sociais e individuais das crianças e adolescentes do Brasil.

adolescentes órfãos, abandonados, em situação de conflito familiar e vítimas de violência, dentre outros casos, e os programas socioeducativos destinados para adolescentes em conflito com a lei, separadamente, pondo fim ao atendimento generalizado para todos. A partir dessa separação, surgem as denominações de atendimento protetivo, para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social e o atendimento socioeducativo, para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

No que se refere à imputabilidade penal, o ECA define, no Art. 104, que “São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeito a medidas previstas nesta lei” (BRASIL, 1990, p.50), ou seja, se o ato infracional é cometido por uma criança, ela estará sujeita a aplicação de medidas protetivas, porém, se ato for cometido por adolescente, o mesmo será responsabilizado por meio de um processo legal e estará sujeito a aplicação de medidas socioeducativas, aplicadas de acordo com a gravidade da situação, para serem executadas através dos Programas de Atendimento Socioeducativo. Estes Programas são definidos pela Lei 12.594 (2012), no Art. 1º, § 3º, como “[...] a organização e o funcionamento, por unidades, das condições necessárias para o cumprimento das medidas socioeducativas” (BRASIL, 2012, p.2), através dos quais as ações sócio-pedagógicas devem prevalecer sobre os aspectos sancionatórios.

Diante do que foi exposto podemos observar que, desde o período do Império até os dias atuais, as leis, especialmente voltadas para o reconhecimento e garantias dos direitos das crianças e adolescentes, sofreram muitas alterações, em escala evolutiva, culminando com a aprovação do ECA. Entretanto não podemos dizer a mesma coisa da prática do atendimento, pois, por não ser considerado como prioridade pelos governos, vem sendo realizado, ao longo do tempo, em estruturas físicas inadequadas, com quadro de pessoal despreparado para a realização do trabalho e principalmente, com propostas educativas equivocadas. Mesmo após a aprovação do ECA, o órgão responsável para formular, normatizar e coordenar a Política de Atendimento para crianças e adolescentes, até 1995, era a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, criado em 1990 para substituiu a FUNABEM, porém com a mesma estrutura e a cultura organizacional do atendimento das FEBEMs, que por sua vez foi herdada do antigo SAM e Código de Menores, o que significa dizer atendimento socioeducativo baseado no modelo correccional-repressivo.

Visando promover a implementação dos avanços contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto Lei, muitos esforços foram empreendidos, tanto da parte dos gestores

quanto da sociedade civil organizada. Em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, através da Lei nº 8.242, o qual apresenta como objetivo definir diretrizes para a Política Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, além de fiscalizar as ações executadas pelo poder público, no âmbito do atendimento infanto-juvenil, por meio de gestão compartilhada entre governo e sociedade civil. Quanto a Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, após passar pela responsabilidade de vários órgãos, em 2003 foi contemplada com a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNPDCA, específica para esse fim, ligada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, cuja atribuição é assessorar a Presidência da República no que se refere à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, promovendo, estimulando, acompanhando e zelando pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na prática, muitos esforços também foram empreendidos para a realização de um atendimento socioeducativo com a incorporação das conquistas conseguidas no plano jurídico e político-conceitual, porém, mesmo contabilizando muitos avanços, a situação ainda era causa de preocupação, especialmente para representantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, motivando a partir de 2002, o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude - ABMP e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente - FONACRIAD, promoveram encontros para a avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas, bem como para a elaboração de proposta de Lei de Execução de medidas socioeducativas, visando à definição de diretrizes e parâmetros para o atendimento a nível nacional.

Em 2004, a SEDH e o CONANDA, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, sistematizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, enquanto documento que contém um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 23), para ser utilizado como guia da execução das medidas socioeducativas, o qual foi aprovado em Junho de 2006. Posteriormente, em 2009 foi

apresentado como Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, com aprovação em janeiro de 2012.

A expectativa, a partir da aprovação desta Lei, é que de fato aconteça um reordenamento no atendimento socioeducativo, cujo objetivo, como já enfatizava Costa em 2006, “será recompor a coerência entre o objeto (aplicação da medida socioeducativa), método (segurança-cidadã e respeito aos direitos fundamentais do interno) e estrutura (humana e efetivamente de contenção)” (2006b, p.62).

Revendo a trajetória do atendimento socioeducativo no Brasil podemos compreender que ele não acompanhou a evolução das leis, primeiro pela falta de decisão política, pois ela abriria as portas para os recursos financeiros, humanos e técnicos adequados e depois pela ausência de profissionais preparados para a realização de um trabalho embasado em fundamentos, métodos e técnicas específicas. Não se percebe, desde o período imperial até a aprovação do SINASE (2006), uma preocupação com a formação específica para os profissionais envolvidos nesse trabalho, o que nos leva a entender o fracasso de algumas tentativas de mudanças, pois como realizar uma ação educativa de qualidade sem as competências necessárias?

Costa ao analisar a situação dos recursos humanos do atendimento socioeducativo no Brasil concluiu que “Falta conhecimento das bases legais em que se assenta o trabalho, falta compromisso ético com a causa da educação de jovens em dificuldade, falta o mínimo de capacitação técnica para atuar no âmbito das medidas socioeducativas” (2006b, p.55).

A trajetória do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí não difere do padrão de atendimento nacional. Até o final da década de 1960 os menores que se envolviam com a criminalidade eram atendidos nas delegacias comuns e encaminhados para cadeias públicas, na maioria dos casos, junto com os adultos, sem separação e sem diferenciação no atendimento.

As primeiras ações implementadas no sentido de cumprir as orientações previstas nas leis e tratados referentes à proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, incluindo os envolvidos com a prática de atos infracionais, foram implantadas no início da década de 1970. Dentre elas estão:

- i) Implantação do Centro de Recuperação e Triagem - CRT, em 1973, para atender os menores em situação irregular, época do Código de Menores Melo Matos, isto é, os abandonados, os desocupados, os pedintes e os infratores, sem separação. Após realização de triagem, eram efetuados os encaminhamentos, de acordo com cada caso, permanecendo aqueles para os quais não eram encontradas as soluções apropriadas e os infratores, que praticavam atos leves, sem ameaça ou uso de violência contra as pessoas. Os menores que praticavam atos graves continuavam sendo encaminhados para as cadeias públicas, com o mesmo atendimento destinado para os adultos.

O referido Centro contava com Assistente Social e Psicólogo para a triagem e com monitores para acompanhamento dos internos e execução das atividades de apoio à educação, como alfabetização, reforço escolar e artes manuais, além da disciplina como principal ensinamento. No entanto, eram ações pontuais e ocupacionais, pois eram realizadas de forma aleatória, sem proposta pedagógica para orientação do trabalho.

- ii) Implantação do Centro Integrado de Atendimento ao Menor e à Família – CIAMF, em 1976, criado a partir da reformulação do Centro de Recuperação e Triagem - CRT, que priorizava a institucionalização dos menores em situação irregular. Como CIAMF, adotou um novo enfoque de trabalho voltado para a integração do menor à sua família e à sua comunidade, conforme orientações do Plano de Integração Menor Comunidade - PLIMEC, parte da nova política da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor - FUNABEM. Foi implantado no espaço físico reformado do CRT, para atender menores em situação de vulnerabilidade pessoal e social, infratores com prática de atos leves e suas famílias, para os quais eram disponibilizadas atividades ocupacionais, oficinas de artes manuais e profissionalizantes, realizadas através dos monitores e instrutores. Os menores e suas famílias participavam das atividades e retornavam para suas casas, só permanecendo na instituição aqueles que conviviam com situação de conflito familiar e não era recomendável retornar para suas famílias, os oriundos de outras cidades e/ou Estados e os infratores, que cometiam atos leves. Foi desativado no final da década de 1980, motivado pela escassez de recurso para sua manutenção.

Muito embora o CIAMF tenha apresentado novo enfoque para o trabalho, continuou utilizando a mesma sistemática de trabalho do CRT, com a realização de ações pontuais e ocupacionais, sem a fundamentação de uma proposta sócio-pedagógica para

definir metodologia e objetivos, as quais eram realizadas por profissionais criativos, mas alheios à essência do trabalho, o que pode ter contribuído para a limitação dos resultados práticos do atendimento.

No final da década de 1980 foi implantada a Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor - DSPM, destinada tanto aos menores vítimas de violação de direitos quanto os considerados em conflito com a Lei. Contava com alojamentos para a custódia dos menores enquanto aguardavam o andamento do processo, diminuindo a passagem dos mesmos pelas delegacias destinadas aos adultos.

A DSPM, mesmo contando com cerca de três décadas de funcionamento, ainda utiliza a mesma nomenclatura, apesar de funcionar apenas para o adolescente em conflito com a Lei e de existir uma delegacia específica para crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos.

Na década de 1990, com a aprovação da Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e estabeleceu atendimentos distintos para proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social e para os autores de atos infracionais, através da definição de medidas protetivas e medidas socioeducativas, foi realizado um reordenamento de programas e de ações, dentre elas:

- i) Implantação do Complexo de Apoio Social ao Adolescente - CASA, em 1991, uma Unidade masculina para atender 40 adolescentes, e uma Unidade feminina para atender 20 adolescentes, para fins específicos de cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, portanto em regime privativo de liberdade. Contudo, como não existia Unidades de Internação Provisória, funcionavam também para esse fim.

Eram Unidades vinculadas ao Serviço Social do Estado - SERSE, funcionado em estruturas físicas pequenas, adaptadas para esse fim, contando com precário recurso financeiro para a realização das ações, para as quais, além de não dispor de um projeto pedagógico para orientar o trabalho, possuía um quadro de servidores despreparados, sem a formação específica necessária para a realização do atendimento socioeducativo, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. À vista disso, o referido atendimento era realizado com prevalência de ações voltadas para o aspecto sancionatório, em detrimento das ações socioeducativas, no qual os adolescentes

ficavam ociosos, privados de liberdade e também de direitos fundamentais para o seu desenvolvimento, como a educação, a saúde, a profissionalização, a religiosidade, dentre outros. Além disso, muitas denúncias de tortura e maus tratos chegaram ao Ministério Público e à imprensa local, motivo apontado como causas de motins e rebeliões, incluindo uma rebelião, em 2002, que destruiu a Unidade de Internação masculina e causou a morte de um adolescente. Após esse fato, os adolescentes foram transferidos para a Casa de Custódia¹⁰, separados dos adultos, e depois remanejados para a Penitenciária Irmão Guido¹¹, disponibilizada especificamente para o acolhimento desses adolescentes, onde permaneceram até 2003, aguardando a reconstrução da Unidade de Internação.

- ii) Implantação do Centro Integrado de Atendimento a Criança e Adolescentes Vitimizados - CIACA, em 1995, visando cumprir o Art. 88, inciso V, do ECA (1990), que dispõe sobre a “integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, para fins de agilização do atendimento inicial a adolescentes em que se atribua autoria de ato infracional” (BRASIL, 1990). Para compor a integração dos órgãos foram transferidas para o mesmo espaço, a Delegacia de Segurança e Proteção ao Menor - DSPM; uma representação do Ministério Público, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias; e implantada a Ação Social Especializada - ASA, para efetuar a custódia dos adolescentes apreendidos enquanto aguardavam andamento dos processos. Era um órgão ligado ao Serviço Social do Estado - SERSE, responsável pela execução das medidas socioeducativas no Estado do Piauí, funcionando “como ‘porta de entrada’ para recepção, triagem, encaminhamento e acompanhamento a crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos fundamentais e ainda o atendimento ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional” (PIAUÍ, 1993, p.2).

Não obstante o estabelecimento de atendimentos distintos para vulneráveis e infratores, no ECA (1990), o CIACA ainda foi criado para atender os dois segmentos, tornando esse atendimento confuso em algumas situações em que o adolescente era vítima e ao mesmo tempo vitimizador, além de não cumprir o seu objetivo principal

¹⁰ Prisão provisória destinada para adultos,

¹¹ Penitenciária específica para adultos, recém-construída, que aguardava inauguração.

de agilização do atendimento inicial, considerando a presença, de fato, apenas da Segurança Pública e Assistência Social.

- iii) Implantação do Complexo de Defesa da Cidadania - CDC, em 1997, para substituir o CIACA, estruturado para proporcionar melhoria na realização da integração operacional dos órgãos responsáveis pela agilização do atendimento inicial, ainda para vulneráveis e infratores ao mesmo tempo, mas com a presença, além da Segurança Pública e Assistência Social, do Poder Judiciário e Ministério Público, através da designação de um Juiz e um Promotor, auxiliares, exclusivo para as demandas referentes ao ato infracional.
- iv) Implantação dos Programas de Medidas Socioeducativas em meio Aberto, Liberdade Assistida- LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, em 1999, aplicadas para casos de atos infracionais de natureza leve, sem ameaça ou violência contra a pessoa, com o objetivo de realizar um acompanhamento sistemático para os adolescentes sentenciados com essas medidas, como também promover os encaminhamentos necessários para a sua inclusão social e de sua família.
- v) Implantação do Complexo de Defesa da Cidadania de Parnaíba - PI, em 1999, para suprir a necessidade de atendimento inicial para adolescentes acusados do cometimento de ato infracional do município, visando o fim das prisões de adolescentes em cadeias públicas.

Na primeira década, após a virada do milênio, ocorreram muitas mudanças no atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, tanto na sua organização quanto na sua estrutura de funcionamento, como a reforma de espaços físicos dos Centros Socioeducativos, a criação de novos programas, a elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Programas de Atendimentos Socioeducativo, a formação dos recursos humanos, entre outras. São destaques:

- i) A Criação da 2ª Vara da Infância e Juventude, em 2001, específica para a matéria ato infracional/medidas socioeducativas, com a designação de titulares para o Juizado e Promotoria.
- ii) A Criação da Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC, através da Lei Complementar Estadual nº 028, de 9 de Junho de 2003, como órgão responsável pela

gestão estadual da Política de Assistência Social, através da qual passa a ser executada também a Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí. Sua criação extinguiu o Serviço Social do Estado - SERSE.

- iii) A Implantação do Centro de Internação Provisória - CEIP, em 2003, para acolher adolescentes do sexo masculino a quem se atribua a autoria de atos infracionais de natureza grave e/ou quando houver repercussão social do caso, que possa colocar em risco a sua segurança ou de terceiros. É uma medida cautelar, com prazo máximo de 45 dias e só deve ser aplicada, de acordo com o Art. 108 do ECA, quando “[...] fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida” (BRASIL, 1990, p.51.)

Essa iniciativa contribuiu para a melhoria do atendimento socioeducativo no Estado do Piauí, quando separou o atendimento destinado para adolescentes em Internação Provisória do atendimento para adolescentes em Internação para cumprimento de medida socioeducativa, considerando que, a realização de dois atendimentos distintos em um mesmo espaço físico ampliava o nível de dificuldade de realização das ações, tanto pela quantidade de adolescentes quanto pelas características dessas ações, que diferenciam-se em alguns aspectos.

- iv) A Implantação do Programa de Semiliberdade, para adolescentes do sexo masculino, em 2003, visando disponibilizar o regime de Semiliberdade, que pode ser definido como uma Internação com direito a atividades externas e está previsto no Ar. 120 do ECA (1990). É uma opção para aplicação como primeira medida, já que o Art. 122,§ 2º também define que a Internação só deve ser aplicada quando não houver outra medida mais adequada, ou como opção para progressão do regime de Internação.

A implantação desse Programa contribuiu para a diminuição da quantidade de adolescentes no Centro de Internação, na medida em que começou a receber adolescentes sentenciados com Semiliberdade, como primeira medida, que poderiam ir para a Internação e adolescentes com progressão da medida de Internação, que poderiam permanecer mais tempo internados.

- v) A Inauguração do Centro Educacional Masculino - CEM, em 2003, específico para cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, reconstruído no espaço da anterior Unidade de Internação, Complexo de Apoio Social ao Adolescente - CASA,

masculino, devastado em rebelião no ano de 2002. Com estrutura física ampliada e capacidade para atender 60 adolescentes, foi dividida em três alas de alojamentos; escola, com quatro salas de aula e biblioteca; espaço ecumênico; espaço para oficinas; refeitório; espaço para a prática de esportes; e para funcionamento da administração e atendimento técnico.

Inauguração do Centro Educacional Feminino - CEF, em 2004, em espaço reformado de uma antiga creche, para fins de Internação Provisória e cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação, levando em conta que a quantidade de adolescentes do sexo feminino que cometem atos infracionais no Estado do Piauí é muito pequena, o que explica a ausência de um centro específico para Internação Provisória.

Essa nova estrutura aliada a mudanças, tanto de gestores quanto no quadro de recursos humanos dos centros socioeducativos, abriram espaço para a realização de um atendimento socioeducativo, no sentido exato da palavra, em que o aspecto educativo da medida deverá se sobrepor ao aspecto sancionatório, podendo resultar em um atendimento mais humanizado, com base nas leis e tratados voltados para adolescentes privados de liberdade.

- vi) A elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, em 2004, como Política de Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí, a ser colocada em prática através de um “sistema de atendimento amplo, articulado e integral entre os diversos setores responsáveis para a efetivação das medidas socioeducativas, priorizando o atendimento multidisciplinar e interinstitucional” (PIAUÍ, 2004, p. 1).

O Plano Estadual de atendimento socioeducativo trouxe grande contribuição para a prática do atendimento por dar visibilidade para a incompletude institucional, através da qual todas as políticas públicas são direcionadas para as ações que fazem parte dos seus objetivos, como também para a necessidade de priorização de investimentos para o segmento, tanto para a melhoria da estrutura física, quanto para a formação de recursos humanos e para a implementação de ações educativas.

- vii) A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos centros Socioeducativos de Internação e Semiliberdade, em 2005 e reformulados em 2008, entendidos como “proposta norteadora de ações para a execução da medida socioeducativa”, (SASC, 2005/2008, a; b; c, p. 1).

Os Projetos Pedagógicos se constituíram as bases para o atendimento socioeducativo no Centro Educacional Masculino - CEM, no Centro Educacional Feminino - CEF e no Programa de Semiliberdade, haja vista que, trouxeram definições, fundamentos e concepções da ação educativa; as bases organizacionais dos Centros; os pressupostos metodológicos a serem utilizados, os princípios norteadores da ação; os procedimentos sócio-pedagógicos, a metodologia operacional e os procedimentos avaliativos da ação.

- viii) O Curso de Capacitação para Educadores Sociais das Medidas Socioeducativas no Estado do Piauí, em 2005, com o objetivo de proporcionar formação específica, voltada para o atendimento socioeducativo, considerando que, mesmo cada um já contando com formação própria da sua profissão, os conhecimentos das bases que fundamentam a ação socioeducativa tornaram-se imprescindíveis para o desempenho adequado da nova função de Educador Social.

O referido curso foi um marco para um início de mudança de paradigma da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, base do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o ponto de partida para a elaboração e implementação do programa de formação inicial e continuada dos educadores sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí.

- ix) A elaboração do Programa EDUCAR, em 2005, voltado para a formação introdutória e continuada dos Educadores Sociais que atuam no atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, em 2005. Esse Programa de formação é fundamental, tanto para habilitar os profissionais com as bases específicas para ingressarem no atendimento socioeducativo, quanto para promover formação continuada com aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos a ele inerentes, oferecendo os meios para a realização de um trabalho com mais possibilidades de resultados consequentes para a promoção do desenvolvimento e inclusão social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- x) Implantação do Complexo de Defesa da Cidadania de Picos - PI, em 2007, para atender a demanda do atendimento inicial e de Internação Provisória para adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional, do referido município, possibilitando a diminuição do número de adolescentes apreendidos em cadeias públicas.

Com base nesse levantamento, podemos perceber que a evolução do atendimento socioeducativo perpassa pela priorização da Política de Atendimento, por parte dos gestores, visando à viabilização da infraestrutura adequada e, principalmente, um quadro de recursos humanos preparados para a elaboração e execução de ações coerentes com o objetivo das medidas socioeducativas, que é contribuir para o desenvolvimento integral e a inclusão social dos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais.

No Estado do Piauí, a partir de 2003, quando esse atendimento foi priorizado, foram desencadeadas mudanças consideráveis, como melhorias na estrutura física dos Centros, implantação de novos Programas de Atendimento, a definição da Política Estadual, através do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Programas e especialmente a implantação de programa de formação específica introdutória e continuada dos Educadores Sociais, abrindo espaço para a mudança de paradigma da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, com melhores possibilidades de realização de um trabalho exitoso.

1.2. Os Educadores Sociais e as Bases para o Atendimento Socioeducativo

No Brasil a educação é regulamentada através da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996),¹² na qual se encontra definido, no Art.1º, que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996), o que faz da educação a base do desenvolvimento humano.

De acordo com Libâneo (2005), a educação deve ser vista como “prática humana” e “social” que contribui para a modificação dos seres humanos.

A educação compreende o conjunto dos processos, influências, estruturas, ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes, visando à formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2005, p. 64).

¹² Lei nº 9.349, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Sob esta ótica o atendimento socioeducativo, que compreende ações educativas voltadas para o desenvolvimento dos adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais, deverá contribuir para reflexão da realidade em que se encontram e para redirecionamento dos seus projetos de vida. Assim, compreendendo onde estão e onde querem chegar, tornam-se aptos a traçar um novo caminho, vislumbrando um futuro com pleno exercício da cidadania.

Na visão de Costa (2006a), “educar é criar espaços” e o “educador é um criador de espaços” para que a educação aconteça, devendo utilizar-se dos acontecimentos e de todo o contexto, de forma a possibilitar que o educando possa assumir-se como sujeito, com iniciativa, responsabilidade e compromisso.

Ainda de acordo com o autor (Costa, 2006a), é nessa perspectiva que todos os profissionais envolvidos com o atendimento socioeducativo são considerados Educadores Sociais, levando em conta que deverão aproveitar-se das situações do cotidiano para transformá-las em momentos educativos, incentivando e criando as condições para que os adolescentes possam adquirir bons critérios para avaliação das situações e autonomia para a tomada de decisão, necessários para que sejam protagonistas de uma nova história. Esta nova função de Educador Social se constitui através da somatória do saber específico de cada profissão agregada ao saber específico do trabalho socioeducativo, permitindo a construção de um novo saber, necessário para o desenvolvimento das novas competências.

Com base nos regimentos internos dos centros socioeducativos do Estado do Piauí (SASC, 2010c,d,e), são atribuições dos Educadores Sociais: acolhimento ou recepção do adolescente, momento destinado para esclarecimentos sobre a medida a ele imposta e sobre as normas internas da Unidade, para colher informações básicas individuais e dos pais ou responsáveis, realizar os encaminhamentos para o setor de saúde e alojamento e estabelecer comunicação inicial com a família; conhecimento da realidade do adolescente e da sua família, através de atendimentos individuais e visitas domiciliares; construção do prontuário do adolescente, com o registro dos dados colhidos; atualização do prontuário do adolescente, através do registro de dados do cotidiano socioeducativo; realização do estudo de caso do adolescente, a partir da análise da realidade conhecida; elaboração do Plano Individual de Atendimento - PIA, no qual deve constar o planejamento individual da ação educativa; execução das ações planejadas, que deverão estar incluídas ações de educação formal, saúde, profissionalização, cultura, esporte e lazer, acompanhamento familiar e espiritualidade, entre

outras; encaminhamento para a rede de serviços¹³, no âmbito do Estado e do Município; acompanhamento do cotidiano dos adolescentes; transmissão de informação e orientação, por meio de palestras e conversas informais; proteção dos direitos dos adolescentes, com especial atenção para repressão e maus tratos; avaliação da ação educativa; avaliação do desenvolvimento do adolescente; elaboração do relatório avaliativo do adolescente para subsidiar a decisão da Justiça.

Para a realização de uma ação socioeducativa de qualidade se faz necessário uma capacidade de intervenção ativa da parte dos Educadores Sociais, incompatível com ações rotineiras, pontuais, realizadas de forma mecânica, passiva, baseadas em normas de intervenção que desconsideram os contextos em que os educandos estão inseridos e especialmente que os ignoram como sujeito da ação socioeducativa. Por esta razão para trabalhar no atendimento socioeducativo os Educadores Sociais devem possuir atitudes construtivas, estimuladoras, otimistas e proativas, ingredientes indispensáveis para um trabalho que propõe reflexões e ações que resultam em mudanças na vida das pessoas.

Por se tratar de um trabalho complexo é essencial que os Educadores Sociais tenham o perfil adequado. Petrus (1993), citado por Romans (2003), considera indispensável que o Educador Social:

- Tenha um caráter otimista, dinâmico e aberto à colaboração e ao trabalho em equipe.
- Desenvolva sua atividade com criatividade, a fim de que encontre saídas para as muitas situações diferentes e muitas vezes imprevisíveis.
- Tenha a capacidade de se comunicar com os usuários, colegas e instituições de uma maneira profissional, baseando a relação na colaboração e no respeito mútuo.
- Seja capaz de analisar as causas e as consequências dos problemas sociais e tenha a sensibilidade suficiente para não se escandalizar diante de situações que os usuários apresentem.
- Controle sua emotividade e possua um grau suficiente de maturidade para enfrentar situações, incidentes ou casos cujas solução seja dificilmente ou aceitável para a própria pessoa.
- Seja consciente de seu nível de estresse e tenha sob controle as consequências que para ele comporte a relação diária com a problemática social, levando em conta as limitações na resolução de certos problemas.
- Seja capaz de refletir e de melhorar sua prática profissional, de atender sua saúde integral e de encontrar estímulos no e fora do trabalho que o façam mais agradável e eficaz (2003, p. 128).

¹³ Diz respeito ao conjunto de órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal.

Tais afirmações veem ao encontro das nossas necessidades, no sentido de realçar o perfil adequado para atuar como Educador Social, com as características compatíveis com a realização de um trabalho consistente, diante da complexidade que envolve a ação socioeducativa, no entanto o bom desempenho da função de Educador Social perpassa o conjunto das características, seguindo para o terreno das competências, considerando que:

[...] quando falamos em competências, temos de nos referir a saberes que adquirimos para fazer escolhas e para assumir as respectivas responsabilidades [...]. Mas um profissional competente é, com certeza, um profissional autônomo. Porém, ser autônomo não é cultivar a ilusão da independência. É, muito pelo contrário, ser capaz de gerir a interdependência com vantagens simultâneas para o próprio e para a sociedade, o que passa precisamente, no mundo contemporâneo, pela regulação da flexibilidade e pelo acolhimento da imprevisibilidade, dos outros, do tempo e de nós mesmos (CARVALHO E BAPTISTA 2004, p. 88 e 89)

Porém, falar de competências nos remete à necessidade do entendimento do significado do termo competência, considerando as diferentes concepções existentes. De acordo com o pensamento de Durand (1998) “O conceito de competência está baseado em três dimensões interdependentes - conhecimento, habilidades e atitudes - englobando questões técnicas, cognição e as atitudes relacionadas ao trabalho” (OLIVEIRA, NOVAIS, SILVA e BERTHOLINO, 2006, p. 361).

Ainda com base no pensamento de Durand (1998), Bruno-Faria e Brandão (2003), ressaltam que os conhecimentos são oriundos de informações armazenadas, que contribuem para um determinado comportamento; que as habilidades estão diretamente ligadas à capacidade de utilização do conhecimento; e que as atitudes estão vinculadas ao comportamento na realização da ação.

Nesse sentido entendemos que, para a realização competente de uma ação se faz necessário os conhecimentos, as habilidades/capacidades e as atitudes adequadas, levando em conta que conhecimento é “o ‘saber’ adquirido, o conhecimento técnico, os conceitos e as teorias”; que habilidade/capacidade é “o ‘saber fazer’, ou seja, é o saber colocado em prática”; e que atitude é “o comportamento do colaborador, a forma como ele age com seus pares, superiores e subordinados” (PICARELLI, 2002, p. 219).

Sob esta ótica, para a realização de um trabalho socioeducativo de qualidade, os Educadores Sociais necessitam se apropriar das competências específicas inerentes à ação socioeducativa, através do conhecimento das bases que fundamentam essa ação, no caso as

bases legais e pedagógicas, que servirão de plataforma para a formação continuada, espaço apropriado para a ampliação dos conhecimentos, como também para as avaliações e adequações exigidas pelas mudanças nas leis e necessidades surgidas no contexto do atendimento socioeducativo; do conhecimento da realidade dos adolescentes e suas famílias e dos recursos disponíveis na rede de serviços para a realização dos encaminhamentos necessários; do conhecimento da metodologia a ser utilizada, a fim de estabelecer as estratégias adequadas para cada caso, utilizando-se das habilidades/capacidades para colocar em prática o aprendizado; e do conhecimento das suas atribuições, tanto as específicas da sua profissão para a efetivação das intervenções que lhes são próprias, quanto às da sua função de Educador Social enquanto membro da equipe que trabalha na execução da ação socioeducativa, a fim de estabelecer a responsabilidade e o limite da sua atuação.

Assim, de posse dos conhecimentos necessários, identificados como o “saber”, os Educadores Sociais deverão aplicar as habilidades/capacidades, o “saber fazer”, para o planejamento e execução das ações educativas, utilizando-se de metodologias apropriadas e da capacidade de trabalhar em equipe, para colocar em prática, com segurança, os conhecimentos adquiridos. Entretanto, ter os conhecimentos e as habilidades/capacidades não é suficiente para garantir uma ação socioeducativa de qualidade, pois a prática da ação depende também da atitude do Educador Social, de como ele desenvolve a ação, identificada como o “querer”, isto é, o querer utilizar os conhecimentos as capacidades/habilidades, o querer contribuir no plano educativo, o querer ouvir e entender a situação do adolescente, o querer ajudar o adolescente a se desenvolver, enfim, o querer trabalhar para alcançar um objetivo, como parte de uma equipe, em prol de uma causa maior que é o desenvolvimento integral e a inclusão social do adolescente.

Diante do exposto, podemos entender que os Educadores Sociais são todos os profissionais que trabalham no atendimento socioeducativo, os quais devem apresentar um perfil adequado e ter a compreensão das suas atribuições e competências específicas para atuação na área, fato que torna essencial a formação específica, para absorção de conhecimento das bases legais e pedagógicas e de outras peculiaridades do atendimento em questão, como preparação para o desempenho de um trabalho com resultados exitosos para a vida dos adolescentes e de suas famílias.

1.2.1. Bases Legais do Atendimento Socioeducativo

A realidade do atendimento socioeducativo no Brasil, mesmo apresentando progresso em relação ao período que antecedeu o ECA, ainda não conseguiu incorporar os avanços conseguidos no plano jurídico e político-conceitual, levando em conta que, de acordo com relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (2012), elaborado a partir de visitas de fiscalização em todos os estados brasileiros, ainda existem muitos problemas em relação a aplicabilidade da Lei, pois a grande maioria dos municípios brasileiros não contam com varas de competência exclusiva da infância e juventude, fato que compromete tanto os procedimentos processuais quanto a aplicação correta das medidas socioeducativas. No entanto, ainda segundo o mesmo relatório do CNJ, os maiores entraves ainda dizem respeito à execução das medidas, haja vista que o atendimento é realizado, na maioria dos estados brasileiros, em estruturas físicas inadequadas, com superlotação, com equipes técnicas incompletas e sem a formação adequada, sem as condições adequadas para escolarização, atendimento de saúde, profissionalização, esporte, lazer. Também foi constatado pela equipe de fiscalização do CNJ que ainda existem casos de abuso sexual dentro dos centros socioeducativos; maus tratos; mortes por homicídio, doenças pré-existentes e suicídios; e descumprimento das leis e normativas.

No relatório da visita ao Estado do Piauí, o CNJ apontou, além das estruturas inadequadas, denúncias de maus tratos e falta de capacitação para os profissionais que atuam no referido atendimento socioeducativo “gerando um trabalho, na maioria das vezes amadorístico, de resultados duvidosos e até mesmo descompromissado” (CNJ, 2012, p.7).

Considerando a realidade do atendimento socioeducativo brasileiro e especialmente a realidade do Estado do Piauí, no que diz respeito à formação específica dos Educadores Sociais, assim como o fato de que esse atendimento socioeducativo deve ser realizado tendo como suporte legal os princípios e diretrizes contidas nas leis nacionais e nos tratados internacionais¹⁴, para os Educadores Sociais conhecer essas bases do atendimento é fator indispensável, a fim de que, de posse desse conhecimento, possam elaborar e implementar ações que venham a contribuir para o desenvolvimento integral e inclusão social dos

¹⁴ “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (Brasil, 2004, Art. 5, § 3º).

adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. À vista disso, segue a descrição desse suporte legal, a começar pelas normativas internacionais, considerando que elas fazem parte da base de construção das leis nacionais, as quais serão apresentadas na sequência. São elas:

a) Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas [ONU], em 10 de dezembro de 1948, reconhece a dignidade e os direitos iguais para todos, como fundamentais para a liberdade, a justiça e a paz do mundo. Consta na sua essência, no Art. 1º, que “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948/2008), definindo assim, valores como a liberdade, a igualdade, a justiça, a responsabilidade e a solidariedade. Quando estabelece, no Art. 2º, igualdade de direitos, não distinguindo “[...] raça, cor, sexo, religião, opinião política ou de natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 1948/2008), defende o respeito à diversidade e nos convida a exercitar o entendimento de que, mesmo sendo diferentes ou nos encontrando em situação diferentes, sempre seremos pessoas humanas, merecedoras de respeito e de oportunidades para uma vida digna. Ressalta ainda, o cuidado e a assistência especial para a infância, considerando criança as pessoas menores de 18 anos.

Esses princípios e valores devem servir de base para o atendimento socioeducativo, considerando que os adolescentes, mesmo após cometerem atos infracionais, continuam sendo pessoas humanas, sujeitas de direitos e que necessitam de oportunidades para ressignificar suas vidas, devendo ser do conhecimento de todos os educadores sociais.

b) Declaração Universal dos Direitos da Criança

Adotada em 20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reintera a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no que se refere à igualdade entre as pessoas e quando reafirma a “fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano” (ONU, 1959/2008) e especialmente, quando considera a criança como uma pessoa, não como propriedade da sua família ou do Estado, mas uma pessoa em desenvolvimento que necessita de “cuidados e assistência especiais” (ONU, 1959/2008).

Reafirma também o respeito à diversidade quando estabelece direitos iguais para todas as crianças, sem nenhuma forma de discriminação.

Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família (ONU, 1959/2008, Princípio 1).

Esta Declaração dos Direitos da Criança (1959/2008) estabelece ainda a necessidade de proteção social e de oportunidades para as crianças, sempre considerando o melhor para o seu desenvolvimento:

A criança gozará proteção social e serão-lhe proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança (ONU, 1959/2008, Princípio 2).

Sob esta ótica, o atendimento socioeducativo deve ser realizado de forma a garantir todos os direitos e oportunidades para os adolescentes, considerando que estão privados apenas da sua liberdade e não dos seus direitos, além do que, por serem consideradas pessoas em desenvolvimento, necessitam de orientação e acompanhamento para que possam revisar seus projetos de vida e redirecioná-los para um desenvolvimento saudável e para a inclusão social. É, portanto, necessário que a Declaração dos Direitos da Criança seja do conhecimento de todos os educadores sociais envolvidos no referido atendimento.

c) Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça juvenil – Regras de Beijing

As Regras de Beijing foram adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 29 de Novembro de 1985. Nestas Regras (ONU, 1985/2008) encontram-se estabelecidas orientações fundamentais para a promoção do bem-estar da criança, do adolescente e da sua família, através da implementação de ações que garantam o seu desenvolvimento pessoal e educacional, capaz de mantê-lo longe da criminalidade; da mobilização de todos os esforços, família, comunidade, instituições comunitárias e governamentais, para criação das condições necessárias para esse desenvolvimento acontecer, objetivando a redução da intervenção legal

da justiça; da efetivação de tratamento humanizado para a situação de conflito com a lei; e da contribuição da Justiça da Infância e da Juventude em prol da justiça social para todos os jovens, conciliando a sua proteção com a paz social.

De acordo com as Regras em questão (ONU, 1985/2008), as orientações devem alcançar todos os jovens infratores, sem distinção, ficando a cargo de cada país elaborar leis e normativas específicas, assim como criar órgãos e instituições que se encarreguem da administração da Justiça da Infância e Juventude e da execução das medidas impostas, de modo que possam atuar de forma humanizada, com proteção aos direitos básicos dos jovens infratores, ao mesmo tempo em que responde as exigências da sociedade. Também orientam para a Justiça da Infância e Juventude que todas as decisões relativas ao jovem infrator devem ser tomadas observando a proporcionalidade entre as circunstâncias e o ato praticado, respeitado sempre o devido processo legal, assim como as garantias processuais em todas as suas etapas, incluindo a proteção da sua identidade.

Em relação à investigação, as orientações contidas nas Regras de Beijing (ONU, 1985/2008) são para que logo em seguida à apreensão do jovem, os pais ou responsáveis sejam notificados e com a maior brevidade possível o caso seja examinado para que se analise a possibilidade de liberação do jovem para sua família, enquanto aguarda o andamento do processo. Recomendam ainda a análise da possibilidade de remissão ou perdão pelo ato praticado, com encaminhamento para programas de acompanhamento e orientação, e/ou ações compensatórias para a vítima, porém, na ausência dessas possibilidades e como último recurso, defendem a prisão preventiva, por um mínimo de tempo possível, a qual deverá ser efetivada em estabelecimentos específicos ou em espaços separados dos adultos, quando não existirem os específicos, contanto que “Enquanto se encontrarem sob custódia, os jovens receberão cuidados, proteção e toda assistência - social, educacional, profissional, psicológica, médica e física que requeiram, tendo em conta a sua idade, sexo e características individuais” (ONU, 1985/2008, Segunda Parte, item 13).

No que diz respeito à decisão judicial e aplicação de medidas, constam nas citadas Regras (ONU, 1985/2008), orientações para que sejam decididas através de processo imparcial e justo, no qual o jovem possa expressar a sua opinião e possa contar com a representação de um advogado ou assistência jurídica gratuita e com a participação dos pais ou responsáveis. Além disso, consta orientação para a elaboração de um relatório de investigação social, com dados sobre o meio social e pessoal do jovem e circunstâncias em

que foi praticada a infração, como subsídio para que seja tomada uma decisão justa em relação ao caso. Orientam ainda que as decisões judiciais sejam tomadas de acordo com os princípios que seguem:

- a) A resposta à infração será sempre proporcional não só às circunstâncias e à gravidade da infração, mas também às circunstâncias e às necessidades do jovem, assim como às necessidades da sociedade.
- b) As restrições à liberdade pessoal do jovem serão impostas após estudo cuidadoso e se reduzirão ao mínimo possível.
- c) Não será imposta a privação de liberdade pessoal a não ser que o jovem tenha praticado ato grave, envolvendo violência contra outra pessoa ou por reincidência no cometimento de outras infrações sérias, e a menos que não haja outra medida apropriada.
- d) O bem-estar do jovem será o fator preponderante no exame dos casos (ONU, 1985/2008, Terceira Parte, item 17.1).

Ao fazer alusão às medidas aplicáveis, as mesmas Regras de Beijing (ONU, 1985/2008) defendem a ideia de que os jovens não devem ser submetidos a penas capitais ou corporais e que a Justiça da Infância e Juventude deve ter sempre ao seu dispor uma variedade de medidas, para que possa ser flexível quando da aplicação, evitando assim a institucionalização generalizada. Porém, quanto à internação for inevitável, já que só deve ser aplicada como último recurso e sempre com a maior brevidade possível, os registros dos casos dos jovens infratores devem ficar em arquivos confidenciais, aos quais só devem ter acesso as pessoas autorizadas e as pessoas que atuam com jovens infratores deverão receber capacitação, através da “educação profissional, o treinamento em serviço, a reciclagem e outros meios apropriados de instrução para estabelecer e manter a necessária competência profissional” (ONU, 1985/2008, Terceira Parte, item 22.1).

Quando o assunto é institucionalização as referidas Regras (ONU, 1985/2008) recomendam que sejam em estabelecimentos específicos ou em espaços separados dos adultos, na falta dos específicos, com tratamento igual para jovens do sexo masculino e feminino, os quais devem ter por objetivo “assegurar seu cuidado, proteção educação e formação profissional para permitir-lhes que desempenhem um papel construtivo na sociedade” (ONU, 1985/2008, Quinta Parte, item 26.1). Também recomendam que “Os jovens institucionalizados receberão os cuidados, a proteção e toda a assistência necessária - social, educacional, profissional, psicológica, médica e física que requeiram devido à sua idade, sexo e personalidade e no interesse do desenvolvimento sadio” (ONU, 1985/2008,

Quinta Parte, item 26.3), sempre com o acompanhamento dos pais ou responsáveis, que deverão ter acesso às instituições.

Conhecer e trabalhar em consonância com as Regras de Beijing é essencial para a realização de um atendimento socioeducativo mais humanizado, uma vez que a mesma apresenta orientações para todas as fases do processo, desde a apreensão do adolescente até a execução das medidas aplicadas, portanto sua inclusão se torna indispensável no processo de formação específica dos educadores sociais.

d) Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança

A Convenção, enquanto instrumento normativo torna-se muito poderosa, pois não se limita a sugerir princípios e diretrizes, como a declaração, ela estabelece normas com força de Lei, o que faz da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) um marco para os direitos da criança no mundo, considerando que tem força de Lei internacional.

Esta Convenção dos Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e aprovada e promulgada pelo Brasil, em 1990. Por tratar da proteção e defesa de um conjunto de direitos da criança, indo desde os direitos individuais como a vida, a liberdade, a dignidade, o desenvolvimento físico, espiritual, moral e cultural e, em especial, a convivência familiar e comunitária; ao direito a acesso aos serviços de saúde, educação, profissionalização, esporte, cultura e lazer; além do direito a proteção contra abuso, negligência, tortura, maus tratos e exploração, consagrou a Doutrina da Proteção Integral, base para elaboração de leis e normativas sobre os direitos das crianças, a nível mundial, a qual tem como princípio norteador o “melhor interesse da criança” (ONU, 1989/2008), por ela considerada pessoas menores de 18 anos.

No que se refere à criança acusada ou declarada culpada de cometimento de infração da lei penal, a referida Convenção dos Direitos da Criança (1989/2008), reconhece que ela tem o direito de “ser tratada de modo a promover e estimular seu sentido de dignidade e de valor” (ONU, 1989/2008, Art. 40), através de um trabalho educativo que fortaleça “o respeito da criança pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais de terceiros, levando em consideração a idade da criança e a importância de se estimular sua reintegração e seu desempenho construtivo na sociedade” (ONU, 1989/2008, Art. 40). Também reconhece que ela tem direito ao devido processo legal e que no decorrer desse processo deve:

- i) Ser considerada inocente enquanto não for comprovada sua culpabilidade conforme a lei;
- ii) ser informada sem demora e diretamente ou, quando for o caso, por intermédio de seus pais ou de seus representantes legais, das acusações que pesam contra ela, e dispor de assistência jurídica ou outro tipo de assistência apropriada para a preparação e a apresentação de sua defesa;
- iii) ter a causa decidida sem demora por autoridade ou órgão judicial competente, independente e imparcial, em audiência justa conforme a lei, com assistência jurídica ou outra assistência e, a não ser que seja considerado contrário aos melhores interesses da criança, levar em consideração especialmente sua idade ou situação e a de seus pais ou representantes legais;
- iv) não ser obrigada a testemunhar ou a se declarar culpada, e poder interrogar ou fazer com que sejam interrogadas as testemunhas de acusação, bem como poder obter a participação e o interrogatório de testemunhas em sua defesa, em igualdade de condições;
- v) se for decidido que infringiu as leis penais, ter essa decisão e qualquer medida imposta em decorrência da mesma submetidas à revisão por autoridade ou órgão judicial superior competente, independente e imparcial, de acordo com a lei;
- vi) contar com a assistência gratuita de um intérprete caso a criança não compreenda ou fale o idioma utilizado;
- vii) ter plenamente respeitada sua vida privada durante todas as fases do processo (ONU, 1989/2008, Art. 40, item 2, letra b).

Ainda fazendo referência à criança que infringe a lei, a mencionada Convenção sobre Direitos da Criança (1989/2008) também oferece garantias para que ela possa contar com “leis, procedimentos, autoridades e instituições específicas” (ONU, 1989/2008, Art. 40, item 3), reconhecendo a necessidade de que sejam estabelecidos critérios para idade mínima em que uma criança possa ser considerada capaz de infringir a lei, assim como a adoção de medidas para que sejam tratadas com respeito aos direitos humanos. Ressalta ainda a necessidade de que sejam disponibilizadas alternativas para evitar a internação em instituições, e que essas alternativas sejam proporcionais ao ato e às circunstâncias em que o mesmo foi praticado.

As normas definidas nesta Convenção sobre os Direitos da Criança (1989/2008) são indispensáveis para o atendimento socioeducativo, devendo ser do conhecimento dos educadores sociais, em especial por ter consagrado a Doutrina da Proteção Integral, considerando o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e não como objetos de intervenção do Estado e a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, o que reforça a necessidade de uma política que priorize um atendimento socioeducativo de qualidade, que contemple o desenvolvimento integral e saudável do adolescente e que ofereça as condições necessárias para a sua inclusão social.

e) Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad

Aprovadas pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, em Setembro de 1990, as Diretrizes de Riad (ONU, 1990/2008) apresentam como princípios fundamentais, em primeiro lugar, o reconhecimento de que a prevenção da delinquência na juventude é fundamental para a prevenção da delinquência na sociedade como um todo; depois que para o seu sucesso é necessário o empenho das famílias, da sociedade e dos governos, a fim de garantir os direitos fundamentais das crianças e as oportunidades para que possam contar com as condições necessárias para o seu desenvolvimento pessoal e social, com segurança; e por fim a disponibilização dos meios para que esse desenvolvimento aconteça, através da criação de políticas e métodos de prevenção, baseados nas leis, que possibilitem a existência de uma rede de serviços capazes de reduzir as possibilidades de envolvimento dos adolescentes no cometimento de atos infracionais.

Por levar em consideração a importância das políticas de prevenção para a redução do cometimento de atos infracionais, as Diretrizes de Riad (ONU, 1990/2008) recomendam uma atenção preferencial para os processos de socialização da criança, com a fundamental participação da família, da comunidade e da escola, de forma a garantir o desenvolvimento e a integração social da mesma. Nesse sentido sugerem como imprescindíveis, que esforços sejam despendidos para a preservação e fortalecimento da família, para a organização da comunidade e para o livre acesso a uma educação de qualidade, realizada por profissionais qualificados, que possam promover, além da formação acadêmica e profissional das crianças e adolescentes, uma formação que possibilite a absorção dos valores fundamentais, em especial o respeito, tanto pela sua própria pessoa como pelo próximo e pelas liberdades fundamentais, através da utilização de metodologias criativas que prendam a atenção das crianças e adolescentes e valorize a participação ativa de todos e de cada um no processo educativo.

Ainda visando à prevenção da delinquência juvenil, as citadas Diretrizes (ONU, 1990), recomendam especial atenção para a criação de políticas e mecanismos para a prevenção e tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas, a partir da escola, com envolvimento das famílias, da comunidade e da sociedade em geral.

Assim, por considerar as ações de prevenção indispensáveis para redução da delinquência juvenil, as referidas Diretrizes de Riad (ONU, 1990/2008) propõem como prioridade para os governos, que incluam nos seus planejamentos orçamentários recursos suficientes para a execução de políticas públicas de qualidade, especialmente para as políticas direcionadas para as crianças e adolescentes, que automaticamente estarão contribuindo para a prevenção da delinquência entre os jovens.

O atendimento socioeducativo existe no Brasil para atender adolescentes sentenciados com medidas socioeducativas, por terem cometido atos infracionais e chegar a esse estágio significa que algumas lacunas deixaram de ser preenchidas na vida desses adolescentes e de suas famílias, que em sua maioria contam com poucos recursos, tanto financeiros, quanto de instrução, para as quais, em muitos casos, políticas públicas de qualidade funcionam como política de prevenção da delinquência juvenil. Ter esse olhar é fundamental para que os Educadores Sociais possam entender a necessidade de conhecer o contexto do cometimento do ato infracional, as necessidades dos adolescentes e de suas famílias e os recursos disponíveis, em termos de políticas públicas de prevenção e inclusão social, para direcionar suas ações e encaminhamentos, em busca de mudanças no estilo de vida dos adolescentes e da diminuição nos índices de reincidência de atos infracionais.

f) Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade:

Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 14 de Dezembro de 1990, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade, da qual o Brasil é signatário, orientam que a privação de liberdade deve ser determinada em último caso e pelo mínimo de tempo possível e reconhece que os jovens privados de liberdade se encontram em situação de vulnerabilidade e, para garantir seus direitos e liberdades fundamentais, necessitam de proteção especial, sem exceção, isto é, sem discriminação, de qualquer que seja a forma em que ela se apresente.

Para garantir essa proteção especial, as referidas Regras Mínimas (ONU, 1990/2008), apresentam critérios mínimos, aceitos pelas Nações Unidas, para que sejam usados como parâmetros de referência para o Sistema de Justiça Juvenil, assim como para os profissionais envolvidos na execução das medidas aplicadas, ao tempo em que recomendam a sua

incorporação à legislação de cada país membro das Nações Unidas, para garantir essa proteção especial.

As mencionadas Regras Mínimas (ONU, 1990/2008) definem que jovens são pessoas menores de 18 anos, porém defendem que deve haver um limite de idade para que possam ser privadas de liberdade, estabelecido através de leis; que a privação de liberdade deve ser efetivada de forma a garantir os direitos humanos e as liberdades fundamentais de todos os jovens; e que durante a privação de liberdade devem ser oferecidas atividades que promovam o desenvolvimento saudável, a dignidade, a responsabilidade, atitudes e conhecimentos que possibilitem a inclusão social desses jovens.

Quando se referem à detenção provisória, as Regras Mínimas (ONU, 1990/2008) recomendam que os jovens devam ser considerados inocentes até que sejam julgados e declarados culpados, o que pressupõe a existência de uma acusação formal e um processo legal, e levando em conta essa suposta inocência, sempre que possível, a detenção provisória deve ser evitada, mas caso ela não possa ser evitada, que seja aplicada por o mínimo de tempo possível, contanto que os jovens fiquem separados dos outros já considerados culpados. Também recomendam para os jovens em detenção provisória a garantia da assistência jurídica, com caráter confidencial e a disponibilização de atividades educativas, de profissionalização e lazer.

Para o funcionamento dos centros de internação com privação de liberdade, considerando as condições desumanas em que jovens são submetidos em muitos países, as Regras Mínimas (ONU, 1990/2008) apresentam orientações para os seguintes aspectos:

- Antecedentes: os centros de internação deverão organizar o registro das informações referentes aos processos e ao cumprimento das medidas aplicadas aos jovens, com o objetivo de compor arquivos com o histórico do desenvolvimento dos mesmos, os quais devem ser confiáveis e mantidos sob sigilo, com acesso apenas para as pessoas autorizadas. Ao serem liberados os jovens terão direito a sua extinção.
- Ingresso, deslocamento e mudança: ao receber os jovens, que deverá acontecer apenas com ordem judicial, os centros de internação deverão contar com pessoal qualificado para colher as informações necessárias sobre a situação sócio-familiar e processual de cada um, para compor a pasta de registro; prestar esclarecimento

sobre as normas de funcionamento da Unidade, com cópia do regulamento, o qual deverá informar as regras estabelecidas, incluindo seus direitos e deveres, objetivos da medida, metodologia de trabalho e normas disciplinares; estabelecer comunicação com seus familiares; e elaborar relatórios individuais, a fim subsidiar definição sobre local de alojamento, inclusão nas atividades do centro e a efetivação dos encaminhamentos necessários.

- Classificação e destinação: na privação de liberdade, para o encaminhamento dos jovens para o local e atividades adequadas, deverá ser levado em conta, além das necessidades e realidade dos jovens, a idade, o sexo, o ato praticado e a saúde física e mental, dados também servirão como critério para a separação dos diversos grupos no espaço físico do centro, a fim de garantir o bem-estar e a integridade física e emocional dos jovens e a paz na Unidade.
- Ambiente físico e alojamento: as estruturas físicas dos centros de internação deverão ser pequenas, para uma população igualmente pequena, a fim de individualizar o atendimento, garantir o acesso das famílias e a integração dos mesmos com a comunidade. Também deverão contar com alojamentos em boas condições de higiene, pré-requisitos importantes para um atendimento digno e humano, com instalações sanitárias em condições adequadas, com segurança, incluindo um sistema de segurança contra incêndios e com espaços para o esporte e lazer. Os dormitórios devem ser individuais ou para pequenos grupos, com roupa de cama individual e em condições de higiene, com discreta vigilância, para a proteção dos jovens, sendo permitido o isolamento noturno, em celas individuais, pelo mínimo de tempo possível, em casos excepcionais.
- Objetos pessoais: os jovens devem ter o direito de posse de seus objetos pessoais, como contribuição para o bem-estar psicológico, como também necessitam dispor de espaço seguro para guardá-los. Os objetos considerados inadequados para uso no cotidiano deverão ser guardados pela coordenação em lugares adequados, devidamente relacionados, com a assinatura dos jovens proprietários e recibo para posterior restituição. Os jovens deverão, preferencialmente, usar suas próprias roupas ou roupas a eles disponibilizadas, contanto que não os coloquem em situações humilhantes.

- Alimentação: os internos deverão receber alimentação saudável e adequada, em quantidade suficiente e em horários habituais. Também deverão ter disponível água limpa e potável.
- Educação: os centros de internação deverão garantir o direito à educação, dentro ou fora dos centros de internação, em escolas integradas ao sistema público, a fim de que, ao serem liberados, possam dar continuidade aos estudos, não devendo constar na documentação escolar nada que possa indicar a privação de liberdade, merecendo especial atenção os analfabetos e os que apresentam dificuldades cognitivas. Também deverão ter acesso à biblioteca, com livros e jornais adequados, que possam fornecer instrução e recreação.
- Formação profissional e trabalho: deverá ser garantida a profissionalização para todos os jovens, com vistas ao mercado de trabalho, levando sempre em consideração às suas opções, baseadas nas suas aptidões. De acordo com as possibilidades deverá ser dada a oportunidade para o exercício de trabalho remunerado, como complemento da profissionalização, visando a preparação dos jovens para o mercado formal de trabalho, contanto que tenham uma remuneração justa e que parte dessa remuneração seja transformada em reserva para ser utilizada após a sua liberação, porém, deverão ser observadas as normas de proteção relativas ao trabalho infantil.
- Atividades recreativas: os centros de internação deverão disponibilizar atividades esportivas, culturais e de lazer para os jovens privados de liberdade, sempre verificando as aptidões e as condições físicas individuais.
- Religiosidade: aos jovens privados de liberdade deverá ser garantido o direito de seguir os preceitos da sua religião, como base para o fortalecimento da religiosidade e dos valores fundamentais.
- Atenção à Saúde: os centros de internação deverão contar com as condições necessárias para o atendimento e acompanhamento da saúde dos jovens privados de liberdade, em parceria com órgãos responsáveis pela execução da política de saúde de forma a garantir o direito à saúde, através de ações preventivas e curativas, assim como o acesso aos medicamentos, os quais deverão ser prescritos apenas por médicos, para tratamento de saúde e em hipótese nenhuma para castigar ou obter

informações dos jovens. O atendimento de saúde, que deverá ser realizado de preferência utilizando os serviços disponíveis na comunidade, deverá iniciar logo após o ingresso dos jovens, a fim de verificar suas condições de saúde física e mental, como também a existência de marcas de maus-tratos anteriores e continuar, de acordo com as necessidades, até a liberação dos mesmos. Também deverão ser colocados à disposição dos jovens programas de prevenção e tratamento para o uso indevido de drogas, de acordo com a idade, sexo e necessidade de cada um.

- Acompanhamento da família: o atendimento aos jovens deverá ser realizado com a participação das famílias, em todas as etapas do processo, especialmente em situações de dificuldade em relação à saúde, acidentes e falecimento.
- Contatos externos: considerando que os contatos com o meio externo são imprescindíveis para a reintegração social dos jovens, os centros de privação de liberdade deverão, sempre que possível, proporcionar para os jovens contatos exteriores, seja através de visitas de familiares, que podem ser semanais ou mensais, e de outras pessoas que possam contribuir para seu desenvolvimento na Unidade ou de saídas para ações educativas, atendimento de saúde, profissionalização, visita para sua família, dentre outras. Também deverão ter direito a comunicação escrita ou por telefone com pessoas de sua preferência, de acordo com as possibilidades legais, no mínimo duas vezes por semana.
- Coerção física: considerando a proibição para todo e qualquer tipo de violação de direitos e tratamento desumano, os centros de internação deverão proibir a utilização da força ou qualquer instrumento que possa coagir os jovens, para qualquer que seja a finalidade, salvo os casos em que eles possam prejudicar a si mesmos, a outras pessoas ou causar graves danos materiais para os centros, contanto que os meios utilizados não provoquem dores, lesões ou situações humilhantes. Os funcionários dos centros de internação deverão ser proibidos de portar e usar armas.
- Procedimentos disciplinares: a organização de um centro de internação perpassa pela construção de normas e regras que possibilitem a manutenção da ordem na Unidade, como também a convivência pacífica entre os jovens e entre eles e os funcionários. Para tal deverão contar com normas e procedimentos disciplinares,

com o objetivo de promover a organização do cotidiano da Unidade, com segurança, respeito aos direitos humanos e dignidade, para serem utilizadas sempre como instrumento educativo e nunca como punição, portanto, a adoção de medidas disciplinares cruéis e degradantes que de alguma forma possa colocar em perigo a saúde física ou mental dos jovens, como castigos corporais, isolamento, redução de alimentos, os contatos com a família, dentre outros, deverão se proibidas, como também as punições coletivas e a duplicidade de procedimento disciplinar para a mesma infração.

- Inspeções e reclamações: garantir atendimento com base os direitos humanos para jovens privados de liberdade requer transparência nas ações e acompanhamento por parte de representantes de órgãos de controle e para que esse processo ocorra, os centros de internação deverão permitir o acesso a pessoas ou equipes de inspeção, devidamente constituídas, com competências estabelecidas, para a realização de avaliações da qualidade do atendimento e cumprimento do respeito aos direitos humanos dos jovens privados de liberdade. Suas conclusões devem ser encaminhadas para as autoridades competentes, para que possam tomar as providências cabíveis. Aos jovens privados de liberdade deverá ser garantido o direito de apresentarem reclamações, queixas e petições, para a direção dos centros ou autoridades competentes.
- Recursos humanos: os centros de internação deverão contar com pessoal suficiente e qualificado para a realização do trabalho, com vínculo empregatício permanente, temporário ou voluntário, contanto que sejam pessoas íntegras, com atitudes humanitárias, dedicadas, de bom comportamento e de posse das competências necessárias para o exercício do trabalho com jovens privados de liberdade, adquiridas através de formação específica que os qualifique para o bom desempenho de suas funções, especialmente sobre os temas voltados para a proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e nesse sentido, todos deverão respeitar e proteger os direitos humanos dos jovens. Para manter os profissionais e a qualidade do trabalho, os órgãos responsáveis pela administração dos centros deverão garantir o nível de remuneração e vantagens pessoais para quadro de pessoal e sua formação específica e contínua.

Podemos compreender que essas orientações das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdades são indispensáveis na formação específica dos Educadores Sociais que trabalham no atendimento socioeducativo, haja vista que estão voltadas para a prevenção da violação dos direitos dos internos e para um atendimento digno e humanizado.

g) Constituição da República Federativa do Brasil:

Foi aprovada em 5 de outubro de 1988, reitera a Declaração dos Direitos Humanos (1959), quando determina, no Art. 5º, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988) e quando trata dos direitos e garantias fundamentais, estabelece, no Art. 5º, inciso III, que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, 1988).

Quando se refere a pessoas condenadas por cometimento de crime ou contravenção penal, a citada Constituição Federal (1988) define no Art. 5º, incisos XLVIII e XLIX, que “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” e que “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral” (Brasil, 1988). Também define no Art. 5º, inciso LIV, que só a autoridade competente pode sentenciar os considerados culpados e que “ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (BRASIL, 1988).

Como regra para as que as pessoas sejam detidas, a Constituição Federal (1988) determina, no Art. 5º, inciso LXI, que “ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem fundamentada da autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei” (BRASIL, 1988); que toda prisão deverá ser comunicada aos familiares da pessoa privada de liberdade; e que, nos casos em que a lei permitir a liberdade provisória, a privação de liberdade deverá ser evitada.

Reafirmando as recomendações da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração dos Direitos da Criança (1959), a Constituição Federal (1988) reconhece crianças e adolescentes como pessoas humanas em desenvolvimento, garante para elas promoção e proteção especial e se antecipa adotando a Doutrina da Proteção Integral, na época em processo de discussão para aprovação pela Assembleia geral da ONU, através do Art. 227, quando lhes assegura, com prioridade absoluta, direitos fundamentais para um

desenvolvimento saudável e seguro. Assim, considerados pela Constituição Federal como pessoas humanas em desenvolvimento, mas com todos os direitos e deveres a elas inerentes, os adolescentes menores de 18 anos, apesar de serem considerados penalmente inimputáveis, deverão ser responsabilizados ao infringirem a Lei, ficando sujeitos às regras da legislação específica, contanto que contem, de acordo com o Art. 227, 3º, inciso IV, com a “garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica” (BRASIL, 1988) e quando a eles for aplicada uma medida privativa de liberdade, esta deverá obedecer, conforme o Art. 227, § 3º, inciso V, aos princípios da “brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1988).

Para os Educadores Sociais, que são responsáveis pela proteção e promoção dos direitos dos adolescentes internos, conhecer a Constituição Federal, especialmente o Art. 227, base da construção do ECA e demais artigos que tratam da privação de liberdade é de fundamental importância, enquanto subsídio para o cumprimento do papel a eles confiado.

h) Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

O ECA, enquanto Lei que dispõe sobre direitos e deveres das crianças e dos adolescentes do Brasil, foi promulgado em 1990 e está fundamentado na Doutrina da Proteção Integral, presente na Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Reconhecendo que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, na condição de seres humanos, a Doutrina da Proteção Integral reconhece também que eles estão aptos a um exercício pleno da cidadania, no que se refere à condição de cidadão e, conseqüentemente, dos direitos inerentes a todos os cidadãos brasileiros, porém com proteção especial por sua condição de pessoas em desenvolvimento, portanto, merecedores de atenção, respeito e proteção da família, da sociedade e do Estado, com prioridade absoluta para que possam se desenvolver e contribuir para o desenvolvimento do país.

Adotando esta nova Doutrina, o Brasil que tinha um histórico de violação de direitos de crianças e adolescentes desde o Império, passando pela Doutrina do Menor, contida no Código de Menores de 1927 e pela Doutrina da Situação Irregular, do Código de Menores de 1979, rompe com esse padrão de Política de Atendimento e passa adotar uma política na perspectiva do respeito e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, com o desafio de ampliar e melhorar a qualidade das políticas públicas para a inclusão social desse segmento da

sua população, com a completude das ações das políticas sociais básicas, de assistência social, de proteção especial e de garantia de direitos.

O quadro abaixo demonstra a diferença entre a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral.

Quadro 1: Diferença entre a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral

DOUTRINA DA SITUAÇÃO IRREGULAR	DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL
Destina-se aos menores em situação irregular: carentes, abandonados, inadaptados e infratores.	Dirige-se a todas as crianças e adolescentes, sem exceção alguma.
Trata apenas da proteção (carentes e abandonados) e da vigilância (inadaptados e infratores).	Trata da proteção integral, isto é, da sobrevivência, do desenvolvimento e da integridade de todas as crianças e adolescentes.
Usa o sistema de administração da justiça para fazer o controle social da pobreza.	Usa o sistema de justiça para o controle social do delito e cria mecanismos de exigibilidade para os direitos individuais e coletivos da população infanto-juvenil.
Vê o menor como objeto de intervenção jurídico-social do Estado.	Vê a criança e o adolescente como sujeitos de direitos com base na lei.
É centralizador e autoritário.	É descentralizador e aberto à participação da cidadania por meio de conselhos deliberativos e paritários.
Foi elaborado no mundo jurídico, sem audiência da sociedade.	Foi elaborado de forma tripartite: movimentos sociais, mundo jurídico e políticas públicas.
Segrega e discrimina menores em atuação irregular.	Resgata direitos, responsabiliza e integra adolescentes em conflito com a lei.
Não distingue os casos sociais (pobreza) daqueles com implicação de natureza jurídica	Estabelece uma clara distinção entre os casos sociais e aqueles com implicações de natureza jurídica, destinando os primeiros aos Conselhos Tutelares e os

(delito).	últimos somente à Justiça da Infância e da Juventude.
-----------	---

Fonte: (COSTA, 2006a, p. 23).

É importante distinguir, conforme Costa (2006a), que as políticas sociais básicas são consideradas universais por serem de direito de todas as pessoas e dever do Estado, enquanto que a política de assistência social é só para os necessitados, que por algum motivo não possam suprir suas necessidades básicas. Já as políticas de proteção especial, ainda segundo o autor, são direcionadas para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, caso de crianças vítimas de violências, dependentes químicos e infratores, entre outros e, por fim, as políticas de garantia de direitos que são voltadas para as pessoas que sofrem violação de direitos com comprometimento da integridade física e/ou psicológica e moral.

A partir dessa reflexão, podemos entender que as políticas públicas devem ser pensadas e executadas levando em conta cada público específico e, nesse sentido, é importante destacar que o ECA (1990) estabeleceu atendimentos distintos para os vulneráveis, casos com implicações sociais, através das medidas protetivas e para os infratores, casos de natureza jurídica, por meio das medidas socioeducativas, pondo um fim ao atendimento indistinto, perverso, realizado no mesmo espaço, adotado pela Doutrina da Situação Irregular.

No âmbito do atendimento socioeducativo, a Doutrina da Proteção Integral, base do ECA, “Resgata direitos, responsabiliza e integra adolescentes em conflito com a lei” (COSTA, 2006b, p.23). Resgata direitos quando considera que os adolescentes são possuidores dos mesmos direitos que os adultos no que se refere aos direitos individuais e às garantias processuais, porém, com os tramites realizados através da Justiça da Infância e da Juventude; responsabiliza quando lhes atribui uma medida socioeducativa como consequência pela autoria do ato infracional praticado; e integra quando contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos, através de ações socioeducativas.

Desta forma, visando garantir direitos e estabelecer responsabilidades o ECA, enquanto legislação tutelar específica, normatiza os direitos e deveres de adolescentes autores de atos infracionais iniciando pelas garantias individuais, no Art. 106, quando estabelece que “Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente” (BRASIL, 1990). Este artigo muda toda a lógica da Doutrina da Situação Irregular quando garante que nenhum

adolescente seja apreendido sem indícios de autoria de ato infracional, como acontecia anteriormente. Ainda de acordo com o ECA (1990), no caso de apreensão, esta deverá ser comunicada imediatamente tanto para a autoridade judiciária competente, para que seja examinada a possibilidade de liberação do adolescente, quanto para os familiares ou responsáveis pelo mesmo, para que possam acompanhar o caso e se responsabilizar pela sua liberação, se assim for resolvido. Porém, se houver vestígios da existência material da autoria e do ato infracional, o adolescente poderá ser internado provisoriamente, antes de ser sentenciado, por um prazo máximo de quarenta e cinco dias, conforme o Art. 108 do ECA (1990).

Quando se refere às garantias processuais o Estatuto (ECA, 1990) estabelece que, além de nenhum adolescente poder ser privado de liberdade sem a existência de um processo legal, também lhes são asseguradas as garantias definidas no Art. 111:

- I - pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente;
- II - igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa;
- III - defesa técnica por advogado;
- IV - assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei;
- V - direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;
- VI - direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento (BRASIL, 1990).

Ao se reportar à aplicação da medida socioeducativa, o ECA (1990) estabelece que a autoridade competente deverá considerar a capacidade do adolescente para cumpri-la, assim como em que circunstâncias aconteceu o ato infracional e a sua gravidade. Para os adolescentes com problemas mentais determina que sejam submetidos a tratamento adequados, em locais apropriados, que ofereçam as condições necessárias para obtenção de bons resultados. Ainda adverte que é terminantemente proibido que o adolescente realize trabalho forçado.

Das medidas socioeducativas, previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida deverão ser aplicadas para os casos de atos infracionais de natureza leve, para serem executadas em meio aberto, através das quais os adolescentes terão acompanhamento e orientação e permanecerão junto das suas famílias nas suas comunidades, enquanto que a semiliberdade e a internação serão destinadas para os casos de atos de

natureza grave, com ameaças graves e/ou violência contra as pessoas, em regime privativo de liberdade, com e sem direito a atividades externas, portanto a gravidade do ato praticado é fator determinante para a escolha da medida socioeducativa.

Nesta perspectiva podemos compreender que o regime de semiliberdade encontra-se em uma posição intermediária entre o meio aberto e a privação de liberdade. É a última opção antes da internação e a primeira para o caso de uma progressão da medida de internação e como funciona como uma internação com direito a atividades externas, pode utilizar-se de recursos educativos tanto oriundos do regime privativo de liberdade quanto do meio aberto, conforme o Art. 120 do ECA:

O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (BRASIL, 1990)

.

A internação é constituída como regime privativo de liberdade e de acordo com o ECA, no Art. 121, está “sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990). Nesse sentido, na internação a ação socioeducativa deverá ser executada de forma a propiciar resultados que possam abreviar o tempo de privação de liberdade do adolescente, medida esta que só deverá ser determinada excepcionalmente, quando não houver outra mais adequada, por ser imposta a um ser em desenvolvimento, em busca da construção da sua identidade¹⁵ pessoal e social.

O ECA (1990) também define critérios para o regime de internação, no que diz respeito a atividades externas, prazo de cumprimento da medida, limite máximo de idade para permanência na instituição e normas para liberação do adolescente, deixando claro a existência de um mecanismo de permuta entre a capacidade de resposta à abordagem socioeducativa e a participação nas atividades externas, obtenção de progressão de medida e liberação.

¹⁷ Construção da identidade no sentido do encontro da pessoa consigo mesmo, como condição para que ela possa encontrar-se com os demais seres humanos.

Diferentemente do Código de Menores o ECA (1990) estabelece o atendimento socioeducativo em instituições exclusivas para adolescentes infratores, as quais deverão, conforme o ECA, no Art. 123, ser organizadas obedecendo a critérios para a separação por “idade, compleição física e gravidade da infração” (BRASIL, 1990), com obrigatoriedade de atividades pedagógicas. À vista disso, mesmo com o entendimento do caráter sancionatório da medida socioeducativa e com a necessidade de existência de ações de contenção e segurança, no atendimento socioeducativo a natureza pedagógica deverá predominar, para que possa proporcionar um atendimento digno, seguro, humano, capaz de contribuir para desenvolvimento integral e a inclusão social dos adolescentes.

Desse modo, o ECA (1990), além de garantir prioridade para a ação educativa e de proteger a integridade física e mental dos adolescentes privados de liberdade, com a adoção de medidas de contenção e segurança, também define seus direitos, no Art. 124:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público; II - peticionar diretamente a qualquer autoridade; III - avistar-se reservadamente com seu defensor; IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada; V - ser tratado com respeito e dignidade; VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; VII - receber visitas, ao menos, semanalmente; VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos; IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal; X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade; XI - receber escolarização e profissionalização; XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; XIII - ter acesso aos meios de comunicação social; XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje; XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade. § 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade. § 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente (BRASIL, 1990).

Para garantir esses direitos, o referido Estatuto (1990) também estabelece as obrigações das entidades de atendimento, previstas no seu Art. 94, levando em consideração que são guardiãs da vida dos adolescentes, como também responsáveis pelo seu desenvolvimento pessoal e social.

Diante do exposto, podemos compreender que, para executar um atendimento socioeducativo que assegure garantias processuais, direitos fundamentais, respeito e

dignidade, integridade física e mental, desenvolvimento e inclusão social, os Educadores Sociais precisam conhecer a fundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, haja vista que são responsáveis por garantir os direitos previstos nesta lei.

i) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto lei, representou um grande avanço na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, especialmente para os adolescentes envolvidos com a prática de atos infracionais, porém, esse avanço aconteceu mais efetivamente no plano jurídico, político e conceitual, considerando que esta Lei não contou com a normatização da execução da Política de Atendimento Socioeducativo, deixando um vazio normativo, tendo como consequência uma prática diferenciada em cada Estado e até mesmo em cada Programa de Atendimento Socioeducativo. Além disso, a evolução da prática do atendimento, diretamente relacionada à mudança de paradigma, da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, se configurou como um processo lento e dependente de vontade política dos gestores, vontade essa, capaz de gerar os recursos financeiros necessários para a obtenção de uma infraestrutura adequada para a realização do atendimento socioeducativo, como também recursos humanos preparados, com formação específica, para a realização da ação educativa, fundamentada nas bases legais e pedagógicas.

Desta forma, o atendimento socioeducativo, mesmo após a promulgação do ECA (1990), continuou a ser realizado de acordo com a sensibilidade e interesse de cada gestor, gerando desigualdade e em muitos casos, uma prática ainda baseado na Doutrina da Situação Irregular, com caráter correccional repressivo, em condições desumanas, resultando em uma grande discrepância na qualidade desse atendimento a nível nacional.

Com o intuito de provocar uma mudança no panorama nacional, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, fruto de uma construção coletiva, envolvendo equipes de órgãos governamentais e não governamentais e especialmente operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGD¹⁶, foi aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, em 08 de junho

¹⁶ O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é composto por órgãos governamentais e da sociedade civil, articulados para a aplicação dos instrumentos normativos e dos mecanismos de promoção, defesa e controle dos direitos da criança e do adolescente, a nível nacional, dos estados e municípios.

de 2006, com o objetivo de orientar o atendimento socioeducativo, a nível nacional, para a realização de um trabalho socioeducativo fundamentado nos princípios dos direitos humanos, com vistas a um alinhamento quanto ao conceito, método e operacionalização.

Nesta perspectiva, o SINASE (2006), que foi constituído como um guia para a execução do atendimento socioeducativo no Brasil, orienta a prática socioeducativa com base em princípios, fundamentados na Constituição Federal (1988), ECA (1990) e nos tratados internacionais, especialmente na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Regras de Beijing e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade. São eles:

Respeito aos direitos humanos; Responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes; Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos e responsabilidades; Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; Legalidade; Respeito ao devido processo legal; Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; Incolumidade, integridade física e segurança; Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias, à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes ; Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; Municipalização do atendimento; Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; Co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2006, p. de 26 a 34).

Com o entendimento de que no atendimento socioeducativo a natureza pedagógica da medida socioeducativa deverá ser o foco principal, o SINASE (2006) orienta a prática de ações educativas através das seguintes diretrizes pedagógicas:

- 1) Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios;
- 2) Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo;
- 3) Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações educativas;
- 4) Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa;
- 5) Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;

- 6) Diretividade no processo socioeducativo;
- 7) Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa;
- 8) Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional;
- 9) Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
- 8) Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;
- 9) Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
- 10) Formação continuada dos atores sociais (BRASIL, 2006, p.52 a 56).

Além dos princípios e das diretrizes, que são bases para o atendimento socioeducativo, o SINASE (2006) também apresenta os parâmetros da ação socioeducativa, organizados através dos eixos: “suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; educação; cultura, esporte e lazer; saúde; abordagem familiar e comunitária; profissionalização, trabalho e previdência; e segurança” (Brasil, 2006, p. 63 a 79). São parâmetros que deverão uniformizar o atendimento socioeducativo, a nível nacional, com procedimentos mais justos, visando limitar arbitrariedades e guiar a ação educativa com vistas ao desenvolvimento pessoal e a inclusão social do adolescente.

Nesse sentido, o SINASE enquanto documento trouxe sua contribuição para a melhoria da qualidade do atendimento socioeducativo, porém como ainda não supria o vazio normativo causado pela ausência de regulamentação da execução das medidas socioeducativas, em 18 de janeiro de 2012 foi aprovado pela lei, nº 12.594, como normatização para a execução das medidas socioeducativas, com as seguintes disposições gerais, no Art. 1º:

Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.

§ 2º Entendem-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), as quais têm por objetivos:

I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;

e

III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012).

A nova lei do SINASE (2012) regulamenta a execução das medidas socioeducativas reinterando os princípios apresentados na Constituição Federal (1988), no ECA (1990) e no SINASE (2006) enquanto guia de orientação para o atendimento socioeducativo, ao mesmo tempo em que apresenta uma ampliação desses princípios, visando uma adequação à realidade contemporânea em seu dinamismo constante, inovando com a proposta de priorização de práticas restaurativas, conforme o Art. 35:

I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;
II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
IV - proporcionalidade em relação à ofensa cometida;
V - brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
VI - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
VII - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida;
VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou **status**; e
IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo (BRASIL, 2012).

Na execução das medidas socioeducativas, especialmente das medidas privativas de liberdade, a nova Lei do SINASE (2012) reinter o Art. 124 do ECA, que estabelece direitos para os adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direito como preconiza a Doutrina da Proteção Integral, com inovações no que se refere ao Plano Individual de Atendimento - PIA, de acordo com o Art.49:

I - ser acompanhado por seus pais ou responsável e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial; II - ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em Unidade mais próxima de seu local de residência; III - ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e em todos os direitos não expressamente limitados na

sentença; IV - peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 (quinze) dias; V - ser informado, inclusive por escrito, das normas de organização e funcionamento do programa de atendimento e também das previsões de natureza disciplinar; VI - receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação; VII - receber assistência integral à sua saúde, conforme o disposto no art. 60 desta Lei; VIII - ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. § 1º As garantias processuais destinadas a adolescente autor de ato infracional previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicam-se integralmente na execução das medidas socioeducativas, inclusive no âmbito administrativo. § 2º A oferta irregular de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto não poderá ser invocada como motivo para aplicação ou manutenção de medida de privação da liberdade (BRASIL, 2012).

Ainda segundo a nova lei do SINASE (2012), o cumprimento das medidas socioeducativas estará atrelado ao Plano Individual de Atendimento - PIA, que se constitui, conforme o Art. 52, em um “instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente”(BRASIL, 2012). O referido PIA deverá ser elaborado com base nas informações contidas no estudo de caso do adolescente, com a participação do próprio adolescente, para que se sinta responsável pelo cumprimento das suas metas estabelecidas, assim como com a participação de seus pais ou responsáveis, a fim de que se sintam parte do processo educativo, sob a responsabilidade da equipe técnica do programa que o mesmo está inserido. Esse instrumento servirá como suporte para a avaliação do cumprimento da medida e como subsídio para a elaboração do relatório evolutivo do adolescente, com acesso restrito aos Educadores Sociais e integrantes do Sistema de Justiça.

Com base no ECA (1990) que estabelece, no Art. 52, como “dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhes adotar as medidas de contenção e segurança” (BRASIL, 1990), a Lei do SINASE (2012) determina a inclusão de regime disciplinar nos regimentos internos dos centros socioeducativos, de acordo com os seguintes princípios, definidos no Art. 71:

- I - tipificação explícita das infrações como leves, médias e graves e determinação das correspondentes sanções;
- II - exigência da instauração formal de processo disciplinar para a aplicação de qualquer sanção, garantidos a ampla defesa e o contraditório;
- III - obrigatoriedade de audiência do socioeducando nos casos em que seja necessária a instauração de processo disciplinar;
- IV - sanção de duração determinada;
- V - enumeração das causas ou circunstâncias que eximam, atenuem ou agravem a sanção a ser imposta ao socioeducando, bem como os requisitos para a extinção dessa;

- VI - enumeração explícita das garantias de defesa;
- VII - garantia de solicitação e rito de apreciação dos recursos cabíveis; e
- VIII - apuração da falta disciplinar por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) integrantes, sendo 1 (um), obrigatoriamente, oriundo da equipe técnica (BRASIL, 2012).

A partir dessas informações podemos entender que um atendimento socioeducativo de qualidade requer, necessariamente, o conhecimento e a implementação do SINASE, portanto, indispensável enquanto conhecimento para fundamentar a prática dos Educadores Sociais.

1.2.2. Bases Pedagógicas do Atendimento Socioeducativo

Considerando a perspectiva ético-pedagógica das medidas socioeducativas, efetivadas através de ações educativas, com vistas ao desenvolvimento pessoal e à inclusão social do adolescente, as bases pedagógicas representam a essência do trabalho, portanto, conhecê-las é o primeiro passo na direção da elaboração e implementação dessas ações. No atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, estas bases pedagógicas estão presentes no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo e nos projetos pedagógicos dos centros socioeducativos.

a) Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo:

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí¹⁷, que consiste no planejamento de ações da Política de Atendimento Socioeducativo, com vistas à formalização e acompanhamento do processo de implantação e direcionamento das ações, além de servir como instrumento de controle, apresenta-se como:

[...] proposta de intervenção direcionada aos adolescentes em Conflito com a Lei, permitindo-lhes construir uma trajetória de inclusão social, Garantia de Direitos e participação positiva na sociedade, a partir da definição de um sistema de atendimento amplo, articulado e integral entre os diversos setores responsáveis para a efetivação das Medidas Socioeducativas, priorizando o atendimento multidisciplinar e interinstitucional” (PIAUÍ, 2007, p. 3).

No referido Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2007), as ações estão propostas de forma articulada, imprimindo funcionalidade de caráter sistêmico, interligadas a políticas sociais básicas para a efetivação de ações de educação, saúde, profissionalização, religiosidade, esporte, cultura e lazer, desenvolvimento étnico-racial, de gênero e orientação

¹⁷ Plano elaborado com vigência de 2007 a 2011.

sexual, segurança, abordagem familiar e comunitária, sempre enfatizando a formação continuada dos atores sociais como essencial para um atendimento de qualidade, com vistas ao desenvolvimento integral e a inclusão social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. É um Plano que busca responder todos os aspectos que envolvem a operacionalização das medidas socioeducativas, tomando por respaldo as propostas aprovadas na V e VI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Está fundamentado nos princípios e diretrizes do ECA (1090) e SINASE (2006), reafirmando o caráter sancionatório e a natureza pedagógica das referidas medidas e tem como fonte inspiradora a Doutrina da Proteção Integral e a Ética dos Direitos Humanos.

Para os Educadores Sociais que trabalham no atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, conhecer a Política de Atendimento do seu Estado, delineada no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, é indispensável, pois ela contém propostas de ações a serem executadas, com base em princípios e diretrizes pedagógicas.

b) Projeto Pedagógico:

De acordo com princípios do Paradigma do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano - PENUD, a educação é o único processo capaz de transformar o potencial das pessoas.

Toda pessoa nasce com um potencial e tem direito de desenvolvê-lo. Para desenvolver o seu potencial precisam de oportunidades. O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas (ONU, *apud* COSTA, 2006a, p.55).

Nesta perspectiva, a ação educativa do atendimento socioeducativo deve proporcionar o desenvolvimento do potencial dos adolescentes, preparando-os para fazer suas escolhas diante das oportunidades que surgirem ao longo de suas vidas. Esse processo educativo deverá ser organizado através de instrumentais pedagógicos e, neste sentido o projeto pedagógico se constitui em ferramenta viabilizadora do processo educativo para o desenvolvimento do potencial do educando.

O SINASE (2006) dispõe nas suas diretrizes pedagógicas o “Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo” (Brasil, 2006, p. 53). À

vista disso, todos os programas deverão, necessariamente, elaborar seus projetos pedagógicos, fundamentados nos princípios contidos na Constituição Federal (1988), no ECA (1990) e no SINASE (2006, 2012), e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, os quais deverão conter:

O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe. Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais 'regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento' (BRASIL, 2006, p. 53).

Os projetos pedagógicos do Centro Educacional Masculino - CEM, Centro Educacional Feminino - CEF e Programa de Semiliberdade Masculino, centros socioeducativos de internação e semiliberdade do Estado do Piauí, foram elaborados em 2005 e reformulados em 2008 e têm como objetivo geral: “Assegurar atendimento especial ao adolescente privado de liberdade no sentido de prepará-lo ao convívio sócio-familiar, através da construção do seu projeto de vida. Implementar atendimentos através da criação de comunidades educacionais baseada em três pilares: educação, humanismo e espiritualidade” (SASC, 2005/2008a, p. 18).

São projetos educativos inspirados na ética dos Direitos Humanos, através dos quais são disponibilizadas para os adolescentes oportunidades de aprendizagem que poderão levá-los à construção de caminhos para vidas mais dignas, com competência e autonomia na resolução dos problemas, oportunizando sua realização tanto como sujeito quanto como cidadão.

Educar a luz da ética dos direitos humanos ‘fonte inspiradora de qualquer proposta de projeto pedagógico’ para o atendimento a adolescentes a quem se atribua o ato infracional’ significa fazer do ato de educar autêntica manifestação de direitos e deveres humanos (SASC, 2005/2008a, p. 32).

As ações educativas dos projetos pedagógicos dos referidos centros socioeducativos estão direcionadas, com base no pensamento de Costa (2006a), para o desenvolvimento pessoal dos adolescentes através da educação para valores, para o exercício da cidadania, fundamentado no protagonismo juvenil, e para desenvolvimento profissional, por meio da cultura da trabalhabilidade.

Por meio da educação para valores são criadas as condições para a identificação, vivência e incorporação de valores que os preparem para avaliação e decisão por melhores escolhas no decorrer de suas vidas e os levem ao desenvolvimento pessoal e social; o protagonismo juvenil contribui para o exercício da cidadania, enquanto conceito viabilizador da participação crítico-constructiva, para a ampliação e qualificação da participação solidária no processo educativo e social, possibilitando uma atuação com “[...] iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) [...]” (BRASIL, 2006, p. 99), no planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados; e a cultura da trabalhabilidade permite o desenvolvimento profissional, através do desenvolvimento de competências que os habilite para o mercado de trabalho e para a convivência em sociedade, num mundo globalizado com inovações tecnológicas e novas formas de organização.

No terreno das competências, os projetos pedagógicos em questão estão fundamentados nos pilares da educação do Relatório Jacques Delors (1998), tomando por base quatro competências: “1- Aprender a ser (competência pessoal); 2- Aprender a conviver (convivência social); 3 - Aprender a fazer (competência produtiva); 4 - Aprender a aprender (competência cognitiva)” (DELORS, *apud* PIAUÍ, 2005/2008, p.6).

As ações socioeducativas do CEM, CEF e Programa de Semiliberdade, deverão ser desenvolvidas, de acordo com seus projetos pedagógicos (2005/2008), através de um processo democrático, construído coletivamente, no qual os saberes e as responsabilidades deverão ser compartilhadas a partir do entendimento dos papéis, em prol de uma convivência harmônica entre educadores e educandos, com a compreensão dos direitos e deveres de cada um. Consta ainda nos mencionados projetos pedagógicos que a presença educativa dos Educadores Sociais na vida dos educandos são fundamentais para uma educação emancipadora, pois através do seu posicionamento poderão criar condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, ouvindo, conhecendo, entendendo identificando limites e potencialidades, formando e reformando conceitos.

Também estão destacados nos projetos pedagógicos das Unidades de Atendimento CEM, CEF e Programa de Semiliberdade (2005/2008), o respeito mútuo e a crença na pessoa como condições indispensáveis para as relações éticas e democráticas; a ética como propulsora da formação da consciência para a percepção da dignidade e do respeito, instrumento básico para a releitura das práticas e violências de que são vítimas e autores; a transparência das ações, tanto para o público interno quanto para a sociedade; a incompletude

institucional, através das qual articulam-se políticas públicas para integralizar o atendimento socioeducativo; e a incompletude funcional, com a integração de todos os profissionais que compõem os centros socioeducativos, para complementação de saberes e competências direcionados para o desempenho de uma educação integral para os adolescentes internos.

Além dos procedimentos metodológicos e sócio-pedagógicos, que incluem eixos orientadores e as ações do cotidiano educativo, os projetos pedagógicos abordados (CEM, CEF, Programa de Semiliberdade, 2005/2008), também descrevem os procedimentos organizacionais e operacionais, isto é, a forma como as ações estão organizadas e como serão executadas. Ressaltam ainda a formação específica e contínua para os Educadores Sociais, como requisito básico para a execução de uma ação educativa de qualidade.

Considerando a diretriz pedagógica do SINASE que coloca o “Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo” (BRASIL, 2006, p 53), é inconcebível a execução do atendimento socioeducativo por profissionais que desconheçam o projeto pedagógico do programa no qual atua ou que não coloquem em prática suas orientações, portanto, conhecê-lo e colocá-lo em prática é mais que uma necessidade, é uma obrigação de todos os Educadores Sociais que atuam nos Programas de Atendimento Socioeducativo.

1.3. Programa de Formação dos Educadores Sociais do Estado do Piauí

1.3.1. Contexto da Elaboração do Programa

No Brasil, após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069) que aconteceu em 13 de Julho do referido ano, esse segmento infanto-juvenil nunca foi realmente considerado prioridade para os governos, principalmente os adolescentes infratores. A evolução do atendimento socioeducativo, destinado para esse segmento, depende da sensibilidade de cada gestor e o Estado do Piauí não foge à regra, de acordo com relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010)¹⁸, o atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, até 2003, era realizado de forma muito precária, em espaços físicos inadequados, sem propostas educativas, com ações restritas, quantidade insuficiente de pessoal e principalmente

¹⁸O Programa EDUCAR é o Programa de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, realizado através da Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC. Relatório de ações do Programa Educar, de 2005 a 2010.

despreparados para o desempenho da sua função de Educador Social junto aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. No entanto, esse quadro só refletia a falta de priorização do atendimento por parte do órgão gestor das medidas socioeducativas do Estado do Piauí, então denominado Serviço Social do Estado - SERSE.

Consta no referido relatório, que em 2003 o SERSE foi transformado em Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC, órgão criado para planejar e executar a política da Assistência Social no âmbito do Estado do Piauí, incluindo o atendimento socioeducativo dentro da política de Proteção Social Especial, de alta complexidade, prevista no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. A partir daí, o atendimento socioeducativo passou a ser visto com outro olhar, sendo priorizado em muitos aspectos, como: reformas de espaços físicos; criação de uma Internação Provisória masculina e do Programa de Semiliberdade masculino; elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo e dos Projetos Pedagógicos dos Programas de Atendimento; implantação do Complexo de Defesa da Cidadania do município de Picos, implementação de ações de educação, saúde, profissionalização, esporte e lazer, dentre outras. Porém, foi constatado o despreparo da maioria dos profissionais envolvidos no atendimento, para o desempenho da sua nova função de Educador Social, capaz de contribuir para o desenvolvimento integral e à inclusão social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Consta ainda no referido relatório (SASC, 2010), que preocupados com a situação, em 2004, técnicos da Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC, enquanto órgão executor das medidas socioeducativas no Estado do Piauí, elaboraram e conseguiram a aprovação junto à Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, órgão ligado à Presidência da República do Brasil, de um projeto de formação para os profissionais envolvidos no Atendimento Socioeducativo, denominado “Projeto EDUCAR”. Assim, em 2005 a SASC, em parceria com a SEDH/PR, executaram o projeto mencionado, através da realização do curso “Capacitação para Educadores Sociais das Medidas Socioeducativas no Estado do Piauí” (SASC, 2004), realizado de 3 a 22 de Janeiro, com carga horária de 48 h/a, em três módulos, nos quais foram debatidos os temas:

A função do Educador Social; Processo de Comunicação; Processo de Interação Psicossocial; Processo da Adolescência; Liderança e Poder; Dilemas, Desafios e Estratégias para o Desempenho Eficaz do Profissional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente; LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social; Sistema de Garantias de Direitos; Rede de Programas e Serviços; Definição de Indicadores; Estudos e Serviços Análise de Cenários,

Estratégias e Metodologias; e Ações a serem Implantadas (SASC, 2010, p. 4).

O relatório em questão ressalta que após a conclusão do curso, com êxito, foi avaliada a importância e a necessidade, não só da realização de cursos esporádicos, mas de um programa de formação inicial e continuada, considerando as especificidades do atendimento socioeducativo. Com esse entendimento, foi elaborado o Programa de formação inicial e continuada para os profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, denominado “Programa EDUCAR”, por considerar o Projeto EDUCAR como ponto de partida para uma prática consciente e transformadora.

1.3.2. Programa EDUCAR

O Programa EDUCAR foi elaborado em 2005, através da Diretoria de Atendimento Socioeducativo, da Secretaria de Assistência Social e Cidadania - SASC, responsável pelo planejamento e execução das medidas socioeducativas no Estado do Piauí. Seu objetivo é “Proporcionar a formação inicial e continuada para os profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí” (SASC, 2005, p. 4), reconhecendo a sua especificidade e com o entendimento da necessidade de formação específica para estes profissionais, de diferentes áreas, para atuarem como Educadores Sociais, assim como, com a compreensão da importância da re(significação) de suas práticas educativas, para a efetivação da mudança de paradigma da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, com vistas a promoção da melhoria do atendimento.

O referido Programa EDUCAR (2005) apresenta como justificativa o reconhecimento do adolescente como um ser em desenvolvimento, que ao praticar um ato infracional deverá receber uma medida socioeducativa de natureza sancionatória, mas com caráter prioritariamente pedagógico, como preconiza o ECA (1990). Nesse sentido, as ações devem constituir-se em oportunidades educativas, contribuindo para a reflexão, formação de valores e participação social, ou seja, ações de caráter transformador e dinâmico, tendo como fundamento a Doutrina da Proteção Integral, que reconhece o adolescente como sujeito de direito, portando merecedor de oportunidades de desenvolvimento e inclusão social.

Também é destaque no mencionado Programa EDUCAR (2005), a relação pedagógica, utilizando como meio a colaboração educador-educando e como fim a autonomia

do educando, sendo esta relação pedagógica eixo da ação socioeducativa, colocando o educador como importante agente de transformação. Por fim, é ressaltada a contribuição dada para o sentir, pensar e agir em prol do exercício da cidadania, como uma missão, colocando a formação específica, inicial e continuada, como essencial para o entendimento de todo o processo socioeducativo, visando o desenvolvimento efetivo de uma prática exitosa.

Nesta perspectiva e ainda em reconhecimento à especificidade do atendimento socioeducativo, levando em consideração que o quadro de pessoal é composto por profissionais de diferentes áreas, o Programa EDUCAR (2005), traz como objetivos específicos:

Propiciar o entendimento inicial sobre o trabalho socioeducativo, para os profissionais que ingressam no Sistema;
Promover cursos específicos para amenizar os riscos a que estão expostos os profissionais que atuam na área;
Oferecer formação teórico-metodológica, de forma continuada, visando à atualização dos profissionais envolvidos no trabalho;
Despertar para o exercício da reflexão sobre o sentir, pensar e agir, na busca de autoconhecimento;
Estimular aos profissionais do Sistema Socioeducativo para desempenharem o seu papel de agente de transformação;
Contribuir para a descoberta das potencialidades pedagógicas de cada um;
Propiciar espaço para a troca de experiência e de aprendizado profissional.
(SASC, 2005, p. 4).

Para alcançar os objetivos propostos o Programa EDUCAR (2005), definiu uma metodologia que contempla três etapas: “I - Formação Inicial; II - Cursos Específicos; III - Formação Continuada” (SASC, 2005, p.05).

I - Primeira etapa: o foco é a “Formação Inicial”, na qual, profissionais de diferentes áreas deverão se apropriar dos conhecimentos básicos, específicos sobre o atendimento socioeducativo, como preparação para assumirem suas novas funções de Educadores Sociais. Faz parte da 1ª etapa:

Formação Inicial: Repasse das informações básicas sobre o Atendimento Socioeducativo, através de técnicos da UASE, para todos os profissionais que ingressam no Sistema Socioeducativo;
São consideradas informações básicas o conhecimento sobre:
- A Constituição federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e todas as leis, normativas, regras, documentos e diretrizes que constituem a fundamentação legal do Atendimento Socioeducativo;
- A estrutura e funcionamento do Sistema de Justiça;
- O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo;
- O Projeto Pedagógico da Unidade de Atendimento;
- O Regimento Interno da Unidade de Atendimento;
- As ações desenvolvidas na Unidade de Atendimento (SASC, 2005, p. 6).

II - Segunda etapa: é constituída pelos “Cursos Específicos”, considerando a especificidade do Atendimento Socioeducativo, com possibilidades de surgimento de situações-limite, como brigas, motins, incêndios, fugas, dentre outras, para atender as necessidades de segurança, tanto dos adolescentes internos quanto dos próprios Educadores Sociais. Essa etapa é composta por:

Cursos Específicos: preparar os profissionais da Comunidade Socioeducativa para trabalhar com as especificidades do Atendimento. Entre eles:

- Prevenção e Combate a Incêndios e Primeiros Socorros;
- Defesa Pessoal;
- Prevenção e enfrentamento de situações-limites (SASC, 2005, p. 6).

III - Terceira etapa: está voltada para a “Formação Continuada”, possibilitando a atualização e ampliação dos conhecimentos e capacidades, análise das práticas educativas e do redirecionamento das ações, troca de experiências e integração dos profissionais, entre outros aspectos, em prol da melhoria da qualidade do atendimento socioeducativo. Faz parte dessa etapa:

Formação Continuada: Proporcionar formação teórico-metodológica, de forma continuada, sobre temas relacionados ao cotidiano socioeducativo, assim como sobre temas da atualidade, voltados para o Atendimento Socioeducativo. Podem ser considerados como tal os cursos, círculos de palestras, jornadas pedagógicas, encontros de técnicos, encontros de avaliação e planejamento, dentre outras formas. (SASC, 2005, p. 6).

Podemos entender, com base nas informações expostas que a formação deverá acontecer em etapas, as quais poderiam acontecer simultaneamente, porém, segundo informações contidas no relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010), levando em conta a escassez de recursos, ficou estabelecido no Programa EDUCAR (SASC, 2005), em relação à periodicidade das etapas, que a Formação Inicial será realizada sempre que um ou mais profissionais ingressem no Sistema Socioeducativo, através dos técnicos da própria SASC; que os Cursos Específicos serão realizados uma vez por ano, por meio de parcerias com o Corpo de Bombeiros e Polícia Militar; e que a Formação Continuada, em todas as suas formas, deverá ser acontecer durante todo o ano, com recursos humanos e materiais provenientes da SASC e de parcerias e convênios com órgãos governamentais e não governamentais.

O Programa EDUCAR (SASC, 2005) tem como meta atingir 100% dos Educadores Sociais do Sistema Socioeducativo, definido como resultados esperados, os quais serão analisados nos encontros de avaliação e planejamento, realizados anualmente, com a participação de gestores e representantes dos Educadores Sociais:

Profissionais ingressando no Sistema Socioeducativo, conhecendo as informações básicas para iniciar as atividades como Educadores Sociais; preparados para as especificidades do cotidiano socioeducativo; atualizados em relação aos conceitos e métodos atuais do Atendimento Socioeducativo; refletindo sobre suas práticas; estimulados para o trabalho; e descobrindo suas potencialidades pedagógicas (SASC, 2005, p. 7).

1.3.3. Ações do Programa EDUCAR de 2005 a 2010

a) Ações da Formação Inicial:

Segundo relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010), as ações de Formação Inicial, de 2005 a 2010, foram realizadas conforme as definições do Programa, contemplando todos os profissionais que ingressaram do Sistema Socioeducativo, preparando-os para atuarem como Educadores Sociais, através de círculos de palestras e discussões, abordando os temas:

- Leis e normativas nacionais e internacionais relativas ao adolescente autor de ato infracional e em cumprimento de medida socioeducativa;
- Estrutura e funcionamento do Sistema de Justiça, no que se refere ao caminho percorrido pelo adolescente infrator/processo;
- Projetos pedagógicos e regimentos internos dos centros socioeducativos;
- Ações desenvolvidas no cotidiano socioeducativo (SASC, 2010, p. 10,13).

O referido relatório ressalta que esta ação é permanente, considerando a grande rotatividade de profissionais que ingressam no Sistema Socioeducativo, haja vista que a SASC, enquanto órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas, não dispendo de um quadro de funcionários efetivos suficiente para suprir as necessidades do atendimento socioeducativo, trabalha também com profissionais terceirizados, com contratos temporários.

b) Cursos Específicos:

Os Cursos Específicos, realizados com a finalidade de agregar competências específicas para os Educadores Sociais, funcionam como investimento em segurança preventiva, na medida em que preparam os referidos Educadores Sociais para o enfrentamento de situações limite, para que possam agir com objetividade e rapidez, visando o controle da situação. No referido relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010) consta, entre 2005 e 2010, a realização dos cursos “Prevenção e Combate a Incêndios e Primeiros Socorros”, para 136 Educadores Sociais do município de Teresina, 60 no município de Parnaíba e 35 no município de Picos, em parceria com o Corpo de Bombeiros; “Defesa Pessoal”, para 48 Educadores Sociais de Teresina, em parceria com a Polícia Militar; e “Prevenção e Enfrentamento de Situações Limite”, para 80 Educadores Sociais de Teresina, ainda em parceria com a Polícia Militar. Também consta no referido relatório a realização de um “Encontro de discussão sobre Gerenciamento de Crise”, para 140 Educadores Sociais, em parceria com a Secretaria Estadual de Justiça e a Secretaria Estadual de Educação.

c) Ações de Formação Continuada:

As ações de Formação Continuada, enquanto contribuição para a ampliação das competências específicas e aperfeiçoamento das práticas dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí, de acordo com o Relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010), entre 2005 e 2010 foram realizados cursos, encontros com gestores e Educadores Sociais da Diretoria da Unidade de Atendimento Socioeducativo - DUASE, jornadas pedagógicas, reuniões mensais e palestras. Dentre eles estão:

- 2005: Curso “Reflexão, Contextualização e Práticas dos Educadores Sociais”, realizado com recurso próprio da SASC, para 120 Educadores Sociais, no qual foi discutida a prática dos Educadores Sociais;
- Curso “Transversalidade e Inclusão: Desafio para o Educador Social”, realizado em parceria com a Escola de Governo do Estado do Piauí -EGEPI e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC, para 80 Educadores Sociais, discutindo os temas: “Uma postura profissional ética; Competências especiais; Ética e sociedade; Ética e cidadania; Valores para uma atuação ética; O meio ambiente integrado à vida profissional; Meio ambiente e sociedade;

Transversalidade na prática; Inclusão: um novo desafio; Inclusão e Sociedade; Legislação (SASC, 2010, p. 10,13)

- 2007: Curso “Ação Socioeducativa – Bases Éticas, Jurídicas e Pedagógicas”, realizado em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, para 60 Educadores Sociais, no qual foram discutidas as bases éticas, jurídicas e pedagógicas do Atendimento Socioeducativo;
- 2008: Curso “Gestão Compartilhada”, realizado com recurso próprio da SASC, para 35 Educadores Sociais/coordenadores e supervisores dos Centros Socioeducativos, para apresentação de modelo de Gestão Compartilhada;
- “Curso Projeto Pedagógico, Trabalho Interdisciplinar e Plano Individual de Atendimento”, realizado com recurso próprio da SASC, para 100 Educadores Sociais, visando um aprofundamento das discussões sobre os temas e a melhoria da prática do Atendimento Socioeducativo;
- “Curso Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em conflito com a Lei”, realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, Ministério da Saúde e Universidade de Brasília, para 120 Educadores Sociais,
- 2009: Curso “O Atendimento Socioeducativo sob a ótica do SINASE”, realizado em parceria com a SEDH e Universidade Estadual do Piauí - UESPI, para 240 Educadores Sociais, discutindo os temas:

Socioeducação: Bases éticas, pedagógicas e organizacionais; Socioeducação: alinhamento conceitual, estratégico e operacional; Socioeducação: Conceito e roteiro básico de administração; O Centro Socioeducativo e seu conceito socioassistencial; Intersetorialidade das políticas públicas; Educação para valores/educação para a vida; O adolescente, sua família e sua comunidade: Aportes históricos, políticos, sociológicos e pedagógicos; A comunidade socioeducativa; Equipes transdisciplinares e os desafios de uma prática articulada em socioeducação; Gestão de programas; Estudo de caso;- Plano Individual de Atendimento; Normativas nacionais e internacionais; Fluxo operacional sistêmico de atendimento ao adolescente em conflito com a lei; Medidas específicas de proteção: Execução de medidas socioeducativas; Redes de atendimento para a proteção integral de adolescentes em conflito com a lei (SASC, 2010, p. 10 a13).

- De 2006 a 2010: Encontros com gestores e Educadores Sociais da DUASE, jornadas pedagógicas e reuniões mensais, para avaliação, planejamento e

redirecionamento de ações, assim como palestras motivacionais sobre temas específicos sobre o Atendimento Socioeducativo.

No ano de 2011, não consta na SASC relatório sobre o Programa EDUCAR, porém segundo informações de técnicos daquela Secretaria, houve mudança de gestão do governo do Estado do Piauí e conseqüentemente dos secretários, diretores, enfim das pessoas que detém o poder de decisão, levando a descontinuidade das ações, ou seja, o programa de formação dos Educadores Sociais que atuam no atendimento socioeducativo do Estado do Piauí não foi considerado prioridade e ficou aguardando uma decisão dos gestores.

Diante do que foi exposto sobre o Programa EDUCAR e suas ações, enquanto funcionou, podemos identificar orientações presentes nas bases legais, contidas na Constituição Federal (1988); no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, enquanto documento orientador do Atendimento Socioeducativo (2006) e enquanto Lei (2012). Também identificamos orientações presentes nas bases pedagógicas, no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2005) e nos Projetos Pedagógicos do Centro Educacional Masculino – CEM (2005/2008a), do Centro Educacional Feminino - CEF (2005/2008b) e do Programa de Semiliberdade (2005/2008c). À vista disso, levando em conta a necessidade de formação específica sobre o atendimento socioeducativo, o Programa EDUCAR possibilita aos Educadores Sociais, em todas as suas etapas, a apropriação de competências, no que diz respeito aos conhecimentos, habilidades/capacidades e atitudes, necessárias para a realização de um trabalho consciente, capaz de contribuir para o desenvolvimento integral e a inclusão social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

Estão presentes no Programa EDUCAR, enquanto conhecimentos específicos, as bases legais e pedagógicas; orientações específicas para elaboração e execução de ações do cotidiano socioeducativo; orientações para a realização do atendimento técnico; e orientações sobre atitudes educativas e proativas; além de conhecimentos sobre ações preventivas de segurança e mediação de conflitos.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entendendo procedimentos metodológicos como um conjunto detalhado e sequencial de métodos e técnicas científicas a serem executados ao longo da pesquisa, para atingir os objetivos propostos e creditar confiabilidade às informações, neste capítulo apresentamos os passos empregados na realização da investigação dos contributos da formação específica para a prática dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil, procurando descrever a abordagem metodológica utilizada, os procedimentos técnicos, os instrumentos e procedimentos de coleta de dados, o cenário da pesquisa, o universo e os sujeitos da pesquisa.

2.1. Descritivo do Tipo de Pesquisa

As ações Socioeducativas surgiram da necessidade de promoção do desenvolvimento social e, conseqüentemente, do desenvolvimento humano, os quais estão ligados ao desenvolvimento de competências para autonomia e inclusão social. Esse desenvolvimento intercorrerá por meio das políticas educativas, dentre elas a educação escolar e a educação social, a qual pode ser entendida como educação não-formal que pode ser efetuada em todos os contextos do desenvolvimento humano e não só no contexto escolar, tendo como objetivo principal “[...] contribuir para a integração social do indivíduo, estimulando a capacidade crítica, para que consiga melhorar e transformar o meio social em que vive” (LOUREIRO e CASTELEIRO, 2009, p. 85). De acordo com Caro, a Educação Social “visa contribuir para a formação integral do indivíduo, envolvendo o crescimento pessoal, a consciência da cidadania e a possibilidade de sua inserção na sociedade” (2009, p.151).

Numa linha de equilíbrio entre o local e o global, entre o particular e o singular, a educação social é chamada a conceber, planificar e implementar ações integradas que, a partir de abordagens multidisciplinares, permitam a coesão estratégica e a articulação com diferentes projectos de trabalho (CARVALHO e BAPTISTA, 2004, p.59).

No Brasil, a educação social ainda acontece de maneira informal. Teve início com a Educação Popular¹⁹, porém, suas ações,

Gradativamente vão surgindo e se consolidando nos grupos de atendimento, de pesquisa e de políticas socioeducativas relacionadas à demanda por educação no campo, educação no trânsito, educação do idoso, educação hospitalar, educação para a paz, educação para o trânsito, educação e saúde, educação de meninos de rua, educação em abrigos, além de outros em geral relacionados à carências, à conflitos, à marginalidade social, ao abandono e à exclusão (MACHADO, 2012, p. 67).

Apesar de ser evidente a presença da educação social em inúmeras ações educativas, ainda não contamos com sua sistematização e regulamentação como ciência e profissão, apesar de encontra-se em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Lei Nº 5.346, que dispõe sobre a criação da profissão de Educador e Educadora Social, o qual deixa a cargo do Ministério da Educação e Cultura elaborar e regulamentar a Política Nacional de Formação em Educação Social, em diferentes níveis. Diante dessa realidade, o trabalho é realizado por profissionais de diferentes áreas que atuam como Educadores Sociais, com raras exceções, sem uma formação que proporcione as competências específicas necessárias para a prática socioeducativa. Além disso, ainda se encontra em fase inicial o interesse por pesquisas na área, o que dificulta a disseminação das ideias, como também limita a disponibilidade de referências bibliográficas sobre o tema.

O presente estudo, denominado Formação Específica: contributos para prática dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí – Brasil, permitiu a aquisição de conhecimentos sobre o Atendimento Socioeducativo no Brasil, parte da área de atuação dos Educadores Sociais, apresentando como objeto de investigação sua formação específica, mais especificamente que competências necessitam ter para suas práticas cotidianas, sob seus próprios pontos de vista, por meio de uma pesquisa descritiva, considerando que as pesquisas descritivas “tem como objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população” (GIL, 2008, p. 28). Prodanov e Freitas (2013) destacam ainda que elas podem classificar, explicar e interpretar fatos, sem que o pesquisador interfira sobre eles, utilizando como instrumento de coleta de dados entrevistas, observações, questionários, testes e formulários.

¹⁹ A Educação Popular foi muito trabalhada no Brasil pelo educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, criador do Método Paulo Freire, método voltado para alfabetização, que utiliza o contexto em que o sujeito está inserido como base para a aprendizagem.

Quanto à abordagem, ao analisarmos as características das pesquisas qualitativas e das pesquisas quantitativas, optamos pela utilização uma abordagem mista, levando em conta, de acordo com o entendimento de Oliveira (2007), que pode haver interatividade entre estas abordagens, pois enquanto uma quantifica os dados obtidos, a outra tenta explicar o significado dessas informações.

Comungado com esse pensamento, Morais e Neves (2007) entendem que essas duas abordagens, antes consideradas distintas e incompatíveis, podem ser utilizadas em um mesmo estudo “[...] reconhecendo-se que diferentes métodos de análise são úteis porque se dirigem para diferentes tipos de questões” (2007, p.76). Ainda segundo estas autoras, “Esta metodologia de investigação pode ser vista como uma metodologia mista que se expressa não no sentido de integrar as duas formas de inquérito, mas no sentido de utilizar características associadas a cada uma dessas formas” (MORAIS e NEVES 2007, p. 78).

A pesquisa qualitativa tem como característica, dentre outras, a “objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender e explicar; precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural” (SILVEIRA e CORDOVA, 2009, p. 32). Ressaltamos ainda, segundo Prodonov e Freitas, que a pesquisa qualitativa

considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva (2013, p.70).

Por outro lado, pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e técnica de estatística (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.)” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 69).

Assim, a opção pela abordagem mista possibilitou atingir o objetivo geral desse estudo com a identificação dos contributos que a formação específica traz para a prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí-Brasil, descrevendo, compreendendo e explicando o contexto do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí e as competências -

conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para a prática dos Educadores Sociais que atuam nesse atendimento socioeducativo, sob a ótica dos próprios Educadores, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário, com perguntas fechadas e abertas e apresentação dos dados por meio de percentagens, tabelas e gráficos.

Ao considerarmos que os temas trabalhados nos processos formativos dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí são definidos considerando opiniões do senso comum e que é imprescindível conhecer as reais necessidades dos Educadores Sociais, optamos em um primeiro momento, pela realização de uma pesquisa bibliográfica associada a uma pesquisa documental, enquanto procedimento técnico, visando levantar dados sobre a história do atendimento socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí, quem são os Educadores Sociais, quais as bases legais e pedagógicas que fundamentam o trabalho, e o Programa EDUCAR, responsável pela formação de Educadores Sociais no Estado do Piauí.

De acordo com Gil, existem muitas semelhanças entre a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (2002, p. 45).

A realização deste procedimento se deu por meio de consultas às leis nacionais que tratam da infância e juventude, mais especificamente voltadas para adolescentes em conflito com a lei brasileira, normativas nacionais e internacionais, documentos de arquivos e relatórios da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí.

Em um segundo momento, para a realização da pesquisa empírica, utilizamos o levantamento enquanto procedimento técnico, levando em conta que “levantamento é a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado...” (GIL, 2008, p. 55). À vista disso, entendemos o referido procedimento técnico o mais adequado para a realização deste estudo, mediante a aplicação de questionário, visto que possibilitou levantar a opinião dos Educadores Sociais sobre as competências

necessárias para suas práticas cotidianas, assim como identificar os contributos que a formação específica traz para essa prática socioeducativa, além de outros aspectos relevantes para esse estudo.

2.2. Cenário da Pesquisa

O ambiente empírico desta pesquisa foi o Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, vinculado à Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC. Para um melhor entendimento desse Sistema Socioeducativo, apresentamos a seguir um panorama geral, com todos os seus centros e capacidades de atendimento, quantidade de adolescentes atendidos e quantidade de profissionais envolvidos no atendimento socioeducativo.

De acordo com relatório da Diretoria da Unidade de Atendimento Socioeducativo - DUASE²⁰, diretoria da SASC (2010a) o Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí é formado por:

- a) Atendimentos iniciais, denominados Complexos de Defesa da Cidadania: são estruturas criadas para atender o Art. 88, inciso V, do ECA (Brasil,1990), com o objetivo de agilizar o atendimento inicial para adolescentes a quem se atribua a autoria de atos infracionais, através da integração, em um mesmo espaço, de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social., nos quais o adolescente poderá ficar, no máximo, cinco dias. O Estado do Piauí conta com um Complexo de Defesa da Cidadania - CDC no município de Teresina, com capacidade para atender trinta e seis adolescentes; um no município de Parnaíba para dezesseis adolescentes; e um no município de Picos para quatorze adolescentes.
- b) Internação Provisória: espaço para internação antes da sentença, no qual o adolescente poderá ficar, no máximo, quarenta e cinco dias, atendendo ao Art. 108 do ECA (1990). O Estado do Piauí dispõe de um Centro de Internação Provisória - CEIP em Teresina, com capacidade para acolher vinte e dois adolescentes. Nos municípios de Parnaíba e Picos as internações provisórias funcionam junto com os atendimentos iniciais;

²⁰ Diretoria da Unidade de Atendimento Sócioeducativo da SASC, responsável pelo planejamento e execução das Medidas Socioeducativas no Estado do Piauí.

- c) Programas de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC: estruturados para a execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade, instituída no Art. 117 do ECA (1990). É uma medida executada em meio aberto, na qual os adolescentes permanecem com suas famílias e prestam serviços de interesse público, por no máximo seis meses, com o acompanhamento do referido Programa. No Estado do Piauí existem programas de PSC em Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano, executados pelos respectivos municípios.
- d) Programas de Liberdade Assistida - LA: criados para a execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, prevista no Art. 118 do ECA (1990). Medida executada em meio aberto, ou seja, os adolescentes permanecem com suas famílias, contando com o acompanhamento do Programa. No Estado do Piauí os programas de LA estão estruturados em Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano, executados pelos respectivos municípios.
- e) Programa de Semiliberdade: instituído para o cumprimento da medida socioeducativa de semiliberdade, prevista no Art. 120 do ECA (1990), funciona como uma internação, com direito à atividades externas, podendo ser aplicada como primeira medida ou como progressão da medida de internação. Como a internação, a semiliberdade não comporta prazo determinado, podendo o adolescente permanecer no Programa por até três anos, conforme o seu desenvolvimento. No Estado do Piauí existe um Programa de Semiliberdade, em Teresina, com estrutura suficiente para atender vinte adolescentes do sexo masculino.
- f) Centros de Internação: centros específicos, estruturados para o cumprimento da medida socioeducativa de internação, aplicada para atos infracionais de natureza grave, prevista no Art. 121 do ECA (1990). É uma medida privativa de liberdade, na qual os adolescentes podem ficar internados até três anos, sem prazo determinado, visto que a liberação depende do desenvolvimento de cada um. No Estado do Piauí encontra-se em funcionamento um centro masculino e um feminino, denominados de Centro Educacional Masculino - CEM, com capacidade para o atendimento de sessenta adolescentes e o Centro Educacional Feminino - CEF, para dez adolescentes.

Na tabela 1 podemos observar a capacidade de atendimento do Estado do Piauí, a partir da capacidade de cada Unidade de Atendimento.

Tabela 1: Capacidade de Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí

Centros de Atendimento	Capacidade
CDC de Teresina	36 adolescentes
CDC de Parnaíba	16 adolescentes
CDC de Picos	14 adolescentes
Internação Provisória de Teresina	22 adolescentes
CEM	60 adolescentes
CEF	8 adolescentes
Programa de Semiliberdade	20 adolescentes
LA e PCS Teresina	160 adolescentes
LA e PSC Parnaíba	40 adolescentes
LA e PSC de Picos	40 adolescentes
LA e PSC de Piripirí	40 adolescentes
LA e PSC de Floriano	40 adolescentes
TOTAL	496 adolescentes

Fonte: Relatório da DUASE, (SASC, 2010a)

Neste contexto, o atendimento socioeducativo do Estado do Piauí tem a capacidade para atender 496 adolescentes, o que pode parecer pouco, porém este Estado ainda é um dos Estados brasileiro que apresenta um menor número de adolescentes infratores, se for levado em consideração os números nacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que, no ano de 2011, foi de 19.595, segundo o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a lei 2011²¹ (BRASIL, 2012).

No Estado do Piauí, segundo relatório da DUASE (SASC, 2010a)²², o fluxo de entradas de adolescentes no Sistema Socioeducativo, sob a custódia da SASC, relativa ao ano de 2010, foi de 1.306, incluindo os atendimentos iniciais e internações provisórias, que apresentam um fluxo de entradas maior, considerando a rotatividade existente, por nem sempre se concretizar a participação efetiva do adolescente no ato infracional do qual ele está sendo acusado, como mostra a tabela 2.

²¹ Levantamento realizado no ano de 2011 pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

²² Foram utilizados os dados de 2010 considerando que, de acordo com informações de técnicos da SASC, ainda não haviam consolidados todos os dados de 2011.

Tabela 2: Fluxo de Entradas de Adolescentes no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, em 2010

Centros de Atendimento	Entradas
CDC - Teresina	689
CDC - Parnaíba	245
CDC - Picos	23
Internação Provisória	253
CEM	41
CEF	3
Semiliberdade	52
Total	1.306

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010a)

Entretanto, se o foco for os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade, CEM, CEF e Programa de Semiliberdade, a quantidade de adolescentes que ingressam no Sistema Socioeducativo cai consideravelmente, como mostra a tabela 3, com dados relativos ao ano de 2010 (SASC, 2010a).

Tabela 3: Fluxo de Entradas de Adolescentes em Internação e Semiliberdade em 2010

Centros de Atendimento	Entradas
CEM	41
CEF	3
Semiliberdade	52
Total	96

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010a).

É uma quantidade de adolescentes relativamente pequena, o que não significa dizer que durante o ano de 2010 foram atendidos apenas noventa e seis adolescentes em regime de internação e semiliberdade, pois a este número deverá ser acrescido o dos adolescentes remanescentes do ano de 2009 que ainda não cumpriram toda a sua medida, os quais juntos somam setenta e um internos, já que esses regimes, de acordo com o ECA (1990), não comportam prazo determinado, podendo o adolescente passar até três anos, de acordo com avaliações semestrais. Assim, o número de adolescentes atendidos no Estado Piauí em regime de internação e semiliberdade, no ano de 2010, foi de cento e sessenta e sete, segundo o relatório da DUASE (SASC, 2010a), distribuídos de acordo com a tabela 4.

Tabela 4: Adolescentes Atendidos em Regime de Internação e Semiliberdade em 2010

Centros de Atendimento	Adolescentes atendidos em 2010
	Remanescentes de 2009 + Entradas de 2010
CEM	58+41+99
CEF	1+ 3= 4
Semiliberdade	12+52=64
Total	71+96=167

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010a).

Para a realização do atendimento socioeducativo, como orienta o SINASE (2006), no qual os centros de atendimento têm funcionamento vinte e quatro horas, com garantia das necessidades básicas dos adolescentes que incluem alimentação, saúde, e educação, além de esporte, lazer, incentivo à cultura, profissionalização, comunicação e religiosidade, dentre outras, se faz necessário que cada centro conte com equipes formadas por profissionais de diferentes áreas, trabalhando em sintonia, para que, falando a mesma linguagem e cada um desempenhando o seu papel, possam se complementar para realizar o trabalho socioeducativo, como Educadores Sociais, a fim de contribuir para a elaboração de um novo projeto de vida dos assistidos. A tabela 5 mostra o quadro de profissionais dos centros de atendimento do Estado do Piauí, com exceção do atendimento em meio aberto, que é realizado através dos CREAS²³ de cada município.

Tabela 5: Número de Profissionais dos Centros Socioeducativos do Estado do Piauí, em 2010

Centros de atendimento	Número de profissionais
CDC – Teresina	73
CDC – Parnaíba	34
CDC – Picos	24
Internação Provisória	71
CEM	110
CEF	40
Semiliberdade	48
Total	400

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010a).

²³ Os CREAS são os Centros de Referência Especializada de Assistência Social, que oferecem atendimento especializado e contínuo para indivíduos e seus familiares que sofreram algum tipo de ameaça ou que tiveram os seus direitos violados, especialmente as que sofreram algum tipo de violência.

2.3. Universo e Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos escolhidos para participar desta pesquisa foram Educadores Sociais que atuam nos centros socioeducativos de internação compostos por CEM e CEF e Programa de Semiliberdade, partindo do entendimento de que os adolescentes que estão privados de liberdade e permanecem mais tempo no Sistema necessitam de um trabalho socioeducativo mais consistente, voltado para o seu desenvolvimento integral, com vistas ao resgate da cidadania e da convivência familiar e comunitária. Sob esta ótica a tabela 6 expõe o quadro de servidores do CEM, CEF e Semiliberdade.

Tabela 6: Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade

Centros de atendimento	Número de profissionais
CEM	110
CEF	40
Semiliberdade	48
Total	198

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010a).

Desses 198 Educadores Sociais apenas 130 receberam formação específica sobre o Atendimento Socioeducativo, dispostos por centro socioeducativo na tabela 7, ficando portanto 68 servidores sem formação específica, que segundo informações do relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010b), dentre muitos fatores que explicam essa quantidade de Educadores Sociais sem essa formação específica, está a grande rotatividade de profissionais gerada pela existência de diferentes vínculos empregatícios²⁴.

Tabela 7: Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade com Formação Específica sobre o Atendimento Socioeducativo

Centros de atendimento	Número de profissionais
CEM	80
CEF	25
Semiliberdade	25
Total	130

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010b).

²⁴ De acordo com relatório da DUASE (SASC, 2010b) existem servidores efetivos do Estado, servidores prestadores de serviço, servidores de contratos temporários do Estado e servidores de empresas terceirizadas.

Portanto, esse total de 130 Educadores Sociais com formação específica sobre o atendimento socioeducativo foi definido como o universo desta pesquisa, considerando que podiam contribuir de forma mais efetiva para o alcance do objetivo proposto. Entretanto, levando em conta a dimensão desse universo, com 130 Educadores Sociais, participaram deste estudo apenas 40%, ou seja, 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade, distribuídos de acordo com a tabela 8, por ser considerada uma amostra representativa do referido universo.

Tabela 8: Número de Profissionais do CEM, CEF e Semiliberdade que Participaram desta Pesquisa

Centros de atendimento	Número de profissionais
CEM	30
CEF	11
Semiliberdade	11
Total	52

Fonte: Relatório da DUASE (SASC, 2010b).

2.4. Instrumento e Procedimento de Coleta de Dados da Pesquisa

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado para os Educadores Sociais, questionários com perguntas fechadas, característica da pesquisa quantitativa, e abertas, característica das pesquisas qualitativas, a fim de coletar o máximo de informações possíveis do ponto de vista dos Educadores Sociais, considerado o pensamento de Moraes e Neves de que,

a par de questionários de tipo fechado (característicos de abordagens qualitativas) tem-se recorrido frequentemente a modos de questionamento mais abertos, entrevistas e observações (característica de abordagens qualitativas). Também ao *nível de tratamento dos dados*, se tem recorrido a métodos quantitativos (tratamentos estatísticos) e qualitativo (análises interpretativas do conteúdo) (2007, p. 79).

A escolha das perguntas obedeceu a uma sequência, definida pela necessidade de compreensão:

- 1) Quem são os Educadores Sociais que atuam no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, procurando mostrar dados pessoais, incluindo sexo, idade, grau de instrução, profissão e tempo de trabalho como Educador Social.

- 2) Sobre as competências específicas relacionadas ao atendimento socioeducativo, buscando a opinião dos Educadores Sociais sobre quais os conhecimentos, habilidades/capacidades e atitudes são necessárias para suas práticas socioeducativas, visando o entendimento da sua compatibilidade com as bases legais e pedagógicas, disponibilizadas no Programa EDUCAR.
- 3) A respeito da formação específica para realização do trabalho socioeducativo, procurando compreender se os Educadores Sociais pesquisados receberam essa formação inicial, se receberam formação em serviço e se receberam formação continuada, com o intuito de verificar se eles participaram de todas as etapas do processo formativo.
- 4) Do número de Educadores que colocam em prática o que aprendem e sobre a verificação da correspondência entre as competências específicas trabalhadas no Programa EDUCAR e as competências necessárias para as práticas socioeducativas.
- 5) Visando responder ao objetivo geral, procurando investigar os contributos que essa formação específica traz para a prática cotidiana dos Educadores Sociais e com isso demonstrar o quanto ela é importante para a realização de um trabalho socioeducativo de qualidade.
- 6) Para finalizar e em colaboração ao programa de formação continuada dos Educadores Sociais do Estado do Piauí, apresentar uma sondagem enumerando temas que possam contribuir para a melhoria das práticas educativas dos profissionais que atuam no Sistema Socioeducativo.

Como procedimentos para a coleta de dados, em um primeiro momento, foram realizados contatos com dirigentes da Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC, a fim de conseguir a autorização para ter acesso aos documentos e relatórios sobre o Programa EDUCAR e sobre o funcionamento dos Centros Socioeducativos, como também aos próprios Centros Socioeducativos e aos profissionais que neles atuam para a realização da pesquisa. Na sequência foram realizadas visitas ao CEM, CEF e Programa de Semiliberdade, nos quais foram realizadas reuniões, por plantões, com os profissionais, para esclarecimentos sobre a pesquisa e entrega dos questionários, no mês de Janeiro de 2012, ficando estabelecido um

prazo de vinte dias para a sua devolução. Entretanto, o recolhimento aconteceu de forma gradativa, por plantões, sendo concluído no Março do mesmo ano de 2012.

2.5. Processo para Análise dos Dados

De acordo com Gil (2008), o objetivo da análise de dados em uma pesquisa é organizar as informações obtidas, de forma resumida, a fim de que possam indicar respostas para o problema proposto para o estudo. Ressalta que nas pesquisas experimentais e nos levantamentos ela se resume à identificação e ordenação dos passos que devem ser adotados, definindo como passos utilizados em grande parte das pesquisas sociais: “a) estabelecimento de categorias; b) codificação; c) tabulação; d) análise estatística dos dados; e) avaliação das generalizações obtidas com os dados; f) inferência das relações causais; interpretação dos dados” (GIL, 2008, p.156).

Nessa perspectiva, como passos da análise de dados do presente estudo identificamos o estabelecimento de categorias, a tabulação, análise estatística e análise e discussão dos dados.

Os dados foram agrupados obedecendo à sequência do questionário, resultando no estabelecimento de 5 categorias de análise, a fim de responder às seguintes perguntas:

1- Quem são os Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí?

Indicadores

- Sexo;
- Idade;
- Grau de instrução;
- Profissão;
- Tempo de serviço no Atendimento socioeducativo;

2- Que competências específicas os Educadores Sociais necessitam para suas práticas educativas?

Indicadores:

- Conhecimentos;

- Habilidades;
- Atitudes.

3- De quais tipos de formação específica participaram?

Indicadores:

- Formação Inicial;
- Formação em serviço;
- Formação continuada.

4- Colocam em prática o aprendizado? A formação específica disponibilizada responde às necessidades da prática?

5- Quais os contributos que a formação específica traz para suas práticas?

Os dados obtidos foram tabulados obedecendo às categorias de análise estabelecidas, mediante o agrupamento e a contagem das respostas, seguidos pela transformação dos números em percentagens estatísticas.

CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar os dados obtidos na pesquisa empírica, a fim de detalhar quem são os Educadores Sociais do Estado do Piauí; que competências – conhecimentos, habilidades e atitudes são necessárias para suas práticas; a participação desses profissionais no programa de formação específica; se colocam em prática o aprendido e se essa formação específica disponibilizada responde às suas necessidades. Para finalizar, visando responder o objetivo geral desta pesquisa, apresenta, na visão dos Educadores Sociais, os contributos que a formação específica traz para suas práticas socioeducativas. Os dados estão apresentados de acordo com as categorias estabelecidas na análise, com o auxílio de tabelas, quadros e gráficos, a fim de facilitar o entendimento das informações.

3.1. Caracterização dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí

Para melhor compreensão de quem são os Educadores Sociais que atuam nos centros de internação e Semiliberdade, parte do Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, será apresentada uma caracterização dos sujeitos da pesquisa, iniciando com a tabela 9, a qual distinguirá quantos Educadores Sociais são do sexo masculino e quantas são do sexo feminino.

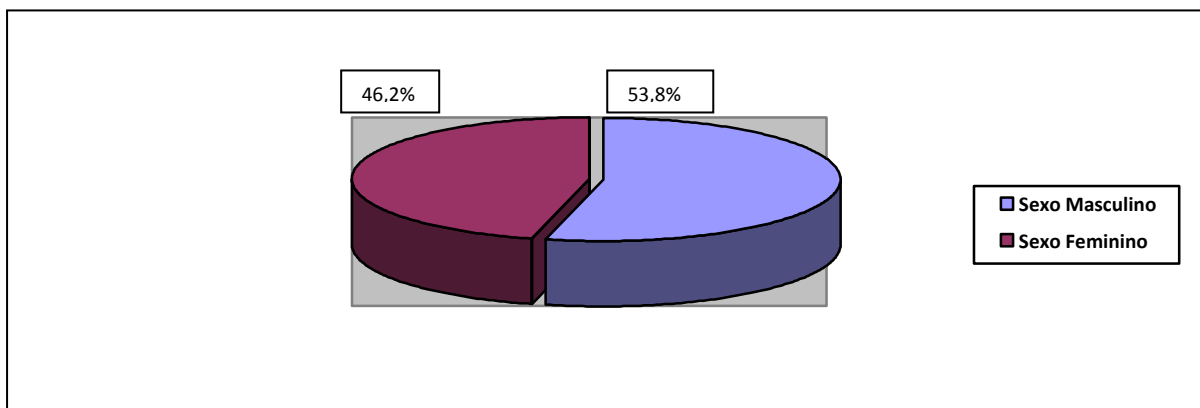
Tabela 9: Quanto ao Sexo dos Educadores Sociais pesquisados

Sexo	Quantidade	Porcentagem %
Masculino	28	53,8%
Feminino	24	46,2%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Dos cinquenta e dois Educadores pesquisados, vinte e oito são do sexo masculino, o que corresponde a 53,8%, enquanto que vinte e quatro são do sexo feminino, correspondendo a 46,2%, portanto, com maioria masculina, conforme ressalta o gráfico 1.

Gráfico 1: Quanto ao Sexo dos Educadores Sociais Pesquisados



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

A tabela 10 apresenta dados em relação à idade dos Educadores Sociais que participaram desta pesquisa, a fim de facilitar a visualização da média da idade dos mesmos.

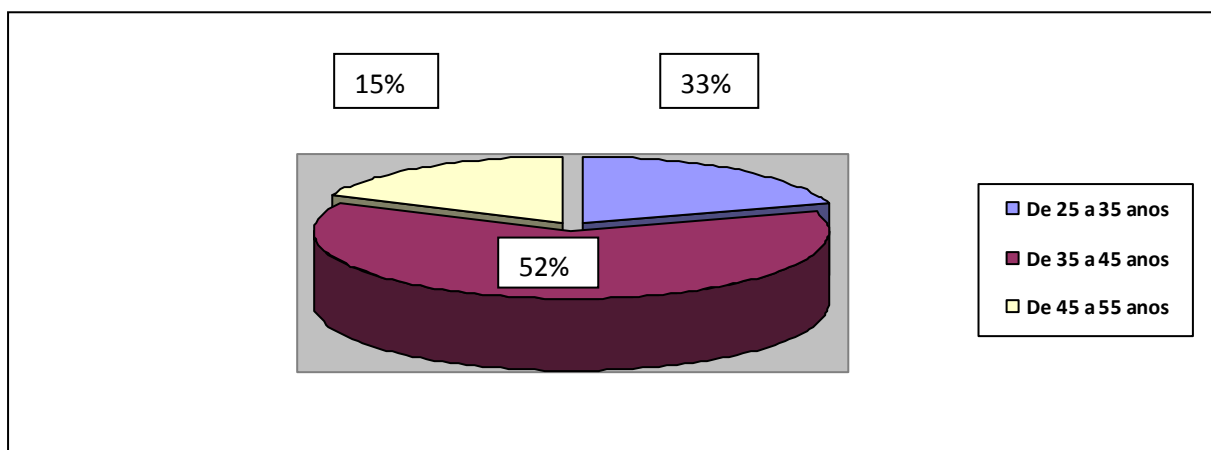
Tabela 10: Quanto à Idade dos Educadores Sociais Pesquisados

Idade	Quantidade	Porcentagem %
De 25 a 35 anos	17	33%
De 35 a 45 anos	27	52%
De 45 a 55 anos	8	15%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012)

De acordo com os dados apresentados 33% estão entre 25 e 35 anos de idade; 52% estão entre 35 e 45 anos de idade; e 15% têm entre 45 e 55 anos de idade, prevalecendo os Educadores com idades entre 35 e 45 anos, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2: Quanto à Idade dos Educadores Sociais Pesquisados



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Na execução de um atendimento socioeducativo de qualidade é importante considerar o grau de instrução dos Educadores Sociais, levando em consideração que deverão ter as competências necessárias para a realização da ação socioeducativa, enquanto contribuição para o desenvolvimento integral dos adolescentes, conforme preconiza o SINASE (2006):

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida dos adolescentes, contribuindo para a construção da sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel incisivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas (BRASIL, 2006, p. 60).

Sob esta ótica, para que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa obtenha pleno desenvolvimento, é necessário que tenha a sua disposição ações educativas capazes de prepará-lo para fazer suas escolhas corretamente. Para chegar a este patamar é essencial que os profissionais que o auxilia também estejam preparados, com um bom nível de escolarização e com formação específica sobre o trabalho socioeducativo. O Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí, foco deste estudo, conta com profissionais com diferentes níveis de instrução, como mostra a tabela 11.

Tabela 11: Quanto ao Grau de Instrução dos Educadores Sociais Pesquisados

Grau de instrução	Quantidade	Porcentagem %
Ensino Fundamental	3	5%
Ensino Médio	15	29%
Graduação	21	41%
Especialização	13	25%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

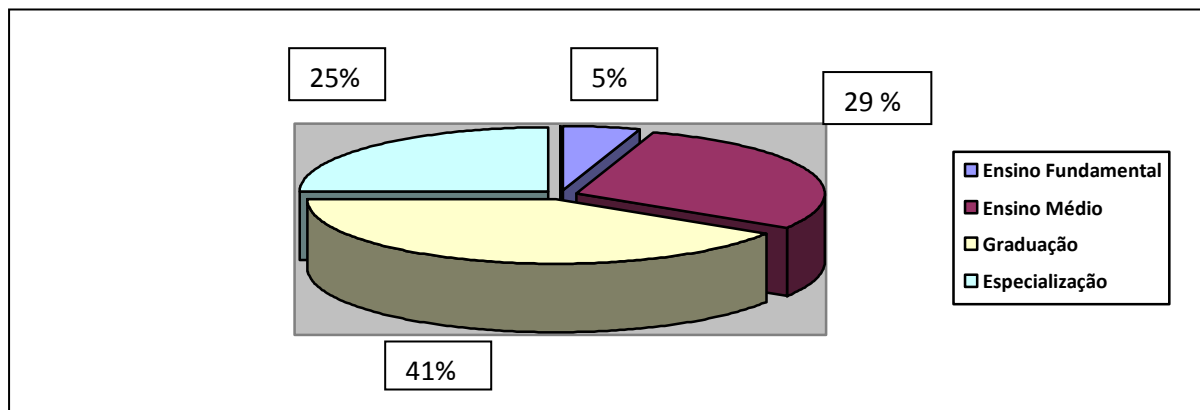
Os dados nos mostra que do total de Educadores pesquisados, 41% são graduados, com cursos de nível superior; 29% terminaram o Ensino Médio²⁵; 25% são graduados e especialistas; e 5% possuem o Ensino Fundamental²⁶ como grau de instrução, apresentando,

²⁵ O Ensino Médio tem duração de 3 anos (BRASIL, 1996)

²⁶ De acordo com a Lei de Diretrizes e bases da Educação, o Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, vai da 1ª à 9ª série.

em média, um bom nível de instrução, com prevalência da graduação, como especifica o gráfico 3.

Gráfico 3: Quanto ao Grau de Instrução dos Educadores Sociais Pesquisados



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

De acordo com o Projeto Pedagógico do CEM (2008), CEF (2008) e Programa de Semiliberdade (2008), o quadro de pessoal destas Unidades de Atendimento deverão ser compostos por profissionais de deferentes áreas de atuação, atendendo às orientações do SINASE (2006):

As diferentes áreas de conhecimento são importantes e complementares no atendimento integral dos adolescentes. A psicologia, a terapia ocupacional, o serviço social, a antropologia, a sociologia, a filosofia e outras áreas afins que possam agregar conhecimento no campo do atendimento das medidas socioeducativas (BRASIL, 2006, p. 62).

A tabela 12 demonstra a profissão dos Educadores Sociais pesquisados, as quais, com exceção dos auxiliares técnicos de nível médio, correspondem às suas formações profissionais de nível superior.

Tabela 12: Quanto à Profissão dos Educadores Sociais Pesquisados

Profissão	Quantidade	Porcentagem %
Auxiliar técnico	18	35%
Pedagogo (a)	5	9%
Professor (a)	8	15%
Assistente Social	12	23%
Psicólogo (a)	4	8%
Filósofo	2	4%

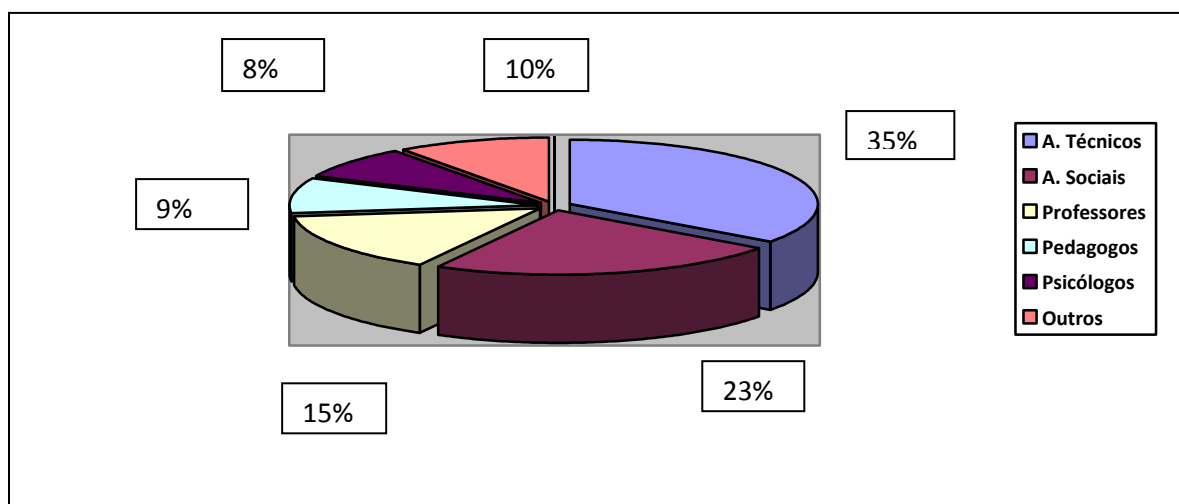
Advogado (a)	2	4%
Nutricionista	1	2%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Dos Educadores Sociais pesquisados 35% são auxiliares técnicos, 23% são assistentes sociais; 15% são professores, 9% são pedagogos, 8% são psicólogos e 10%, classificados como outros profissionais, são 4% filósofos, 4% advogados e 2% nutricionistas. Portanto, em conformidade com o estabelecido no SINASE (Lei 12.594, 2012), no Art.11, § VI, “A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referências” (BRASIL, 2012).

A prevalência foi de auxiliares técnicos, que incluem técnicos de apoio assistencial, denominação dada para os profissionais envolvidos diretamente nas atividades diárias com os adolescentes; técnicos da área de saúde; técnicos administrativos; técnico em dependência química; seguidos por assistentes sociais; professores; pedagogos; psicólogos, dentre outros profissionais como mostra o gráfico 4. Vale ressaltar que no atendimento socioeducativo, independente da profissão ou função de cada um, todos são considerados Educadores Sociais.

Gráfico 4: Quanto à profissão dos Educadores Sociais pesquisados



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Segundo relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010), os Educadores Sociais que têm mais tempo de serviço no atendimento socioeducativo são os servidores efetivos da gestão estadual, com grande rotatividade entre os terceirizados e temporários. Para facilitar a

visualização do tempo serviço dos Educadores Sociais pesquisados, no referido atendimento socioeducativo, os dados foram agrupados de 4 em 4 anos, de acordo com a tabela 13.

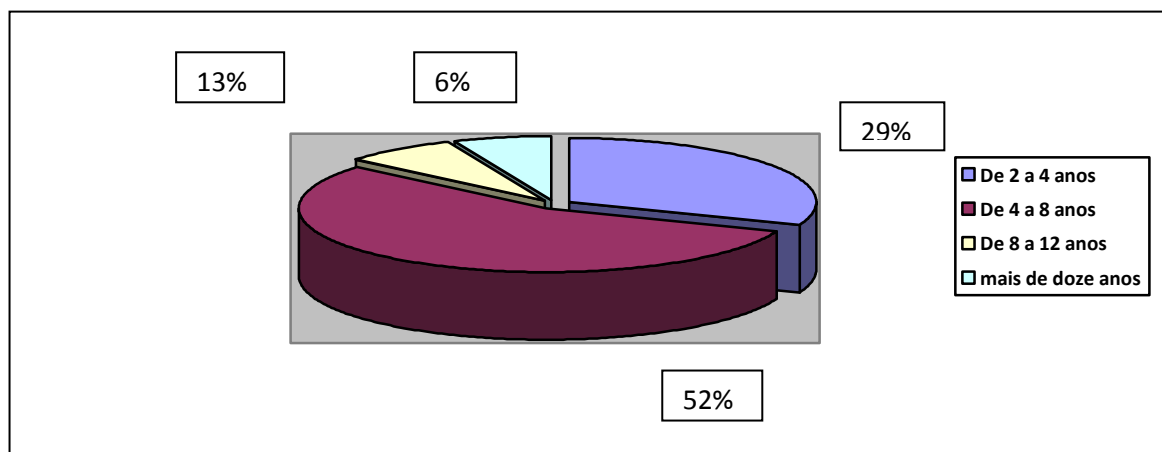
Tabela 13: Quanto ao Tempo de Serviço dos Educadores Sociais Pesquisados no atendimento Socioeducativo

Tempo de Serviço	Quantidade	Percentagem %
De 0 a 4 anos	15	29%
De 4 a 8 anos	27	52%
De 8 a 12 anos	7	13%
Mais de 12 anos	3	6%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Os dados obtidos demonstram que 29% dos Educadores Sociais pesquisados contam de dois a quatro anos de trabalho no atendimento socioeducativo; 52% têm entre quatro e oito anos; 13% estão entre oito e doze anos; e 6% têm mais de doze anos de tempo de serviço na área, como destaca o gráfico 5, o que demonstra que já contam com experiência para o trabalho com os adolescentes privados de liberdade.

Gráfico 5: Quanto ao Tempo de Serviço dos Educadores Sociais Pesquisados



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

3.2. Competências – Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias para a Prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí

Diante de informações evidenciadas no decorrer deste trabalho, podemos compreender que, para a realização de uma ação socioeducativa de qualidade, torna-se imprescindível que os Educadores Sociais se apropriem de competências específicas,

inerentes ao atendimento socioeducativo, as quais, segundo o pensamento de autores como Durand (1998) e Oliveira (2006), estão baseadas em conhecimentos, habilidades/capacidades e atitudes.

Em se tratando de conhecimentos específicos para o atendimento socioeducativo, também é notório que os Educadores Sociais precisam conhecer as bases legais, contidas nas normativas internacionais e leis nacionais, especialmente o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006/2012), assim como as bases pedagógicas, contidas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo e nos Projetos Pedagógicos dos Centros Socioeducativos. No entanto, para a prática cotidiana do atendimento socioeducativo, de acordo com os próprios Educadores Sociais, quais são as suas reais necessidades enquanto conhecimento específico?

Sob esta ótica, perguntamos para os Educadores Sociais, de forma aberta, quais os conhecimentos, enquanto saber específico, são necessários para suas práticas socioeducativas, obtendo as repostas conforme a tabela 14.

Tabela 14: Conhecimentos Específicos Necessários para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados

Conhecimentos específicos sobre	Quantidade	Porcentagem %
O ECA	52	100%
O SINASE	52	100%
Projeto Pedagógico do CS	52	100%
Regimento Interno do CS	52	100%
Realidade do adolescente	48	92%
Dependência Química	18	35%
O fluxograma do atendimento socioeducativo	17	33%
Adolescência	11	21%
Direitos Humanos	8	15%
SUAS	6	12%
Conhecimentos sobre a rede de atendimento	6	12%
Legislação sobre drogas	3	6%
A Constituição Federal	2	4%
Resoluções do CONANDA	2	4%
Conhecimentos de Psicologia	2	4%
Conhecimentos de Sociologia	2	4%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

De acordo com os dados obtidos, os Educadores Sociais pesquisados confirmaram a necessidade de conhecer das bases legais e pedagógicas, com 100% de prevalência para o ECA (1990), para o SINASE (2006), para os Projetos pedagógicos dos Centros Socioeducativos (2008) e para os Regimento Internos dos Programas (2008). Além disso, ainda conforme os dados obtidos, 92% dos pesquisados acham indispensável conhecer a realidade do adolescente, considerado o seu contexto sócio-familiar; 35% têm o entendimento que é fundamental ter conhecimento dos efeitos e tratamentos da dependência química, a fim de direcionar as ações de forma a contribuir para a superação do estado de dependência e consequentemente contribuir para a melhoria da qualidade de vida do adolescente; para 33% é essencial conhecer o fluxograma do atendimento socioeducativo, ou seja, o caminho que a adolescente percorre desde sua entrada no atendimento inicial até o cumprimento da medida socioeducativa, levando em conta que deverão manter os adolescentes informados sobre suas situações processuais; 21% sentem a necessidade de obter conhecimento sobre a adolescência, para compreender determinados comportamentos; 15% acham relevante conhecer mais sobre direitos humanos; 12% consideram importante conhecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e a Rede de Atendimento local, para a efetivação dos encaminhamentos necessários para os adolescentes e suas famílias; 6% acham que seria útil conhecer a legislação sobre drogas ilícitas, e 4% consideram também necessário conhecer a Constituição Federal e as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, como também a abtenção de conhecimentos sobre sociologia e psicologia.

Considerando as habilidades/capacidades como uma das bases da competência, enquanto o “saber fazer” (PICARELLI, 2002), perguntamos para os Educadores Sociais quais são as habilidades/capacidades necessárias para suas práticas socioeducativas, com respostas destacadas na tabela 15.

Tabela 15: Habilidades/Capacidades Necessárias para a Prática Socioeducativa dos Educadores Socais Pesquisados

Habilidades/capacidades necessárias	Quantidade	Percentagem %
Saber ouvir	48	92%
Saber orientar	46	88%
Saber conviver	43	83%
Saber trabalhar em equipe	39	75%
Saber mediar conflitos	38	73%
Saber avaliar situações	29	56%

Saber planejar ações	27	52%
Saber manter o diálogo	27	52%
Saber aplicar o conhecimento técnico	26	50%
Ter capacidade de liderança	19	36%
Saber elaborar relatórios	18	35%
Saber enfrentar desafios	14	27%
Ter empatia com os adolescentes	14	27%
Saber levar o adolescente a refletir sobre o ato infracional	12	23%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Conforme os dados obtidos, para 92% dos Educadores Sociais pesquisados é imprescindível para suas práticas cotidianas ter habilidades/capacidades relacionadas ao saber ouvir, para entender a situação do adolescente; 88% dizem ser necessário saber orientar os adolescentes, na perspectiva de contribuir para as mudanças na vida dos adolescentes; 83% acham importante saber conviver, para evitar os conflitos; 75% consideram necessário saber trabalhar em equipe, para obtenção de melhores resultados; 73% dizem ser necessário saber mediar conflitos, por trabalharem com adolescentes privados de liberdade, ambiente mais suscetível para o surgimento de conflitos; 56% acham importante saber avaliar as situações, para direcionar as ações; 52% consideram importante saber planejar as ações e saber manter o diálogo com adolescente e colegas de trabalho; 50% acham necessário saber aplicar o conhecimento técnico; 36% dizem ser importante ter a capacidade de liderança, na perspectiva de poder orientar os adolescentes; 35% acham importante saber elaborar relatórios; 27% acham necessário ter empatia com os adolescentes e saber enfrentar os desafios; e 23% consideram necessário saber levar o adolescente a refletir sobre o ato praticado.

Em relação às atitudes, ao considerá-las também como base das competências, enquanto “querer fazer” (PICARELLI, 2002), perguntamos para os Educadores Sociais quais são as atitudes necessárias para suas práticas socioeducativas, apresentando as respostas através da tabela 16.

Tabela 16: Atitudes Necessárias para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados

Atitudes necessárias	Quantidade	Porcentagem %
Ter atitude ética	42	81%
Ter criatividade	42	81%

Ter iniciativa	35	67%
Ter respeito pelo adolescente	34	65%
Ter postura adequada	31	60%
Ter compromisso	29	56%
Educar pelo exemplo	28	54%
Ter flexibilidade	25	48%
Ter motivação	22	42%
Ter persistência	18	35%
Ter autocontrole	12	23%
Ter determinação	10	19%
Ter tranquilidade	8	15%
Ter profissionalismo	6	12%
Ter responsabilidade	6	12%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Os Educadores Sociais pesquisados consideram como principais atitudes necessárias para suas práticas, ter atitude ética e ter criatividade, 81%; ter iniciativa, 67%; ter respeito pelo adolescente 65%; ter postura adequada, 60%; ter compromisso, 56%; educar pelo exemplo, 54%; ter flexibilidade, 48%; ter motivação, 48%; ter persistência, 35%; ter autocontrole, 23%; ter determinação, 19%; e ter profissionalismo e responsabilidade, 12%.

Assim, de posse dos conhecimentos, das habilidades/capacidades e das orientações sobre as atitudes necessárias para suas práticas, os Educadores Sociais estarão prontos para a efetivação da ação socioeducativa, com vistas a contribuir para o desenvolvimento integral e a inclusão social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

3.3. Participação dos Educadores Sociais no Programa de Formação

Partindo das informações do relatório do Programa EDUCAR (SASC, 2010), de que existe grande rotatividade de profissionais no Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, pela existência de profissionais terceirizados e temporários, levando em conta a importância da formação inicial para um bom desempenho do trabalho socioeducativo, perguntamos para os Educadores Sociais se participaram de formação inicial, antes de ingressarem no atendimento socioeducativo, com respostas expostas na tabela 17

.

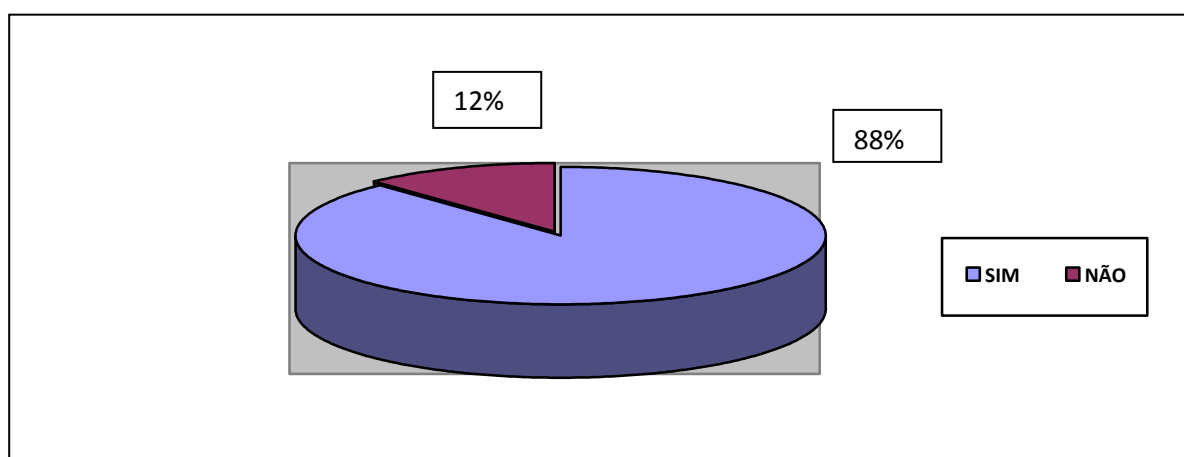
Tabela 17: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica Inicial

Participaram de formação inicial	Quantidade	Porcentagem %
Sim	46	88%
Não	6	12%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Dos Educadores Sociais pesquisados 88% responderam que participaram de formação inicial, enquanto 12% disseram que não participaram, o que significa dizer que começaram a trabalhar no atendimento socioeducativo sem conhecer as bases legais e pedagógicas, sem saber que papel desempenhar e que resultado esperar. O gráfico 6 apresenta o resultado para melhor visualização.

Gráfico 6: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica Inicial



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

No entanto, a formação em serviço, conforme Costa (2006a), diz respeito ao aprendizado adquirido através dos Educadores Sociais já experientes, os quais se disponibilizam a repassar seus conhecimentos teóricos e práticos para seus colegas em fase de formação. Desse modo, os Educadores Sociais que não participam da formação inicial, conseguem aprender o mínimo para começar o trabalho no atendimento socioeducativo.

Para compreendermos melhor a situação de formação dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do estado do Piauí, perguntamos para eles se participaram de formação em serviço, ao ingressarem no Atendimento Socioeducativo, com respostas apresentadas tabela 18.

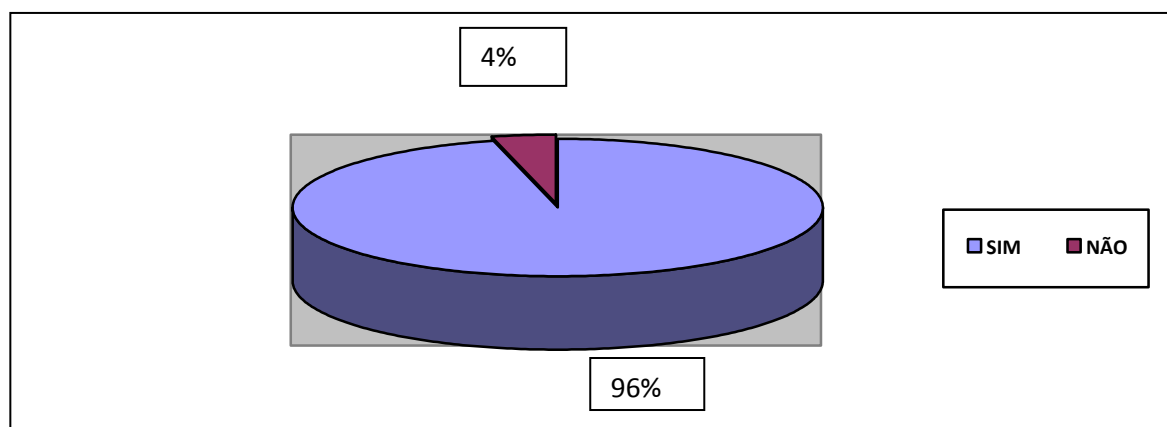
Tabela 18: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Específica em Serviço

Participaram de formação em serviço	Quantidade	Porcentagem %
Sim	50	96%
Não	2	4%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Os dados apurados nos mostram que 96% dos Educadores Sociais pesquisados participaram de formação em serviço, o que significa que, mesmo não participando da formação inicial que antecede o ingresso no Sistema Socioeducativo, de uma forma ou de outra se apropriam do mínimo de conhecimento necessário para a realização da ação educativa, como está demonstrado no gráfico 7.

Gráfico 7: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação específica em Serviço



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

“A formação contínua é decisiva para que a prática do educador social evolua de acordo com a sensibilidade das situações e dos desafios que sucessivamente vão se colocando” (CARVALHO e BAPTISTA, 2004, p.87). À vista disto, perguntamos aos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí se participaram de formação continuada, ressaltando o resultado através da tabela 19.

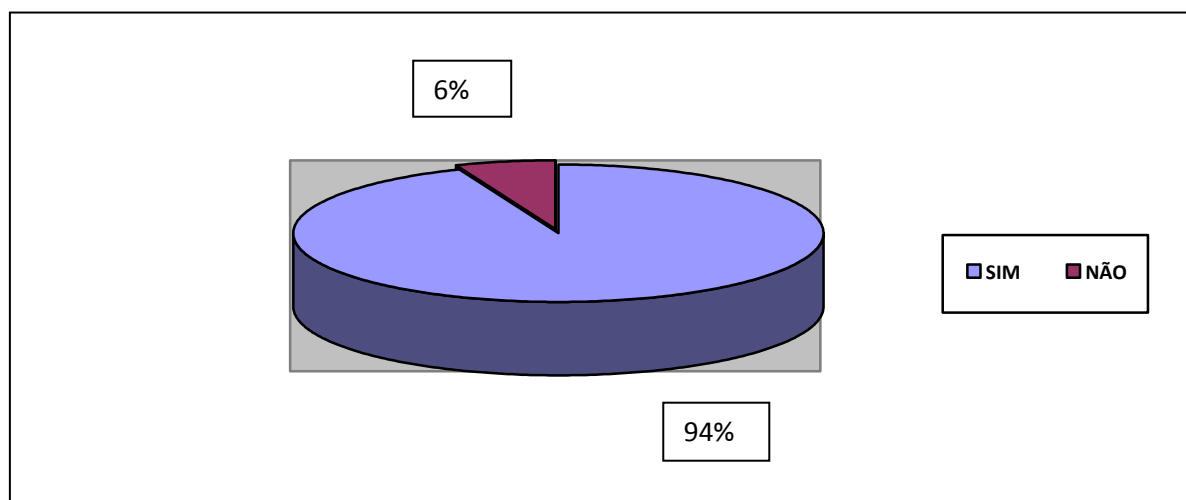
Tabela 19: Quanto aos Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Continuada

Participaram de formação continuada	Quantidade	Porcentagem %
Sim	49	94%
Não	3	6%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Os resultados obtidos demonstram que dos Educadores Sociais pesquisados 94% participaram de ações de formação continuada, considerando essas ações [...] os cursos, círculos de palestras, jornadas pedagógicas, encontros de técnicos, encontros de avaliação e planejamento, dentre outras formas. (PIAUÍ, 2005, p.6). Apenas 6% dizem não ter participado dessas ações de formação continuada, talvez por não entender palestras, encontros de avaliação e planejamento como parte desta modalidade de formação. O gráfico 8 evidencia os resultados.

Gráfico 8: Educadores Sociais Pesquisados que Participaram de Formação Continuada



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

3.4. Os Educadores Sociais Colocam em Prática o Aprendizado? A Formação Específica Disponibilizada Responde às Necessidades da Prática?

Diante das informações obtidas podemos compreender que participar de ações de formação específica sobre o atendimento socioeducativo, tanto inicial quanto contínua é indispensável para os Educadores Sociais, especialmente levando em consideração que:

A responsabilidade humana, a nível profissional, sendo inalienável, não é espontânea. Exige, muito pelo contrário, uma formação profissional e pessoal exigente para que possa ser desenvolvida de maneira sistemática, coerente, adaptada e concertada. Uma formação que ultrapassa necessariamente a fase forma da preparação do educador para se prolongar no próprio exercício da profissão, com todos os riscos que isso implica. Exige, pois, a apropriação integrada de saberes, de atitudes e do *saber-fazer* sob a forma de capacidades que constituem *competências* (CARVALHO e BAPTISTA, 2004, p. 86).

No entanto, participar das ações de formação não significa, necessariamente, colocar em prática as competências apropriadas. Com base nesta reflexão, perguntamos aos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do estado do Piauí, se colocam em prática as competências apropriadas nas ações de formação, com resultados expostos na tabela 20.

Tabela 20: Educadores Sociais Pesquisados que Colocaram em Prática as Competências Apropriadas

Colocaram em prática os conhecimentos	Quantidade	Porcentagem %
Sim	52	100%
Não	0%	0%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Todos os Educadores Sociais pesquisados, isto é, 100% responderam que colocam em prática competências que aprendem nas ações de formação, o que não significa dizer que colocam em prática todos os conhecimentos, habilidades/capacidades e orientações sobre atitudes em prática, porém, como o trabalho socioeducativo exige essas competências específicas, podemos entender que a maioria delas são colocadas em prática, abrindo espaço para a execução de um trabalho com resultado exitoso.

Assim sendo, ao compreendermos que as ações de formação devem atender às necessidades específicas do trabalho socioeducativo, perguntamos aos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, se as competências trabalhadas na formação específica responde às necessidades das suas práticas socioeducativas, com resultado expostos na tabela 21.

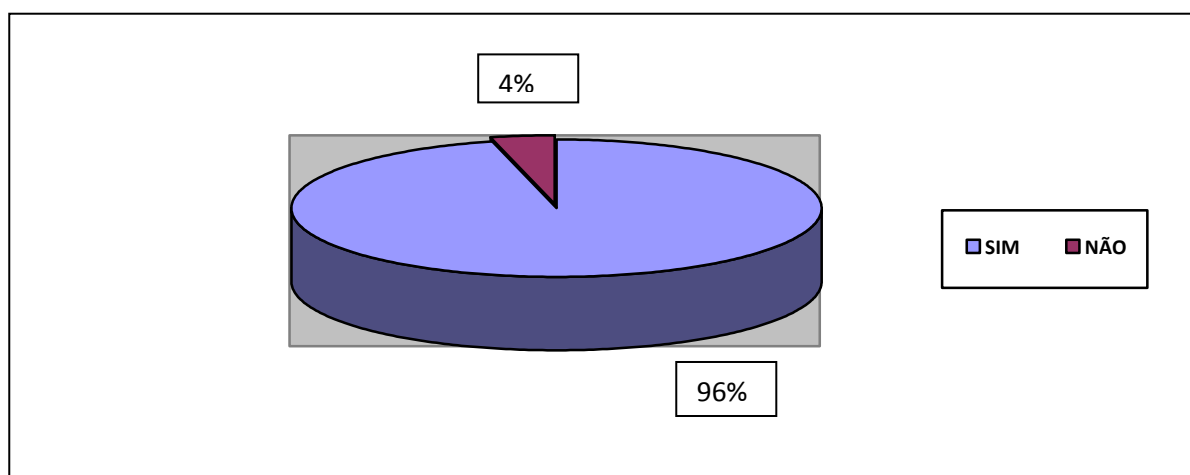
Tabela 21: Verificação da Correspondência entre as Competências Trabalhadas na Formação Específica e as Competências Necessárias para a Prática Socioeducativa

Responde às necessidades	Quantidade	Porcentagem %
Sim	50	96%
Não	2	4%
Total	52	100%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Dos Educadores Sociais pesquisados 96% entendem que a formação específica disponibilizada responde às necessidades de suas práticas educativas, desde que sejam disponibilizadas em todas as suas etapas, de forma permanente, haja vista que, os programas de formação dependem de recursos financeiros e suas ações estão sujeitas a descontinuidade. Apenas 4% dos pesquisados acham que as ações de formação não respondem às necessidades, que as ações deveriam ser ampliadas com a inclusão de outros temas, também necessários para suas práticas. Através do gráfico 9 podemos visualizar os resultados.

Gráfico 9: Verificação da Correspondência entre as Competências Trabalhadas na Formação Específica e as Competências Necessárias para a Prática Socioeducativa



Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

3.5. Contributos que a Formação Específica traz para a Prática dos Educadores Sociais do Estado do Piauí

Ao confirmarmos, com os Educadores Sociais pesquisados, que as ações de formação específica disponibilizadas, respondem às necessidades de suas práticas, perguntamos a estes Educadores Sociais, a fim de responder ao objetivo geral, quais os contributos que esta

formação específica traz para suas práticas socioeducativas. Os resultados se encontram dispostos na tabela 22.

Tabela 22: Contributos da Formação Específica para a Prática Socioeducativa dos Educadores Sociais Pesquisados

Contributos	Quantidade	Porcentagem %
Fundamenta a prática do Educador	52	100%
Dar segurança para a ação	48	92%
Traz novos conhecimentos	46	88%
Aprimora os conhecimentos existentes	35	67%
Oportuniza reflexão sobre a prática	31	60%
Proporciona troca de experiência	29	56%
Oportuniza avaliação e redirecionamento das ações	26	50%
Traz motivação	16	31%
Promove um alinhamento conceitual	12	23%
Reforça o compromisso	9	17%
Melhora a autoestima do Educador	8	15%
Promove crescimento pessoal e profissional	7	13%

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Dos Educadores Sociais pesquisados, 100% responderam que as ações de formação específica sobre o Atendimento Socioeducativo, fundamentam suas práticas, dotando-os das competências necessárias para a realização das ações socioeducativas; 92% entendem que elas dão segurança para a implementação da ação socioeducativa; 88% consideram que elas trazem novos conhecimentos; 67% dizem que essas ações de formação aprimoram os conhecimentos; 60% compreendem que elas oportunizam reflexão sobre as práticas; 56 % acham que as mesmas proporcionam troca de experiências; 50% colocam que as ações oportunizam avaliação e redirecionamento das ações; 31 % acham que elas trazem motivação para as ações; 23% dizem que as referidas ações promovem o alinhamento conceitual; 17% consideram que elas reforçam o compromisso dos profissionais; 15% entendem que as ações melhoram a autoestima dos Educadores; e 13% acham que as mesmas provêm o crescimento pessoal e profissional dos que dela participam.

Os resultados obtidos comungam com o pensamento de Romans, quando considera que, ao participarem das ações de formação, os Educadores sociais estarão:

- Aprofundando nos elementos teóricos que provoquem a reflexão sobre a prática diária, a fim de ter chaves de interpretação das causas e consequências dos problemas sociais, que permitam orientar estratégias de ação, e fundamentar a conduta profissional, quer dizer, o papel dos educadores em suas intervenções.
- Ampliando conhecimentos sobre aspectos legais administrativos que possam dar segurança e profissionalismo às ações realizadas, assim como todos aqueles aspectos pedagógicos e antropológicos que ajudem a justificar o porquê das intervenções tanto na maneira de atuar como em dar respostas ao porquê das soluções empreendidas.
- Favorecendo a formação naqueles aspectos profissionais que podem facilitar o seu trabalho em relação aos grupos que demandam uma rápida e urgente inserção profissional (2003, p. 168).

Como contribuição para o programa de formação específica, os Educadores Sociais apresentaram ainda como sugestões alguns temas que consideram também de grande relevância para suas práticas socioeducativas, através da tabela 23.

Tabela 23: Temas Sugeridos pelos Educadores Sociais Pesquisados para Inclusão no Programa de Formação Específica sobre o Atendimento Socioeducativo

Temas sugeridos
Interação entre Educador e Educando
A Ética do Cuidar
Redes Sociais
O adolescente e a Drogadição
Valorização da Vida
Conflitos na Adolescência
Direitos Humanos
Uso Abusivo de Drogas
Reincidência
Psicologia da Adolescência
Saúde Mental
Assédio Moral
Abordagem Familiar e Comunitária
Libra – Linguagem dos Sinais
Espiritualidade e Medida Socioeducativa
A Valorização da Educação Escolar nas Medidas Socioeducativas
Perspectivas de Futuro para o Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa
A Humanização do Sistema Socioeducativo

Fonte: Questionários aplicados a 52 Educadores Sociais do CEM, CEF e Semiliberdade (2012).

Assim, considerando os dados obtidos e o entendimento de que a realização das ações socioeducativas necessita de competências específicas voltadas para o “saber”, o “saber fazer” e o “querer fazer”, que correspondem aos conhecimentos, habilidades e atitudes (PICARELLI, 2002), podemos entender a importância do processo formativo específico. Esse processo formativo agrega conhecimentos específicos sobre o atendimento socioeducativo, mais especificamente sobre a fundamentação legal e pedagógica da ação socioeducativa e do entendimento das habilidades e atitudes adequadas para a realização de uma ação consequente, contribuindo para que os Educadores Sociais se sintam mais seguros, mas motivados, tenham mais oportunidades para reflexão e avaliação das suas práticas e possibilidades de redirecionamento das suas ações, o que nos leva a compreender que estarão mais preparados para contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento integral e para a inclusão social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, realizado na perspectiva de “Investigar os contributos da formação específica para a prática dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil”, nos possibilitou conhecer a trajetória do atendimento socioeducativo no Brasil e no Estado do Piauí e como a questão da priorização desse atendimento e da formação específica para os Educadores Sociais pode influenciar ou comprometer a sua qualidade.

Podemos observar, a partir dessa trajetória, que criança e adolescente no Brasil nunca foram prioridade, mesmo após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, fato que compromete a qualidade do atendimento para esse público e, principalmente do atendimento socioeducativo que, por tratar-se de um trabalho voltado para adolescentes em conflito com a lei, necessita de ações que efetivamente contribuam para o seu desenvolvimento integral e sua inclusão social. Desse modo, enquanto o atendimento socioeducativo não for considerado prioridade não são destinados os recursos necessários para a sua realização, de forma plena, comprometendo as ações que levam ao cumprimento dos objetivos das medidas socioeducativas e dentre essas ações comprometidas encontra-se a formação específica dos Educadores Sociais, fundamental para a execução de um trabalho exitoso. O despreparo das equipes é uma realidade presente em muitos Estados brasileiros, muito bem retratada por Costa:

A fragilidade das propostas, a inconsistência técnica das equipes, a qualidade do pessoal recrutado, tudo conspira para que o modelo correccional-repressivo, amenizado aqui e ali por prática assistencialistas e revestido de uma camada finíssima de discurso educativo, seja a realidade predominante em nosso sistema de atendimento ao adolescente privado de liberdade (2006b, p.60).

Sob esta ótica, as medidas socioeducativas não cumprem o seu papel, fator que poderá contribuir para que o histórico de infrações da maioria dos adolescentes evolua para atos mais graves, fazendo com que cheguem à idade adulta comprometidos com a criminalidade, quando conseguem chegar, já que é alto o índice por de mortalidade por homicídio para adolescentes entre 15 e 18 anos, especialmente para os envolvidos com a violência. De acordo com Waiselfisz (2012), o índice de mortalidade por homicídio é de

22,2% para adolescentes de 15 anos, de 37,0% para adolescentes de 16 anos, de 52 % para adolescentes de 17 anos, chegando a 58,2% para jovens de 18 anos.

No entanto, este estudo também nos levou ao entendimento de que, para a execução de um atendimento socioeducativo de qualidade, todos os profissionais envolvidos com a ação deverão ser considerados Educadores Sociais, independentemente de suas profissões ou funções originais, levando em conta que planejam e executam ações socioeducativas (COSTA, 2006a). Além disso, nos possibilitou conhecer o perfil adequado e as atribuições desses Educadores Sociais, tomando por base os regimentos internos dos centros socioeducativos de internação e semiliberdade do Estado do Piauí (SASC, 2010). Essas atribuições incluem desde o acolhimento dos adolescentes quando ingressam no Sistema Socioeducativo, passando pela coleta de informações individuais e familiares dos mesmos; contatos com as famílias; visitas domiciliares; construção e alimentação dos prontuários dos adolescentes; realização de estudos de caso; elaboração de Planos Individuais de Atendimento; efetivação de encaminhamentos internos ou para a rede de serviços; planejamento e execução de ações voltadas para a educação formal, saúde, profissionalização, cultura, esporte e lazer e espiritualidade, dentre outras. Integradas a essas atribuições estão ainda o acompanhamento do cotidiano dos adolescentes e a avaliação da ação educativa, culminando com a elaboração do relatório avaliativo do adolescente, com a finalidade de subsidiar a decisão da Justiça.

Foi igualmente possível o entendimento de que, para colocar em prática as citadas atribuições, são necessárias, além das competências inerentes à profissão original de cada Educador Social, competências específicas sobre o atendimento socioeducativo, as quais incluem conhecimento enquanto “saber”, habilidades/capacidades compreendidas como “saber fazer” e atitudes, ou seja, o “querer fazer” (PICARELLI, 2002). Nesse sentido, ficou evidente que os conhecimentos específicos sobre o atendimento socioeducativo estão presentes nas bases legais e pedagógicas e que sem esses conhecimentos é improvável a realização de uma ação socioeducativa de qualidade, voltada para o desenvolvimento integral e para a inclusão social do adolescente, uma vez que os Educadores Sociais não serão capazes de conduzir o processo educativo de acordo com os objetivos das medidas socioeducativas. À vista disso, ficou compreendido que só de posse desses conhecimentos específicos, os Educadores Sociais estarão preparados para planejar e executar ações socioeducativas,

utilizando-se de suas habilidades/capacidades e de atitudes compatíveis com o desempenho de suas funções.

Neste contexto, é importante que reflexões sejam feitas acerca da situação da formação específica dos Educadores Sociais, mas principalmente, que proposições e encaminhamentos de uma política de formação permanente, que visem práticas concretas, com recursos definidos, sejam consideradas prioridade pelos gestores, a fim de que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas possam contar com um atendimento socioeducativo capaz de contribuir para o seu desenvolvimento integral e sua inclusão social.

No presente estudo, ao apresentarmos o programa de formação específica dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, denominado de Programa EDUCAR, visando expor as competências específicas trabalhadas no processo formativo, verificamos que essas competências estão compatíveis com as orientações presentes nas bases legais e pedagógicas que fundamentam a ação socioeducativa e que elas possibilitam a apropriação dos conhecimentos, habilidades/capacidades e orientações em relação às atitudes, necessários para a realização de um trabalho socioeducativo consequente. No entanto, segundo relatório do próprio Programa EDUCAR, (SASC, 2010), as ações sofrem descontinuidade por não haver uma previsão de recursos no orçamento da SASC, o órgão executor das medidas socioeducativas no Estado do Piauí, para esse fim, ficando a depender de parcerias.

O processo investigativo possibilitou, dentre outras questões, elencar com os Educadores Sociais envolvidos no atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, que competências - conhecimentos, habilidades/capacidades e atitudes - são necessárias para suas práticas, verificar, com esses Educadores Sociais, se a formação específica disponibilizada responde às suas necessidades e se colocam em prática o aprendizado, para só então listar com os Educadores Sociais os contributos que a formação específica sobre o atendimento socioeducativo traz para suas práticas socioeducativas.

O referido processo investigativo contou com a participação de cinquenta e dois Educadores Sociais que atuam no Centro Educacional Masculino - CEM, no Centro Educacional Feminino - CEF e Programa de Semiliberdade do Estado do Piauí - Brasil, para o

qual foram utilizados questionários como instrumento de coleta de dados, com perguntas fechadas e abertas, visando responder aos objetivos propostos.

Para um melhor entendimento da pesquisa, também foram incluídas questões esclarecedoras sobre a capacidade de atendimento do Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí, o fluxo de entradas de adolescentes, a quantidade de adolescentes atendidos, quantos e quem são os profissionais envolvidos na ação e quantos participaram de formação específica, resultando em um panorama geral sobre as condições do atendimento.

Os resultados obtidos revelaram que a capacidade total de atendimento do Sistema Socioeducativo do Estado do Piauí é de 496 vagas e que para a execução do atendimento contam com 400 profissionais de diferentes áreas, denominados de Educadores Sociais. No entanto, como este estudo foi direcionado para os programas privativos de liberdade, CEM, CEF e Semiliberdade, os dados demonstram que esses programas contam com 198 Educadores Sociais, por meio dos quais foram atendidos um total de 167 adolescentes no ano de 2010. Desse total, 99 foram atendidos no CEM, 4 no CEF e 64 no Semiliberdade, dados que alimentam uma falsa ideia de superlotação no CEM e Semiliberdade, inexistente na realidade, considerando a rotatividade de adolescentes, parte da dinâmica desses programas.

Para trabalhar com esse público, o CEM, CEF e Semiliberdade contam com 198 Educadores Sociais, dos quais apenas 130 participaram de formação específica sobre o atendimento socioeducativo, sendo esses sujeitos definidos como o universo desta pesquisa. Como esse Universo foi considerado grande, foi definida uma amostra de 40% do total, resultando na participação de 52.

Dos cinquenta e dois Educadores Sociais pesquisados, a maioria é do sexo masculino, com idades entre 35 e 45 anos, com nível superior como grau de instrução, graduados em diferentes áreas, ou seja, são pedagogos, professores, assistentes sociais, psicólogos, filósofos, advogados e nutricionistas, dos quais, a maior parte conta entre 4 e 8 anos de tempo de serviço no atendimento socioeducativo.

Ao serem indagados sobre os conhecimentos necessários para suas práticas socioeducativas os Educadores Sociais pesquisados reponderam em sua totalidade que é indispensável conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, o Projeto Pedagógico e o Regimento Interno do Centro Socioeducativo do qual faz parte, portanto, confirmando a necessidade de

conhecimentos específicos sobre as bases legais e pedagógicas que fundamentam o atendimento socioeducativo, presentes na formação disponibilizada através do Programa EDUCAR. Além disso, também apontaram para a necessidade de conhecimentos sobre a realidade do adolescente, sobre dependência química, sobre o fluxograma do atendimento socioeducativo e sobre a adolescência e, em percentuais menores, acham que precisam obter conhecimentos sobre direitos humanos, Sistema Único da Assistência Social - SUAS, rede de atendimento, legislação sobre drogas, Constituição Federal, resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e conhecimentos de psicologia e sociologia.

Além dos conhecimentos específicos, os Educadores Sociais também dizem necessitar de habilidades/capacidades específicas para a execução de suas práticas socioeducativas. De acordo com os dados obtidos, necessitam de habilidades/capacidades para ouvir, orientar, conviver, trabalhar em equipe, mediar conflitos, avaliar situações, planejar ações, manter diálogo, aplicar o conhecimento técnico, demonstrar liderança, elaborar relatórios, enfrentar desafios, manifestar empatia com os adolescentes e levar os adolescentes a refletir sobre o ato infracional.

Os dados também revelam, de acordo com os Educadores Sociais, que, mesmo de posse de conhecimentos e habilidades/capacidades específicas, é fundamental para eles o “querer fazer”, agregando às suas práticas atitudes éticas, criatividade, iniciativa, respeito pelo adolescente, postura adequada, compromisso, educar pelo exemplo, flexibilidade, motivação, persistência, autocontrole, determinação, tranquilidade, profissionalismo e responsabilidade.

Dos Educadores Sociais pesquisado, 88% participaram de ações de formação inicial, 96% participaram de formação em serviço, através dos colegas mais experientes e 94% participaram de ações de formação continuada, incluindo cursos, círculo de palestras, jornadas pedagógicas, reuniões de avaliação e planejamento, dentre outras. Destes, 96% disseram colocar em prática conhecimentos, habilidades/capacidades e orientações acerca das atitudes adquiridas nas ações de formação específica, como também que as ações disponibilizadas respondem às necessidades de suas práticas socioeducativas, desde que as ações do Programa sejam realizadas em todas as suas etapas, de forma permanente, sem descontinuidade, porém enfatizam que essa descontinuidade vem acontecendo desde 2011.

Diante dos dados obtidos, os Educadores Sociais evidenciam a necessidade da formação específica para o desenvolvimento da ação socioeducativa, necessidade essa justificada através do elenco de contributos que ela traz para suas práticas socioeducativas, dentre as quais estão a **segurança** que essa formação traz para a realização da ação, a **absorção de novos conhecimentos**, o **aprimoramento dos conhecimentos existentes**, a oportunidade para **reflexão sobre a prática e redirecionamento das ações**, a **promoção do alinhamento conceitual** e de **motivação**, **reforça o compromisso**, **melhora a autoestima**, **promove o crescimento pessoal e profissional** do Educador e **proporciona troca de experiências**.

Esses dados trazem relevante contribuição para a prática socioeducativa, tanto dos Educadores Sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí, uma vez que as competências específicas foram confirmadas como uma necessidade real da prática cotidiana, quanto para reforçar pesquisas sobre o tema Formação de Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, área ainda muito carente de estudos, vislumbrando disponibilização de subsídio para uma execução capaz de contribuir para o desenvolvimento integral e a inclusão social dos mesmos.

Com essa definição dos contributos que as ações de formação específicas trazem para a prática dos Educadores Sociais podemos argumentar, tanto para os gestores quanto para os próprios Educadores Sociais, a importância da manutenção de programas de formação permanentes, através dos quais todos os profissionais possam receber uma formação introdutória e continuada para a apropriação das competências necessárias para suas práticas.

Para finalizar deixamos como recomendações:

- A elaboração de um projeto de implantação de um núcleo de formação permanente;
- A apresentação do projeto, com ações de sensibilização dos gestores sobre a importância da manutenção de um programa de formação permanente para os Educadores Sociais do atendimento socioeducativo;
- A criação de grupos de estudo, por centro socioeducativo, para avaliação e redirecionamento das ações e para a realização de atualizações sobre o atendimento socioeducativo.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. M. “Pesquisa Científica. Noções introdutórias”. In Andrade. M. M. (2003). *Introdução à metodologia do trabalho científico*: Elaboração de trabalhos de graduação. 6ª edição. São Paulo, SP: Atlas. (p 121-127).

ARIÈS, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos.

BRASIL. (2012). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de maio de 2012, às 10h:02m.

_____. (2010). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Ministério da Justiça.

_____. (2006). *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Brasília, DF: CONANDA.

_____. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012, às 11h:09m.

_____. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011, às 10h:20m.

_____. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012, às 11h:23m.

_____. (1984). *Reforma Penal. Lei nº 7.209*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012, às 09h:41m.

_____. (1979). *Código de Menores. Lei nº 6.026*. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011, às 11h:49m.

_____. (1941). *Serviço de Assistência a Menores (SAM)*. Decreto-Lei nº 3.799. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 de janeiro de 2012, às 10h:22m.

_____. (1927). *Código de Menores*. Decreto nº 17.943 – A. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 de dezembro de 2011, às 10h:40m.

_____. (1921). *Serviço de Assistência e Proteção a Infância Abandonada e Delinquente*. Lei nº 4.242. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 de dezembro de 2011, às 09h:15m.

BRUNO-FARIA, M. de F.; BRANDÃO, H. P. (2003). “Gestão de Competências: identificação de competências relevantes a profissionais da área de T&D de uma organização pública do Distrito Federal.” In: *Rev.adm.contemp.* vol. 7, n.3. Curitiba, PR. Disponível em: www.Scielo.br. Acesso em: 11 de dezembro de 2011, 17h:25m.

CARO, S.M.P. “Educação Social: uma questão de relações.” In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C.; MOURA, R. (Orgs.). (2009). *Pedagogia Social*. São Paulo, SP: Expressão e Arte Editora. (p.149-157).

CARVALHO, A. D.; BAPTISTA, I. (2004). *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*. Porto, PT: Porto Editora, LDA.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. (2012). *Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação*. Brasília, DF: CNJ. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 12 de junho de 2013, às 09h:41m.

_____. (2012). *Relatório final do Programa Justiça Jovem no Piauí*. Brasília, DF: CNJ

COSTA, A. C. G. da. (2006a). *Socioeducação: Estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

_____. (2006b). *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

_____. (2006c). *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

GIL, A. C. (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas.

_____. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.

_____. (1991). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas.

HUNGRIA, N. (1978). *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro, RJ: Forense.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2010). *Síntese censo*. Piauí, PI: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi. Acesso em: 11 de dezembro de 2011, às 18h:25m.

_____. (2010). *Censo demográfico 2010*. Brasil, BR: IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012, às 10h:35m.

LIBÂNEO, J. C. (2005). *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* São Paulo, SP: Cortez Editora.

LORENZI, G. W. (2007). Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. In: *Promenino Fundação Telefônica*. Brasil, BR. Disponível em: <http://www.promenino.org.br>. Acesso em: 29 de novembro de 2011, às 09h:55m.

LOUREIRO, M.; CASTELEIRO, S. “A pedagogia social em Portugal.” In: SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C.; MOURA, R. (Orgs.). (2009). *Pedagogia Social*. 1ª edição. São Paulo, SP: Expressão e Arte Editora. (p. 149 – 157).

MACHADO, E. M. (2012). “Educação Social e relações com especialidades socioeducativas.” In: *Revista Diálogo: Pesquisa em extensão universitária*. VI congresso nacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. v.18, nº i. Brasília, DF. Disponível em: portalrevistas.ucb.br. Acesso em: 25 de junho de 2013, às 23h:22m.

MORAIS, A. M.; NEVES, I. P. (2007). “Fazer investigação usando abordagem metodológica mista.” In: *Revista Portuguesa de Educação*. Disponível em: www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n2a04pdf.pdf.). Acesso em: 22 de novembro de 2011. (20(2), (p. 75 – 104), às 22h:44m.

MORELLI, A. J. (1999). “A inimizabilidade e a impunidade em São Paulo.” In: *Revista Brasileira de História*. vol. 19, nº 37. São Paulo, SP: Sept. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01881999000100007>. Acesso em: 29 de novembro, 2011, às 23h:03m.

OLIVEIRA, H. M. D. de. (2008). *Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre, orientada por Carolina Palermo, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92175/257279.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 de janeiro de 2012, às 22h:15m.

OLIVEIRA, A. M.,; et al. (2006). “Mapeamento de competências em bibliotecas universitárias”. In: *Perspect.ciência.inf*. vol. 11, n.3. Belo Horizonte, MG. Disponível em: www.Scielo.br. Acesso em: 06 de fevereiro de 2012. (p.360-382), às 23h:10m.

OLIVEIRA, M. M. (2007). *Como fazer uma pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). (1190/2008a). *Diretrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil: diretrizes de Riad*. Brasil, BR: UNICEF/CBIA.

_____. (1990/2008b). *Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade*. Brasil, BR: UNICEF/SASC.

_____. (1989/2008). *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança*. Brasil, BR: UNICEF/SASC.

_____. (1985/2008). *Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça da infância e juventude: regras de Beijing*. Brasil, BR: UNICEF/SASC.

_____. (1959/2008). *Declaração Universal dos Direitos da Criança*. Brasil, BR: UNICEF/SASC.

_____. (1948/2008). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasil, BR: UNICEF/SASC.

PEREIRA, T. da. S. (2008). “A Doutrina da Proteção Integral e o Estatuto.” In: *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro, RJ: Renovar.

PICARELLI, V. F. “Gestão por competências.” In: BOOG, G. M. (2002). *Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências*. São Paulo, SP: Gente. (p. 215-236).

Piauí. (2007). *Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo 2007/2011*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2004). *Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo 2004/2007*. Piauí, PI: Autor.

_____. (1993). *Projeto Centro Integrado de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vitimizados*. Piauí, PI: Autor.

PRIMO, J.; MATEUS, D. (2008). *Normas para a elaboração e apresentação de teses de doutoramento (aplicáveis às dissertações de mestrado)*. V.2. Lisboa, PT: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Reitoria.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo, RS: Feevale.

QUEIROZ, B. C. M. de. (s.d.) Evolução histórico-normativa da proteção e responsabilização penal juvenil no Brasil. In: *Netsaber Artigos*. Brasil, BR. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br>. Acesso em 14 de dezembro de 2011, às 23h:12m.

RIZZINI, I. “O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes.” In: ZAMORA, M.H. (Org.). (2005). *Para Além das Grades – Elementos para a Transformação do Sistema Sócio-educativo*. São Paulo, SP: Loyola.

ROMANS, M. “Funções de competências do educador social.” In: ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. L. (2003). *Profissão Educador Social*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre, RS: Artmed. (p. 115-206).

SARAIVA, J. B. C. (2003). *Adolescente em Conflito com a Lei – da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado.

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SASC). (2010a). *Relatório anual 2010*. Piauí, PI: Secretaria da Assistência Social e Cidadania.

_____. (2010b). *Relatório do Programa EDUCAR 2010*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2010c). *Regimento Interno do Centro Educacional Masculino*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2010d). *Regimento Interno do Centro Educacional Feminino*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2010e). *Regimento Interno do Programa de Semiliberdade*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2005). *Programa EDUCAR*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2005/2008a). *Projeto pedagógico do Centro Educacional Masculino*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2005/2008b). *Projeto Pedagógico do Centro Educacional Feminino*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2005/2008c). *Projeto Pedagógico do Programa Semiliberdade*. Piauí, PI: Autor.

_____. (2004). *Capacitação para Educadores Sociais das Medidas Socioeducativas no Estado do Piauí*. Piauí, PI: Autor.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH). (2012). *Levantamento nacional do atendimento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a Lei 2011*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: www.anajure.org.br/wp. Acesso em 08 de junho de 2013, às 23h:19m.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. “Pesquisa Científica.” In: GERHADT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). (2009). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRS. (Uni. II, p. 35 – 42).

SOARES, J. B. (2011). *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica*. Porto Alegre, RS: Ministério Público. Disponível em: [HTTP://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm](http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id186.htm). Acesso em: 14 de dezembro de 2011, às 23h:44m.

SOUSA, D. G. de B. (2011). *Arquitetura socioeducativa. Os espaços de internação para adolescentes em conflito com a lei: mudanças ocorridas até o SINASE e a sua repercussão na*

arquitetura. In: *Arquitextos*. São Paulo, SP: Vitruvius. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131/3832>. Acesso em: 09 de janeiro de 2012, às 23h:58m.

VOLPI, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo, SP: Cortez.

WASELFISZ, J. J. (2012). *O mapa da violência 2012: Crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: CEBELA, FLACSO Brasil. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 15 de novembro de 2012, às 23h:20m.

APÊNDICES

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FORMAÇÃO ESPECÍFICA: CONTRIBUTOS PARA A PRÁTICA DOS EDUCADORES SOCIAIS DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESTADO DO PIAUÍ-BRASIL

Eu, _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

O(a) pesquisador(a), manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pelo(a) mestrando(a) **Maria Verônica Batista Xavier de Lima**, aluno(a) do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, da sua Escola de Educação, Administração e Ciências Sociais e orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino**.

Fui informado(a) que posso indagar o(a) pesquisador(a) se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: **(86) 3232 5940**, endereço: **Rua Motorista Gregório, 3390. Bairro Planalto Ininga. Teresina-Pi, CEP: 64050-030** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pelo(a) pesquisador(a) e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do (a) participante: _____

Teresina, _____/_____/_____.

Pesquisadora Mestranda

Orientador Científico

Maria Verônica B. X. de Lima

Professor Doutor Emmanuel Maria C. B. Sabino

E-mail: vebxi@bol.com.br

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO

Prezado educador (a) social, como aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação do FORUM/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, gostaria de contar com seu apoio para o preenchimento deste questionário, que tem como finalidade a realização de um trabalho acadêmico, **Formação Específica: contributos para a prática dos educadores sociais do atendimento socioeducativo do Estado do Piauí-Brasil**, no qual poderá surgir propostas para a melhoria da política de formação específica dos Educadores Sociais do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí. Agradeço antecipadamente sua grandiosa colaboração.

1 – Dados Pessoais:

1.1 – Sexo: () Masculino () Feminino

1.2 – Idade: _____

1.3 – Assinale qual o seu grau de Instrução:

- Ensino Fundamental ()
- Ensino Médio ()
- Graduação () Curso _____
- Especialização () Curso _____
- Mestrado () _____

1.4 – Há quanto tempo trabalha no Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí? _____

2 – Conhecimentos específicos:

2.1 – Para você, quais as competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) são necessárias para sua prática enquanto Educador Social:

a) Que conhecimentos você precisa ter?

b) Que habilidades você precisa ter?

c) Que atitudes você precisa ter?

3 – Formação específica inicial e continuada:

3.1 – Ao iniciar o trabalho como educador social recebeu uma formação específica inicial com noções de como realizar o trabalho socioeducativo?

Sim ()

Não ()

3.2 – Recebeu uma formação em serviço, com a ajuda dos colegas?

Sim ()

Não ()

3.3 – Já participou de formação continuada específica sobre o Atendimento Socioeducativo?

Sim ()

Não () Por quê?

3.4 – Em caso afirmativo, coloca em prática os conhecimentos adquiridos?

Sim ()

Não ()

3.5 – Considera que os temas trabalhados no programa de formação específica respondem às necessidades da sua prática?

Sim () Por quê?

Não () Por quê?

3.6 – Em caso afirmativo quais os contributos que a formação específica sobre o Atendimento Socioeducativo traz para sua prática?

3.7- Cite temas que considera importantes para serem abordados no programa de formação específica do Atendimento Socioeducativo do Estado do Piauí:

OBRIGADA!